



Secretaria do Patrimônio da União



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SIAPA

Sistema Integrado de Administração Patrimonial

Manual do usuário

versão 1.0

Agosto de 2011

Sumário

Sobre a Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social em áreas da União.....	4
1.1. Inclusão sócio-territorial: Regularização Fundiária e Habitação de interesse social em áreas da União.....	4
1.2. Marco Legal.....	6
1.3 Etapas da Regularização Fundiária de interesse social.....	7
Sobre o Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA.....	16
2.1 Credenciamento e habilitação.....	16
2.2 Acesso e autenticação.....	17
2.3 Disposição das Funcionalidades.....	18
Módulos e Funcionalidades.....	20
3.1 Módulo Consulta.....	20
3.2 Módulo Cadastramento.....	21
3.2.1.1 Inclusão Normal.....	21
3.2.1.2 Inclusão por cópia.....	24
3.2.1.3 Inclusão de Benfeitoria.....	28
3.2.1.4 Alteração de Informações Gerais.....	31
3.2.1.5 Alteração de Dados Técnicos.....	33
3.2.2 Cancelamento.....	35
3.3 Módulo Utilização.....	38
3.3.1.1 Inclusão de TAU Pessoa Física ou Jurídica.....	38
3.3.1.2 Inclusão de TAU responsável coletivo.....	44
3.3.1.3 Inclusão de CDRU Pessoa Física ou Jurídica.....	48
3.3.1.4 Inclusão de CDRU responsável coletivo.....	54
3.3.1.5 Inclusão de CUEM Pessoa Física ou Jurídica.....	57
3.3.1.6 Inclusão de CUEM responsável coletivo.....	62
3.3.1.7 Inclusão de CDRU/CUEM mediante mudança de regime de utilização.....	65
3.3.2.1 Alteração de dados da Utilização.....	74
3.3.2.2 Alteração de Lista de Beneficiários.....	77
3.3.3. Cancelamento.....	82
3.3.4. Emissão de CAT.....	85
3.4 Módulo Avaliação.....	88
3.5 Módulo Logradouro/PVG.....	88
3.5.1.1 Inclusão de Logradouro.....	88
3.5.1.2. Alteração de Logradouro.....	91
3.5.1.3. Exclusão de Logradouro.....	93
3.5.1.4. Inclusão de Trecho.....	95
3.5.1.5. Alteração de Trecho.....	97
3.5.1.6. Exclusão de Trecho.....	99
3.5.1.7. Bloqueio de Trecho.....	101
3.5.1.8. Reativação Trecho.....	103
3.5.2.1. Inclusão de Valor de m ²	105
3.5.2.2. Exclusão de Valor de m ²	107
3.5.3.1. Consulta Logradouro/PVG.....	109
3.5.3.2. Consulta Valores de m ²	110

3.5.3.3. Consulta Último Valor de m².....	112
3.5.3.4. Consulta Valor de Emissão.....	113
3.5.3.5. Consulta Nome do Logradouro.....	115
3.5.4.1. Consulta Gerencial Trecho Sem Valor de m².....	116
3.5.5. Alterar Valor Emissão.....	118
3.6 Módulo Fracionamento/Unificação.....	120
3.6.1.1 Inclusão de Fracionamento por Loteamento.....	120
3.6.1.2 Inclusão de Fracionamento por Condomínio.....	123
3.6.1.3 Inclusão de Unificação.....	127
3.7 Módulo Responsável.....	130
3.7.1.1. Dados Pessoais.....	130
3.7.1.2. Alteração de Nome.....	133
3.7.1.3. Mudança de Responsável	134
3.7.2. Inclusão de Responsável.....	136
3.8 Módulo Financeiro.....	139
3.9 Módulo FCL.....	139
3.10 Módulo CUB.....	139
3.11 Módulo Notificação.....	139
3.12 Módulo Tabelas.....	139
Glossário.....	140
Contatos.....	141
Para retirar uma dúvida ou discutir procedimentos:.....	141
Para reportar um problema ou propor melhoria no SIAPA:.....	141
Para contatar o órgão central:.....	141

Sobre a Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social em áreas da União

Capítulo 1

1.1. Inclusão sócio-territorial: Regularização Fundiária e Habitação de interesse social em áreas

da União

Conceito

A regularização fundiária de interesse social tem como objetivo promover as adequações administrativas, jurídicas, urbanísticas e ambientais para a formalização dos assentamentos informais de baixa renda situados em imóveis da União e sua integração à cidade. Visa garantir a função socioambiental da propriedade e assegurar o direito constitucional à moradia digna às famílias que ocupam esses imóveis.

A destinação de imóveis da União para habitação de interesse social, de áreas bem localizadas e dotadas de infra-estrutura, visa prevenir a ocupação territorial desordenada, destinando áreas federais para a moradia digna da população mais pobre.

PARCEIROS

A destinação de área da União pode ser feita ao agente intermediário do processo de regularização fundiária e provisão de habitação de interesse social, ou diretamente às famílias beneficiadas pela Superintendência do Patrimônio da União em cada estado.

Na parceria com os municípios e estados, as áreas da União são transferidas por meio da cessão, sob o regime de aforamento ou sob o regime de concessão de direito real de uso, ou ainda, doadas. Este agente intermediário da política de desenvolvimento urbano será responsável pela titulação das famílias beneficiadas pelos programas habitacionais, como o PAC Urbanização de Favelas e o Programa Minha Casa Minha Vida.

INSTRUMENTOS

A transferência de direitos sobre os imóveis da União, no âmbito dos programas de regularização fundiária e provisão de habitação de interesse social, pode ser feita por meio dos seguintes instrumentos:

- I – Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia – CUEM;
- II – Concessão de Direito Real de Uso – CDRU;
- III – Cessão das seguintes formas:
 - a) Sob regime de Concessão de Direito Real de Uso;
 - b) Sob regime de Aforamento;
 - c) Provisória da extinta Rede Ferroviária Federal;
- IV – Aforamento;
- V – Doação, incluindo a transferência de áreas ao INCRA para fins de reforma agrária;
- VI – Titulação de reconhecimento de domínio aos remanescentes das comunidades de quilombos;
- VII – Demarcação de terras indígenas;
- VIII – Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS de comunidades tradicionais;

IX – Termo de Autorização de Uso – TAU para fins comerciais.

Modalidade de Titulação

Denomina-se titulação administrativa a fase de assinatura dos contratos com os beneficiários finais do processo de regularização fundiária, na forma individual ou coletiva.

Considera-se titulação individual aquela em que cada beneficiário, pessoa física, recebe o título correspondente à área exata que ocupa.

Considera-se como titulação coletiva aquela que beneficiará um grupo de pessoas, havendo duas possibilidades:

- I – Coletiva pura, em nome de entidade representativa (pessoa jurídica/CNPJ), estando os beneficiários (pessoas físicas) identificados no processo administrativo correspondente;
- II – Responsável coletivo ou plúrima, em nome de vários beneficiários (pessoas físicas/CPFs).

No âmbito da regularização fundiária de interesse social, título coletivo de áreas urbanas deverá explicitar a fração ideal que caberá a cada beneficiário, podendo tratar de frações iguais ou diferentes, caso em que deverá haver registro de acordo entre as partes para a diferenciação.

Já no caso de comunidades tradicionais, a titulação será feita prioritariamente na modalidade coletiva, em nome de um conjunto de famílias ou de uma entidade representativa comunitária.

No caso de transferência para agentes intermediários (municípios, estados, associações, etc.) a titulação das famílias é um encargo contratual, bem como fornecer à Superintendência o cadastro dos lotes ou unidades habitacionais titulados para desmembramento da área no SIAPA em favor dos novos responsáveis.

SEMPRE QUE POSSÍVEL, A TITULAÇÃO ADMINISTRATIVA DEVE SER CONCOMITANTE COM O PROCEDIMENTO DE REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E CONSEQUENTE REGISTRO NO SIAPA, FINALIZANDO-SE, ASSIM, O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

CONVERSÃO DE REGIMES

Poderá haver mudança do regime de utilização dos imóveis da União regularizados no Sistema cadastral da SPU, sem mudança de beneficiário responsável pelo imóvel, nos seguintes casos:

- I – Conversão da TAU em CDRU, após o processo demarcatório da LPM ou LMEO;
- II – Conversão de inscrição de ocupação e aforamento em CUEM;
- III – Conversão de aforamento/TAU/CUEM em CDRU;

Para a conversão de regime, deverá ser feita a atualização cadastral no SIAPA, a outorga de novo título administrativo, bem como a averbação ou retificação da matrícula do imóvel da União no Cartório de Registro de Imóveis.

Cancelamento

A doação de imóveis da União no âmbito da política de regularização fundiária e habitação de interesse social implica no cancelamento da base cadastral do SIAPA de registros de imóveis que deixam o domínio da União.

Além disto, todos os termos e contratos de destinação de áreas da União (TAUS, TAU, CUEM, CDRU, Doação etc.) podem ser extintos por descumprimento das cláusulas contratuais, em especial a obrigação de manter o uso de interesse social que motivou a titulação gratuita.

1.2. Marco Legal

A promulgação da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007¹⁹² – conhecida como Lei de Regularização Fundiária de Terras da União – propiciou avanços na consolidação da função social como elemento norteador das ações de regularização fundiária de assentamentos de baixa renda em imóveis da União. Adequou a antiga e esparsa legislação patrimonial da União à Constituição Cidadã de 1988 ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001 e Medida Provisória nº 2.220/2001), representa a consolidação de novo paradigma da gestão do patrimônio da União: A efetivação da função socioambiental dos imóveis da União.

Quanto aos instrumentos de transferência de direitos sobre os imóveis da União, a Lei nº 11.481/2007 reconheceu a aplicabilidade da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) (art. 22-A, Lei nº 9.636/1998) e da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), prevista no art. 7º do Decreto-lei nº 271/1967, como importantes instrumentos de regularização fundiária. As inovações legais também permitiram a doação de imóveis da União utilizados por famílias de baixa renda para fins de moradia.

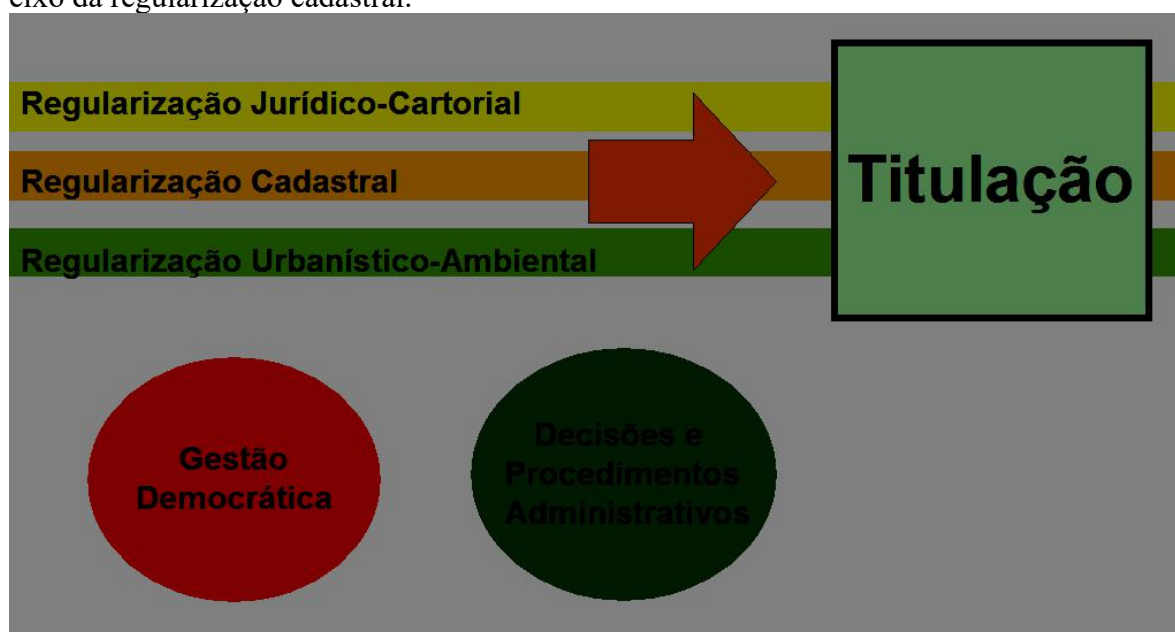
Outro instrumento, que merece destaque, em especial para a atuação da SPU em áreas indubitavelmente da União não demarcadas na Amazônia Legal, é o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Representa um avanço significativo para a inclusão e reconhecimento da cidadania de comunidades tradicionais ribeirinhas agroextrativistas. Está fundamentado legalmente na Portaria MP nº 89/2010 (que aprimorou as Portarias SPU 284/2005 e 100/2009) e possibilita o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis em vista do uso tradicional, voltado à subsistência da população ribeirinha. Deve-se citar ainda, a autorização de uso prevista na MP nº 2.220/2001, que permite a concessão de autorização de uso, gratuitamente, para fins comerciais, com os mesmos requisitos e procedimentos da CUEM.

Importante inovação trazida pela Lei 11.481/2007 foi a ampliação da isenção de taxas e foros para famílias com renda mensal de até 5 (cinco) salários mínimos, que uma vez reconhecida implica no

cancelamento dos débitos pendentes com a SPU.

1.3 Etapas da Regularização Fundiária de interesse social

A regularização fundiária de interesse social¹ dos imóveis da União é conduzida por meio da articulação de cinco eixos, integrando aspectos administrativos, cadastrais, urbanístico-ambientais, jurídico-cartoriais e de gestão democrática. Ao final, resultam na garantia do direito à moradia digna como componente de cidades sustentáveis. Dos cinco eixos, o que interessa para este Manual é o eixo da regularização cadastral.



A destinação de imóveis da União para regularização fundiária de interesse social obedece ao disposto nas leis afetas, e sua metodologia encontra-se detalhada graficamente no Fluxograma das ações para este fim (*fluxograma anexo*).

O fluxograma apresenta as ações que devem ocorrer simultaneamente, a cargo dos seguintes órgãos competentes:

- Procedimentos administrativos → SPU
- Regularização cadastral → SPU
- Regularização jurídica/cartorial → SPU + CRI – Cartório de Registro de Imóveis
- Regularização urbanístico-ambiental → Prefeitura
- Gestão compartilhada/participativa → SPU junto com parceiros da política urbana e rural.

¹ A regularização de interesse social em imóveis da União é entendida como aquela destinada para a população de menor renda - com rendimentos mensais de até cinco salários mínimos - nos termos da Lei nº 11.481, de 2007.

Cada linha de atuação possui etapas que precisam ser vencidas para que o processo de regularização fundiária seja concluído, com a titulação das famílias beneficiárias. O registro no Sistema Cadastral e todos os outros passos da regularização cadastral constituem o foco deste Manual.

O **procedimento administrativo** da regularização fundiária dos imóveis da União deve ser, sempre, procedido de acordo com os princípios da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), contemplando a participação dos beneficiários finais na elaboração, gestão e monitoramento dos programas e projetos de intervenção nas áreas da União.

A **gestão democrática e compartilhada** das ações de inclusão sócio-territorial em áreas da União deve ser procedida com a participação das famílias diretamente interessadas na formulação dos projetos e definição do formato de titulação a ser implementado. A SPU, mediante a gestão compartilhada com municípios, estados, autarquias, associações, pode firmar Acordos de Cooperação Técnica, implantar Comitês Gestores e realizar Audiências Públicas para qualificar e tornar mais eficiente a gestão do patrimônio da União.

A **regularização jurídico-cartorial** compreende o registro, no Cartório de imóveis competente, das transferências de direitos sobre imóveis da União feitas no âmbito administrativo. O procedimento para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis – CRI poderá ser encaminhado no decorrer do processo de regularização, não impedindo a condução dos procedimentos administrativos, considerando que os títulos administrativos outorgados pela União, por intermédio da SPU, possuem força de escritura pública.

A **regularização urbanístico-ambiental** consiste no reconhecimento do parcelamento do solo do assentamento informal por meio de aprovação de projeto pelos órgãos responsáveis. Isto é, compreende a aprovação, junto aos órgãos municipais competentes, do projeto de urbanização e/ou projeto de regularização fundiária, o que garante o reconhecimento formal do assentamento como parte da cidade, e compreende, também, a obtenção do licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental licenciador. Esta regularização deverá, preferencialmente, ser conduzida concomitantemente à regularização jurídico-cartorial e à cadastral.

A **regularização cadastral** compreende a atualização do sistema cadastral de imóveis da União (SIAPA ou SPIUnet) e correção de dados lançados, especialmente quando constatado que terceiros ocupam áreas/imóveis da União cuja responsabilidade no cadastro esteja atribuída à outrem, não ocupante de fato.

Todos os imóveis em processo de regularização fundiária de interesse social devem ser cadastrados no SIAPA. Caso haja cadastro pré-existente, deverá ser procedida a sua correção.

1.3.1 Importância da Regularização Cadastral

A regularização cadastral, uma das etapas da regularização fundiária, envolve os procedimentos para corrigir discrepâncias entre a realidade de ocupação da área e os sistemas de informações sobre o patrimônio da União.

A atualização cadastral ou regularização começa com o levantamento da situação do imóvel nos sistemas de cadastro da SPU, a existência de terceiros inscritos como responsáveis pelo imóvel e a existência de débitos pendentes referentes a receitas patrimoniais.

Quando os beneficiários finais estiverem registrados como responsáveis pelos imóveis regularizados nos sistemas da SPU, a regularização cadastral estará completa.

1.3.1.1 Procedimentos da Regularização Cadastral

O primeiro passo para a correta informação cadastral é verificar se já há alguma destinação feita sobre o imóvel da União em processo de regularização ou destinação para projetos de habitação no SIAPA (existência de inscrições de ocupação ou aforamento) ou se é caso de um novo registro de imóvel na base cadastral da SPU.

(i) No caso de novo registro de imóvel no SIAPA

Ação Direta (transferência para família)

I – Cadastrar imóvel;

II – Cadastrar beneficiário (individual/CPF ou coletivo/CNPJ ou CPFs);

III – Atribuir regime de utilização (TAU, CUEM, CDRU).

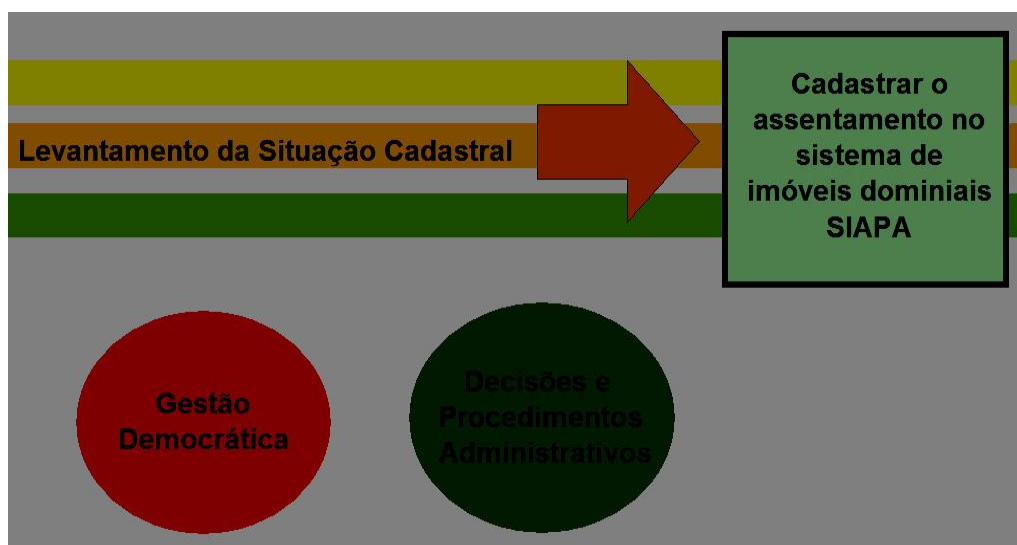
Ação Indireta (para agente intermediário)

I – Cadastrar o assentamento;

II – Cadastra agente intermediário como responsável (CNPJ);

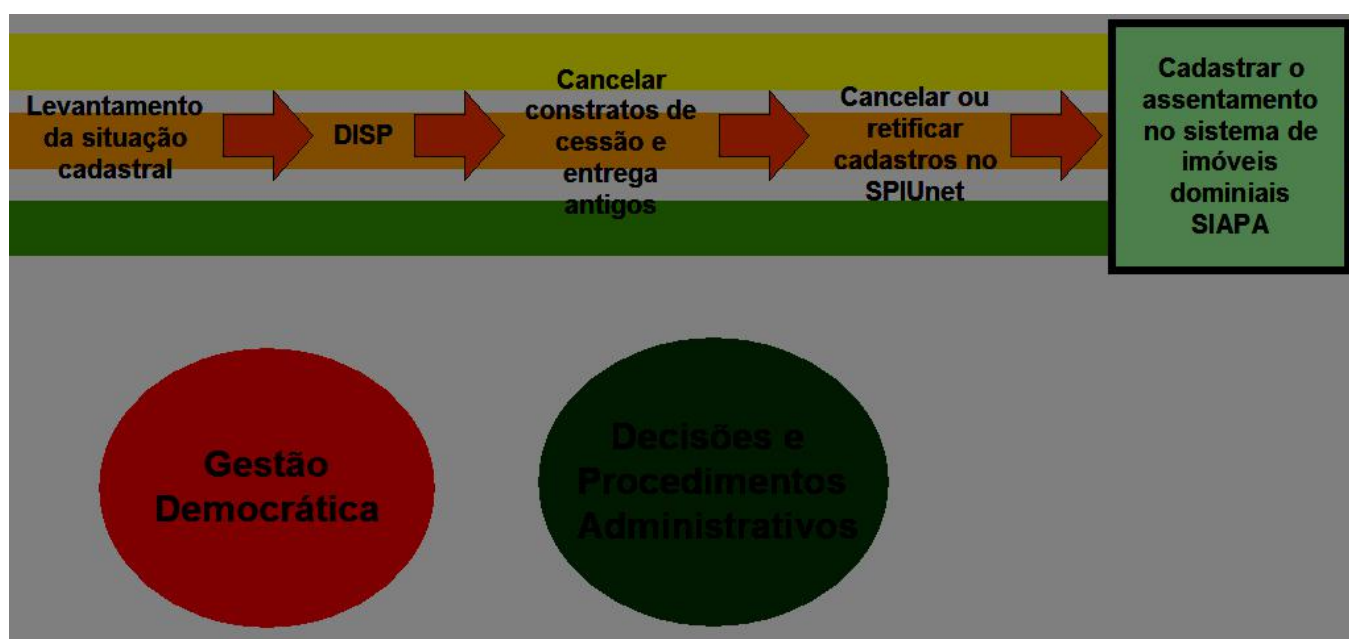
III – Atribuir regime de utilização.

IV – Desmembrar o RIP do assentamento e cadastrar como responsáveis os beneficiários finais da regularização fundiária de interesse social, atribuindo um regime de utilização gratuito (TAU, CUEM, CDRU).



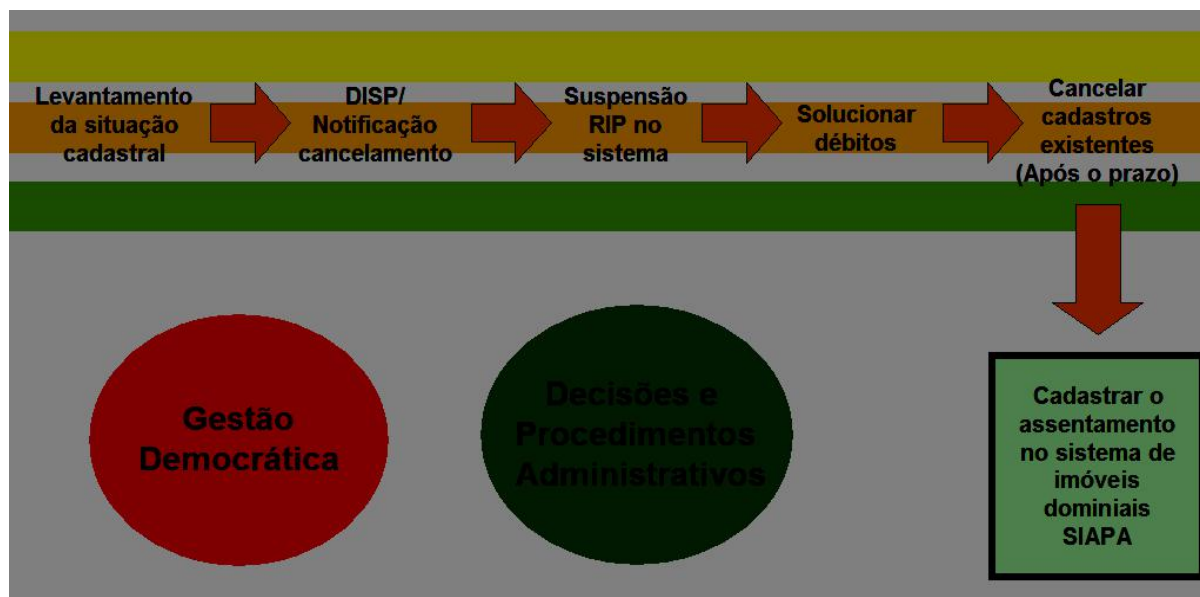
(ii) Havendo inscrições pré-existentes no SPIUnet

- I – Publicar a Portaria de Declaração de Interesse do Serviço Público – PDISP, da área/ imóvel, para fins de regularização fundiária de interesse social ou destinação para habitação de interesse social;
- II – Levantamento das inscrições existentes no Sistema sobrepostas à área em processo de regularização fundiária ou destinação para habitação de interesse social;
- III – Cancelar, total ou parcialmente, as Cessões ou Entregas feitas anteriormente a órgãos da Administração Pública no SPIUnet e no Cartório de Registro de Imóveis;
- IV – Cadastrar o assentamento no SIAPA, enquanto não for possível individualizar as posses;
- V – Desmembrar o RIP do assentamento e cadastrar como responsáveis os beneficiários finais da regularização fundiária de interesse social, atribuindo um regime de utilização gratuito (TAU, CUEM, CDRU).



(iii) Havendo inscrições pré-existent no Sistema:

- I – Publicar a Portaria de Declaração de Interesse do Serviço Público – PDISP, da área/ imóvel, para fins de regularização fundiária de interesse social ou destinação para habitação de interesse social;
- II – Levantamento das inscrições existentes no Sistema sobrepostas à área em processo de regularização fundiária ou destinação para habitação de interesse social;
- III – Analisar validade das inscrições (se houve extinção por algum dos motivos do art. 103 do DL 9.760/46: abandono, caducidade, etc.).
- IV – Notificar responsáveis sobre o cancelamento de seus cadastros;
- V – Suspender, no sistema de informações, os RIP's que coincidam, total ou parcialmente, com o perímetro da área em questão, para inibir a geração de débitos e evitar futuras transferências;
- VI – Providenciar o cancelamento dos débitos, junto ao Departamento de Receitas, das famílias de baixa renda, uma vez que possuem direito à isenção de foros, taxas de ocupação e laudêmios (requerimento de isenção). No caso de reconhecimento do direito à isenção, que depende da comprovação da situação de carência (renda que não ultrapasse 5 salários mínimos de renda familiar), o cancelamento dos débitos retroage.
- VII – Cancelar a(s) utilizações(s) antiga(s) nos sistemas de informações (SIAPA e SPIU Net);
- VIII – Cadastrar o assentamento no SIAPA, enquanto não for possível individualizar as posses;
- IX - Desmembrar o RIP do assentamento e cadastrar como responsáveis os beneficiários finais da regularização fundiária de interesse social, atribuindo um regime de utilização gratuito (TAU, CUEM, CDRU).



Quanto for necessário corrigir as informações já existentes no SIAPA, a SPU deve dar publicidade ao início do programa de regularização fundiária a partir da publicação de portaria declarando o interesse do serviço público para o imóvel ocupado. O imóvel é, então, “gravado” como de interesse para Regularização Fundiária inibindo, se for o caso, as cobranças de receitas patrimoniais e eventuais transferências.

São cancelados os cadastros impróprios existentes na área. Ficam os antigos responsáveis ligados

aos débitos passados, quando existentes, para que se permita o cadastro do assentamento como um todo que, de acordo com as alterações trazidas pela Lei nº 11.481/2007 ao art. 6ª da Lei nº 9.636/1998, não dependerá da comprovação do efetivo aproveitamento.

Cancelamento de inscrições pré-existent

A PDISP - Portaria de Declaração de Interesse do serviço Público servirá para fundamentar o cancelamento de utilizações antigas no SIAPA (regimes de ocupação ou aforamento) ou SPIUnet, por interesse público ou abandono.

As áreas/imóveis da União declaradas de interesse do serviço público deverão ser cadastradas no SIAPA, devendo ser assinaladas as opções “regularização fundiária” e “reservado”, com inclusão do número e data da PDISP, se inexistir registro anterior do imóvel ou do assentamento nos sistemas de informação da SPU. Este procedimento inibe a associação de regimes onerosos de utilização ao imóvel tratado.

A **inscrição de ocupação** poderá ser cancelada sempre que:

- I – For constatado o interesse público²;
- II – houver inadimplemento da taxa de ocupação³;
- III – que tiver sido feita após 27 de abril de 2006⁴;
- IV – que estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança nacional, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais ou implantação de programas ou ações de regularização de interesse social ou habitacionais nas reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos⁵.

O **aforamento** poderá ser cancelado:

- I – Quando houver inadimplemento de cláusula contratual⁶;
- II – quando houver acordo entre as partes⁷;
- III – quando for constatado abandono do imóvel, caracterizado pela ocupação, sem contestação, de assentamentos informais de baixa renda, por mais de 5 anos⁸;
- IV – pela caducidade que corresponde ao não pagamento do foro anual durante três anos consecutivos, ou quatro anos intercalados⁹;

² Decreto-lei nº 1.561/77, art. 2º, §2º c/c Lei nº 9.636/98, art. 17, §2º, c/c Decreto-lei nº 2.398/87, art. 5º, parágrafo único.

³ Decreto-lei nº 1.561/77, art. 1º, e ON – GEARP 05/2001.

⁴ Lei nº 9.636/98, art. 9º, I.

⁵ Lei nº 9.636/98, art. 9º, II.

⁶ Decreto-lei nº 9.760/1946, art. 103, I

⁷ Decreto-lei nº 9.760/1946, art. 103, II.

⁸ Decreto-lei nº 9.760/1946, art. 103, IV.

⁹ Decreto-lei nº 9.760/1946, art. 101, parágrafo único c/c art. 103, I.

V – quando for constatado o interesse público¹⁰.

O responsável pela área/imóvel inscrita no sistema de informações da SPU será **notificado sobre o cancelamento** da inscrição de ocupação ou aforamento, sendo justificado o interesse público para fins de regularização fundiária, urbanização ou projeto de habitação de interesse social.

No caso de RIP parcialmente coincidente com a área do assentamento, será necessário o seu desmembramento, excluindo-se do RIP primitivo a fração da área de interesse social, a qual terá seu registro suspenso.

Fundamento do cancelamento de áreas em processo de regularização fundiária de interesse social: Considerando que a área/imóvel ocupada por assentamento informal de baixa renda seja necessária à execução de projeto de interesse social de regularização fundiária, o cancelamento do aforamento terá como fundamento, preferencialmente, o abandono, e o cancelamento da ~~inscrição de ocupação, o interesse público.~~

CANCELAMENTO DOS DÉBITOS

Verificada a existência de **débitos** relacionados aos RIP's que coincidam, total ou parcialmente, com a área/imóvel a ser regularizada, deverá ser analisada a condição de exigibilidade desses débitos.

Débitos permanecem associados ao RIP primitivo: No caso de RIP parcialmente coincidente com a área do assentamento, quando efetuado o desmembramento da área a ser regularizada, criando-se para ela um RIP derivado, os débitos passados deverão permanecer associados ao RIP primitivo.

Direito à isenção: As pessoas cuja renda familiar mensal for igual ou inferior ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos, ficam isentas do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União. A declaração de isenção retroagirá ao início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, e os não constituídos até 27 de abril de 2006, bem como multas, juros de mora e atualização monetária.

Os arts. 1º e 2º do Decreto-Lei no 1.876, de 15 de julho de 1981, alterados pela Lei 11.481/2007, dispõe que:

“Art. 1º Ficam isentas do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União, as pessoas consideradas carentes ou de baixa renda cuja situação econômica não lhes permita pagar esses encargos sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

§ 1º A situação de carência ou baixa renda será comprovada a cada 4 (quatro) anos, na forma disciplinada pelo órgão competente, devendo ser suspensa a isenção sempre que verificada a alteração da situação econômica

¹⁰ Decreto-lei nº 9.760/1946, art 103, V.

do ocupante ou foreiro.

§2º Considera-se carente ou de baixa renda para fins da isenção disposta neste artigo o responsável por imóvel cuja renda familiar mensal for igual ou inferior ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos.

§ 3º A União poderá delegar aos Estados, Distrito Federal ou Municípios a comprovação da situação de carência de que trata o § 2º deste artigo, por meio de convênio.

§ 4º A isenção de que trata este artigo aplica-se desde o início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, e os não constituídos até 27 de abril de 2006, bem como multas, juros de mora e atualização monetária.” (NR)

Competência: O cancelamento dos débitos, da inscrição de ocupação ou do aforamento, será autorizado pelo Superintendente do Patrimônio da União, por meio de despacho exarado no processo administrativo referente ao imóvel e, nos casos de aforamento, anotado no contrato enfiteutico pertinente.

Solucionados eventuais débitos relacionados ao RIP da área do assentamento a ser regularizado, será feita a adequação das informações no SIAPA, cancelando-se, inclusive, a utilização antiga.

O RIP primitivo deve ser aproveitado, preferencialmente, ainda que por meio de unificação ou desmembramento, mantendo-se o histórico do imóvel. Nos casos em que o RIP primitivo não puder ser aproveitado para a parcela remanescente ou para a nova utilização, poderá ser cancelado.

C A D A S T R O D O A S S E N T A M E N T O

Após os cancelamentos pertinentes no SIAPA, deverá ser realizado o **cadastro do assentamento**, permanecendo como cadastro unificado, enquanto não for possível individualizar as posses, optando-se, neste último, pela situação “área reservada”, o que impede as operações de geração de débitos, inserção de utilização e transferências.

Devem ser selecionadas, também, as opções correspondentes nos campos “regularização fundiária” (SIM) e “área de interesse social” (SIM), o que exigirá a inserção dos dados da portaria de declaração de interesse público.

Assim que o parcelamento da área a ser regularizada for aprovado pelo município ou houver outra informação que possibilite individualizar as posses, o RIP do assentamento poderá ser desmembrado, o que permitirá a abertura de RIP's e a transferência dos imóveis para os beneficiários finais, encerrando-se a regularização cadastral.

Sobre o Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA

Capítulo 2

O Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA é um dos principais sistemas institucionais da Secretaria do Patrimônio da União – SPU. Juntamente com os demais sistemas corporativos SPIUnet, CIF, SARP, o SIAPA compõe o Cadastro Nacional dos Bens Imóveis da União instituído pelo Decreto 99.672/90.

Este sistema foi implantado em 1997, em substituição ao antigo sistema SPIU (Sistema Patrimonial Imobiliário da União), que à época não mais atendia às crescentes mudanças no processo de gestão da SPU.

É o sistema para operacionalização da gestão dos imóveis dominiais da União (Terrenos de marinha e seus acréscidos, marginais de rios federais, nacionais interiores, etc), e é mantido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, sob a gestão da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da SPU – CGTEC.

O Sistema possui atualmente 1.200 usuários e está disponível para acesso na intranet 5 dias por semana, das 07h00 às 21h00, em todas as superintendências e no órgão central, conforme termos contratuais.

2.1 Credenciamento e habilitação

Para se credenciar no sistema SIAPA, o usuário deve seguir os seguintes passos:

a) fazer o download do formulário “Ficha de Cadastramento – SIAPA”, que está disponível no endereço:

http://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/dotlrn/clubs/tecnologiaparaonegocio/file-storage/index?folder_id=649225

b) preencher o formulário, indicando as funcionalidades às quais terá acesso

c) assinar e coletar a assinatura do superior (Superintendente, Coordenador-Geral, Diretor, Secretário-adjunto, Secretária da SPU)

d) encaminhar o formulário devidamente preenchido e assinado por malote para Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTEC, no Órgão Central.

Uma vez realizada a habilitação, a senha será encaminhada para o e-mail do usuário cadastrado, informado no formulário.

Para recuperar uma senha esquecida ou expirada no sistema SIAPA, o usuário deve seguir os seguintes passos:

a) cadastrar-se no portal colaborativo da SPU, no endereço: <http://patrimoniode todos.planejamento.gov.br>. É muito simples! No menu à esquerda clique em “Registre-se” e preencha o formulário. Você receberá a senha em seu e-mail. Lembre-se de informar seu e-mail institucional, por exemplo: nome.sobrenome@planejamento.gov.br

b) acessar a central de suporte do portal colaborativo no endereço: <http://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/suporte>.

c) clicar em “Novo Pedido” e preencher os campos e informar a necessidade de uma nova senha. Não esqueça de informar seu CPF para agilizar o atendimento. Após o atendimento você receberá a senha em seu e-mail.

2.2 Acesso e autenticação

2.2.1 Para acessar o sistema SIAPA, digite o endereço a seguir no seu navegador: <https://www.siapa.spu.planejamento.gov.br>

Caso você não possua um navegador (Internet explorer ou Firefox) instalado em sua máquina, você pode solicitar a instalação por meio do telefone: 0800-978 2327

Será exibida a tela abaixo:



2.2.2 Após ler as informações apresentadas, clique no botão “Aceitar”. O Sistema solicitará os dados para autenticação, conforme tela abaixo.



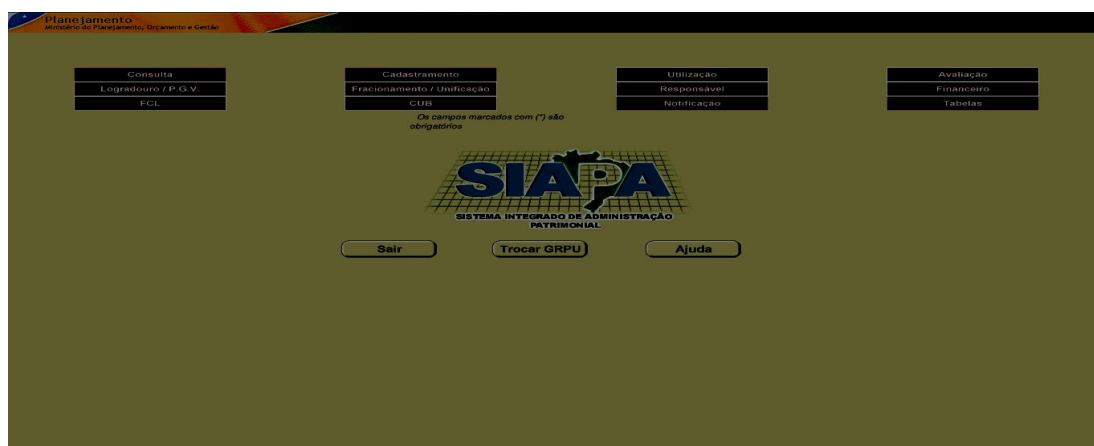
Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Identificação :
 Senha :
 Nova Senha :
 Confirmar Nova Senha :

Sair Entrar

Cabeçalho do Sistema SIAPA

2.2.3 No campo “Identificação” informe seu CPF, no campo “Senha” informe sua senha, e clique no botão “Entrar”. A tela a seguir é exibida



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Consulta	Cadastramento	Utilização	Avaliação
Logradouro / P.G.V.	Fracionamento / Unificação	Responsável	Financeiro
PCL	CUB	Notificação	Tabelas

Os campos marcados com (*) são obrigatórios

SIAPA
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

Sair Trocar GRPU Ajuda

2.3 Disposição das Funcionalidades

Quanto à disposição das funcionalidades, o SIAPA é baseado em níveis:

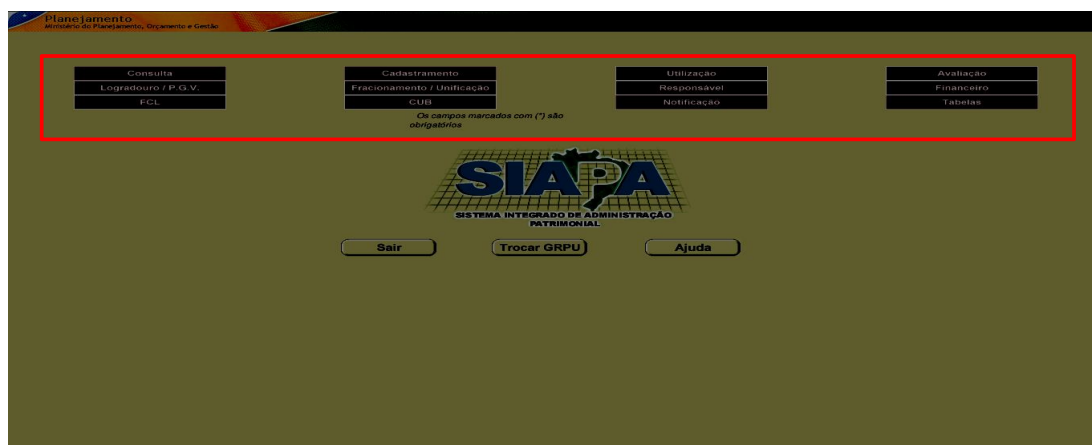
Nível 1: **Módulos**

Nível 2: **Funcionalidades**

Nível 3: **Opções**

Nível 4: **Sub-opções**

O sistema possui 12 módulos, conforme ilustração abaixo. Cada módulo possui funcionalidades específicas e cada funcionalidade várias opções. As opções podem ter sub-opções e assim por diante.



A seguir são exibidas as funcionalidades do módulo Cadastro. As opções estão vinculadas a cada uma das funcionalidades.



3.1 Módulo Consulta

Por meio do módulo Consulta o usuário tem acesso às principais pesquisas disponíveis no sistema. Algumas pesquisas disponíveis são:

Consulta RIP: Ao informar o número do RIP o usuário tem acesso a todas as informações do imóvel pesquisado.

Consulta N° do Processo: Ao informar o número do Processo o usuário tem acesso aos imóveis cadastrados com o referido n° de processo.

Consulta N° do Processo de Recadastramento: Ao informar o número do Processo de Recadastramento o usuário tem acesso aos imóveis recadastrados com o referido n° de processo. Por exemplo, processos de certificação cadastral (cadastramentos em massa).

Consulta Responsável: Ao informar quaisquer dos parâmetros (CPF, CNPJ, início do nome, palavras do nome) o usuário tem acesso aos imóveis que estão vinculados ao Responsável pesquisado.

Consulta Beneficiário: Ao informar quaisquer dos parâmetros (CPF ou nome) o usuário tem acesso aos imóveis de TAU, CDRU e CUEM, nos quais o Responsável pesquisado consta como beneficiário de uma coletividade.

Consulta Endereço do Imóvel: Ao informar os parâmetros (código município, logradouro, etc) o usuário tem acesso aos imóveis localizados para o endereço informado.

Consulta Fracionamento/Unificação: Ao informar o RIP mãe (primitivo), o usuário tem acesso aos imóveis filhos (derivados) gerados a partir do fracionamento do RIP informado. Ao informar um RIP anexador o usuário tem acesso aos imóveis que foram unificados para gerar o RIP informado.

Em todas as consultas é exibido o número do RIP como resultado, que ao ser clicado proporcionará ao usuário uma visualização completa do imóvel. Abaixo é exibido um exemplo da tela de resultados:

Planejamento Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	
Pesquisa:	Nome Responsável ALEXANDRE
Relação com 883 Imóveis	
RIP / Responsável	Endereço do Imóvel / Responsável Atual
7745 0000175-69	PECEGO JUNIOR,21,CENTRO HISTORICO
001850439-68	ALEXANDRE A SAAD GEBRAN JUNIOR
7745 0100986-69	PECEGO JUNIOR,21,CENTRO HISTORICO
001850439-68	ALEXANDRE A SAAD GEBRAN JUNIOR
8265 0001054-90	EXISTENTE,S/N,BOMBAS
157965749-49	ALEXANDRE ABDALA TRAPLE
5801 0102136-40	VILLAS DO TANGUA,S/N,PR.DO TANGUA PEQUENO
025998447-70	ALEXANDRE ACCIOLY ROCHA

3.2 Módulo Cadastramento

Por meio do módulo Cadastramento o usuário tem acesso às funcionalidades para gestão dos imóveis, terrenos e benfeitorias. Neste módulo é possível incluir novos imóveis, alterar dados de imóveis incluídos previamente, incluir e alterar benfeitorias, incluir memoriais e alterar dados comuns de fracionamentos. A seguir veremos as principais dentre estas funcionalidades.

3.2.1 Inclusão

3.2.1.1 Inclusão Normal

Por meio desta opção é possível realizar a inclusão de um novo imóvel no SIAPA. A inclusão se dá conforme os passos a seguir:

Passo 1: Acesse o módulo “Cadastramento”, funcionalidade “Inclusão”, opção “Inclusão



The screenshot shows the 'Menu Cadastramento' window. It has a list of options on the left: Inclusão (selected), Alteração, Exclusão, Download, Cancelamento, Reativação, Certidão, Acerto Manual, and Cadastramento em Massa. To the right of each option is a dropdown menu. The 'Inclusão' dropdown is set to 'Inclusão Normal'. The other dropdowns are set to '--- Escolha uma Opção ---'. At the bottom are two buttons: 'Menu Princ.' and 'Avançar'.

Normal” e clique em Avançar.

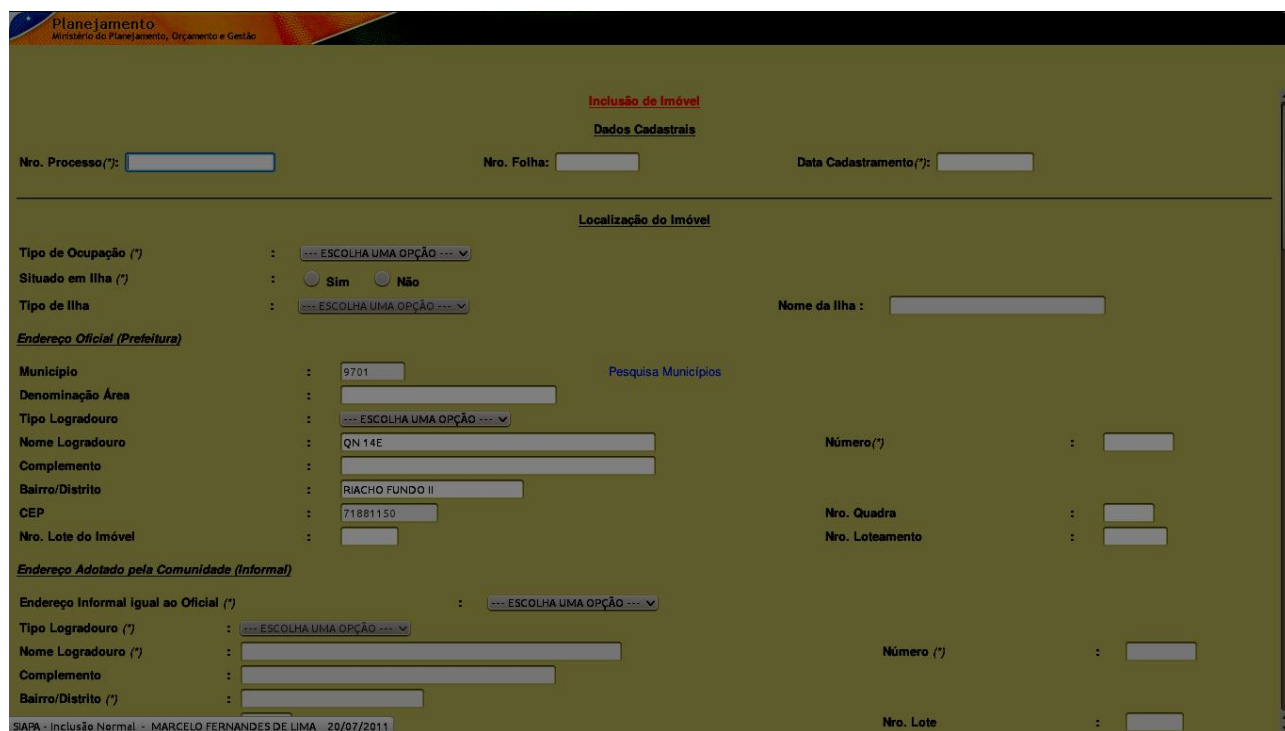
Passo 2: Na tela exibida será solicitado o CEP referente ao imóvel que você deseja

cadastrar. Informe o CEP desejado e clique em **Avançar**.



The screenshot shows a web form titled "Inclusão de Imóvel". It has a field for "CEP:(*)" with an orange arrow pointing to it. Below the field are two buttons: "Menu" and "Avançar", with an orange arrow pointing to the "Avançar" button.

Passo 3: Será aberta uma tela para preenchimento do cadastro do imóvel. Preencha todos



The screenshot shows a web form titled "Inclusão de Imóvel" with two main sections: "Dados Cadastrais" and "Localização do Imóvel".

Dados Cadastrais:

- Nro. Processo(?): [text box]
- Nro. Folha: [text box]
- Data Cadastramento(?): [text box]

Localização do Imóvel:

Tipo de Ocupação (?): [dropdown menu: --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---]

Situado em Ilha (?): [radio buttons: Sim, Não]

Tipo de Ilha: [dropdown menu: --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---]

Nome da Ilha: [text box]

Endereço Oficial (Prefeitura):

- Município: [text box: 9701] [link: Pesquisa Municípios]
- Denominação Área: [text box]
- Tipo Logradouro: [dropdown menu: --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---]
- Nome Logradouro: [text box: QN 14E]
- Complemento: [text box]
- Bairro/Distrito: [text box: RIACHO FUNDO II]
- CEP: [text box: 71881150]
- Nro. Lote do Imóvel: [text box]
- Número(?): [text box]
- Nro. Quadra: [text box]
- Nro. Loteamento: [text box]

Endereço Adotado pela Comunidade (Informal):

- Endereço Informal igual ao Oficial (?): [dropdown menu: --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---]
- Tipo Logradouro (?): [dropdown menu: --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---]
- Nome Logradouro (?): [text box]
- Complemento: [text box]
- Bairro/Distrito (?): [text box]
- Número (?): [text box]
- Nro. Lote: [text box]

At the bottom left, it says: "SIAPA - Inclusão Normal - MARCELO FERNANDES DE LIMA 29/07/2011"

os campos e clique em **Avançar**.

← Preencha todos os campos da tela cujas informações você dispuser

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nro. Contrato/Convênio Município :

Coleta de Lixo : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Sistema Água Pluviais : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Iluminação Pública : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Uso Atual Imóvel (*) : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Sistema de Água : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Pavimentação : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Saneamento Básico : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Dados da Benefetoria

Denominação do Imóvel :

Memorial Descritivo da Benefetoria :

Tipo Benefetoria : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Área Construída :

Área de Projeção das Construções :

Outras Áreas :

Idade Aparente da Construção :

Ano do Habite-se ou da Construção :

Nro. Pavimentos :

Benefetoria em Condomínio : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Finalidade Principal : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Tipo da Construção : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Padrão de Acabamento : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Ano da Vistoria :

Tipo Estrutura : --- ESCOLHA UMA OPÇÃO ---

Nro. Quartos :

Fator de Valorização Comercial (FV) :

SIAPA - Inclusão Normal - MARCELO FERNANDES DE LIMA 20/07/2011

Preencha todos os campos da tela cujas informações você dispuser

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação dos dados do imóvel. Após conferir, clique em Confirmar para prosseguir ou em Desistir para abandonar o cadastramento.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Confirmando a Inclusão de Imóvel

Dados Cadastrais

Nro. Processo : 03110.013492/2011-13

Nro. Folha : 124

Data Cadastramento : 20/01/2011

Localização do Imóvel

Tipo de Ocupação : Regular

Situado em Ilha : NÃO

Endereço Oficial (Prefeitura)

Município : 9701 - BRASILIA

Denominação Área : ASSENTAMENTO RF II

UF : DF, DISTRITO FEDERAL

Tipo Logradouro : QUADRA

Nome Logradouro : QN 14E

Número : 14

Complemento : AREA CENTRAL

Bairro/Distrito : RIACHO FUNDO II

CEP : 71881-150

Nro. Quadra : 14E

Nro. Lote do Imóvel : 14

Nro. do Loteamento :

Endereço Adotado pela Comunidade (Informal) não existe

Área Reservada para Regularização Fundiária : NÃO

Situação : UMA TESTADA

Testada 1 (T1) : Logradouro :000001 - DE 01 A 10

Trecho :01 - AMARELO

FTM :1,00

SIAPA - Confirmando a Inclusão - MARCELO FERNANDES DE LIMA 20/07/2011

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel	: 3º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS
Número da Matrícula do Terreno	: 131314
Número do Livro	: 3A
Última Folha de Matrícula	: 214
Nro. da Inscrição Municipal	: 212114141
Nro. da Planta	:
Nro. RIP-SPIU Imóvel Cadastrado	:
Data de Aprovação da LPM/LMEO	: 20/01/2000
Nro. do Processo de LPM/LMEO	: 04905.003108/2011-82
Faixa de 100m	: FORA
Circunferência de 1320m	: FORA
Fator Corretivo Total	: 1,00
Suspensão do Imóvel	:
Nro. Relógio/Medidor	: 3131241
Tipo Relógio/Medidor	: ÁGUA
Regularização Fundiária	: SIM
Área de Interesse Social	: NÃO
Nro. Contrato/Convênio Município	: 121214
Coleta de Lixo	: PARTICULAR
Sistema de Água	: CÔRREGO
Sistema de Pluviais	: NÃO
Pavimentação	: SIM
Iluminação Pública	: SIM
Saneamento Básico	: FOSAS SÉPTICAS
Uso Atual Imóvel	: PRÓPRIO

Benefitória Não Informada

SIAPA - Confirmada e inclusão - MARCELO FERNANDES DE LIMA - 29/07/2011

Desistir Confirmar

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão do imóvel com sucesso e exibindo o número do RIP que o imóvel ganhou. **Anote este número**, caso queira utilizar em outras transações.

Inclusão Efetuada com Sucesso

RIP Atribuído - **9701 0101108-11**

Imóvel Certificado no Controle de Área / Fração

Menu

3.2.1.2 Inclusão por cópia

A opção de inclusão por cópia permite a inclusão de um novo imóvel no SIAPA a partir da cópia (de dados comuns) de outro imóvel preexistente. A inclusão se dá conforme os passos a seguir:

Passo 1: Acesse o módulo “Cadastramento”, funcionalidade “Inclusão”, opção “Inclusão Por Cópia” e clique em **Avançar**.



*Passo 2: Informe o número do RIP que deseja copiar e clique em **Avançar**.*



Os dados comuns desse RIP serão copiados para a tela de cadastro do imóvel, permitindo a complementação dos dados específicos como n° do endereço, data de c[redacted]ramento, memoriais etc, conforme a tela a seguir:



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Inclusão por Cópia

Nro. Processo : 03110013492201113 Data Cadastramento(?):

Localização do Imóvel

Tipo de Ocupação (?) : REGULAR
 Situado em Ilha (?) : ☐ Sim ☒ Não
 Tipo de Ilha : ESCOLHA UMA OPÇÃO --- Nome da Ilha :
Endereço Oficial (Prefeitura)
 Município : 9701 Pesquisa Municípios
 Denominação Área : ASSENTAMENTO RF II
 Tipo Logradouro : QUADRA
 Nome Logradouro : QN 14E Número(?) :
 Complemento : AREA CENTRAL
 Bairro/Distrito : RIACHO FUNDO II
 CEP : 71881150 Altera CEP
 Nro. Lote do Imóvel : 14 Nro. Quadra : 14E
 Nro. Loteamento :
Endereço Adotado pela Comunidade (Informal)
 Endereço Informal igual ao Oficial (?) : ESCOLHA UMA OPÇÃO ---
 Tipo Logradouro (?) : ESCOLHA UMA OPÇÃO ---
 Nome Logradouro (?) :
 Complemento :
 Bairro/Distrito (?) :
 SIAPA - Inclusão Per Cópia - MARCELO FERNANDES DE LIMA 21/07/2011 Nro. Lote :

Passo 3: Complete o cadastro com os dados específicos e clique em Avançar.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Coleta de Lixo : PARTICULAR
 Sistema Água Pluviais : NÃO
 Iluminação Pública : SIM
 Uso Atual Imóvel (?) : PRÓPRIO
 Sistema de Água : CÓRREGO
 Pavimentação : SIM
 Saneamento Básico : FOSSAS SÉPTICAS

Dados da Benefiteira

Denominação do Imóvel
 BARRACA DE VENDA DE ACAI

Memorial Descritivo da Benefiteira
 BARRACA DE COM 25 METROS QUADRADOS, ETC

Tipo Benefiteira : SALA/LOJA COMERCIAL

Área Construída : 25,00
 Área de Projeção das Construções : 25,00
 Outras Áreas :
 Idade Aparente da Construção :
 Ano do Habite-se ou da Construção : 2000
 Nro. Pavimentos : 1
 Benefiteira em Condomínio : NÃO
 Finalidade Principal : EXPLORACAO AGRICOLA
 Tipo da Construção : ALVENARIA
 Padrão de Acabamento : BAIXO
 Ano da Vistoria : 2011
 Tipo Estrutura : PEQUENA ESTRUTURA E RESIDENCIAL DE LUXO
 Nro. Quartos : 0
 Fator de Valorização Comercial (FV) : 1,000

Desistir Avançar

Cabeçalho do Sistema SIAPA

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação dos dados do imóvel. Após conferir, clique em Confirmar para prosseguir ou em Desistir para abandonar o cadastramento.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Confirmando a Inclusão de Imóvel

Dados Cadastrais

Nro. Processo : 03110.013492/2011-13
Nro. Folha :
Data Cadastramento : 20/01/2011

Localização do Imóvel

Tipo de Ocupação : Regular
Situado em Ilha : NÃO

Endereço Oficial (Prefeitura)

Município : 9701 - BRASILIA
Denominação Área : ASSENTAMENTO RF II
UF : DF, DISTRITO FEDERAL
Tipo Logradouro : QUADRA
Nome Logradouro : QN 14E
Número : 15
Complemento : AREA CENTRAL
Bairro/Distrito : RIACHO FUNDO II

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel :
Número da Matrícula do Terreno :
Número do Livro :
Última Folha de Matrícula :

Nro. da Inscrição Municipal : 212114141
Nro. da Planta :
Nro. RIP-SPIU Imóvel Cadastrado :
Data de Aprovação da LPM/LMEO : 20/01/2000
Nro. do Processo de LPM/LMEO : 04905.003108/2011-82
Faixa de 100m : FORA
Circunferência de 1320m : FORA
Fator Corretivo Total : 1,00
Suspensão do Imóvel :
Nro. Relógio/Medidor :
Tipo Relógio/Medidor :
Regularização Fundiária : SIM
Área de Interesse Social : NÃO
Nro. Contrato/Convênio Município : 121214
Coleta de Lixo : PARTICULAR
Sistema de Água : CÓRREGO
Sistema de Pluviais : NÃO
Pavimentação : SIM
Iluminação Pública : SIM
Saneamento Básico : FOSSAS SÉPTICAS
Uso Atual Imóvel : PRÓPRIO

Benfeitoria Não Informada

Desistir Confirmar

SIAPA - Confirmando a Inclusão - MARCELO FERNANDES DE LIMA - 21/07/2011

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão do imóvel com sucesso e exibindo o número do RIP que o imóvel ganhou. **Anote este número**, caso queira utilizar em outras transações.



3.2.1.3 Inclusão de Benfeitoria

A opção de inclusão de benfeitoria permite a alimentação (inclusão ou alteração) de dados de benfeitoria em um imóvel preexistente no SIAPA. A inclusão se dá conforme os passos a seguir:

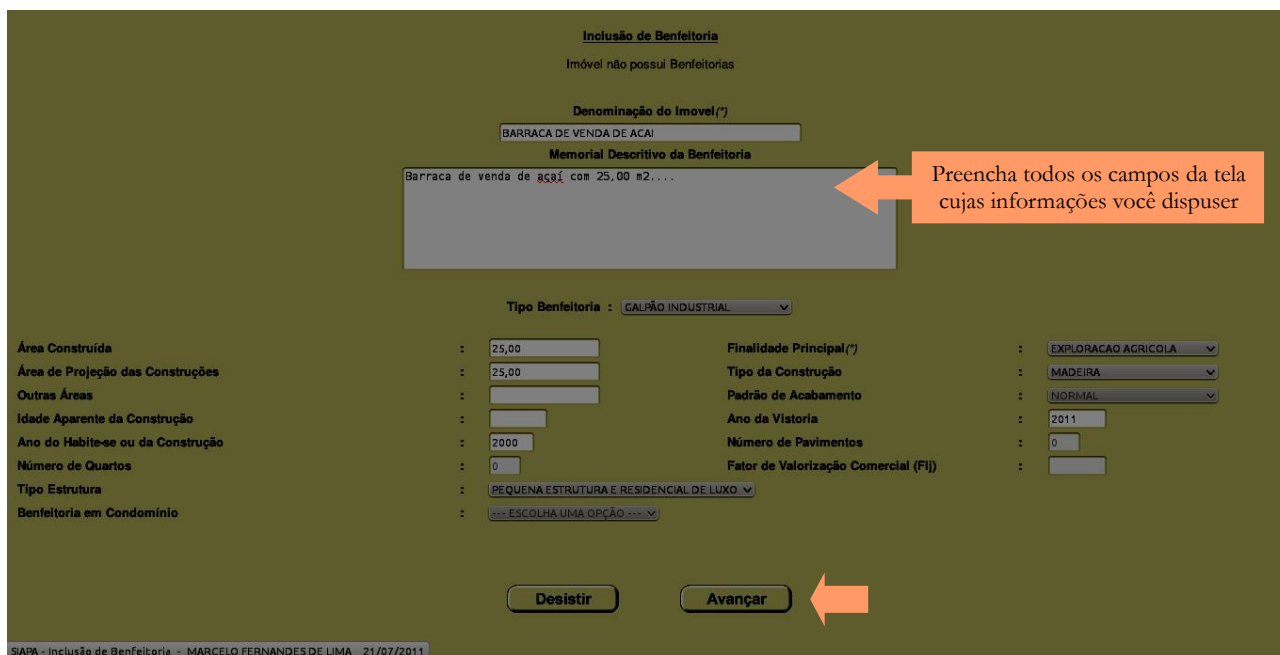
Passo 1: Acesse o módulo “Cadastramento”, funcionalidade “Inclusão”, opção “Inclusão de Benfeitoria” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Informe o número do RIP para o qual deseja cadastrar/alterar a benfeitoria e clique em **Avançar**.



Passo 3: Preencha todos os dados da benfeitoria que deseja incluir e clique em **Avançar**.



Passo 4: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.

Confirmando a Inclusão de Benfeitoria

Dados da Benfeitoria

Denominação do Imovel
BARRACA DE ACAI

Memorial Descritivo da Benfeitoria

BARRACA LOCALIZADA NA BEIRA DO RIO, COM ESTRUTURA...

← Confira os dados

Tipo Benfeitoria : GALPÃO INDUSTRIAL

Área Construída	: 42,00	Finalidade Principal	: COMERCIAL
Área de Projeção das Construções	: 42,00	Tipo da Construção	: MADEIRA
Outras Áreas	:	Padrão de Acabamento	:
Idade Aparente da Construção	:	Ano da Vistoria	:
Ano do Habite-se ou da Construção	: 2009		
Área Total	: 42,00		
Número de Pavimentos	: 00		
Número de Quartos	: 00		
Tipo Estrutura	: PEQUENA ESTRUTURA E RESIDENCIAL DE LUXO		
Benfeitoria em Condomínio	:		
Fator de Valorização Comercial (FV)	:		

←

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão da benfeitoria com sucesso e exibindo o número atribuído.

Inclusão de Benfeitoria Efetuada com Sucesso

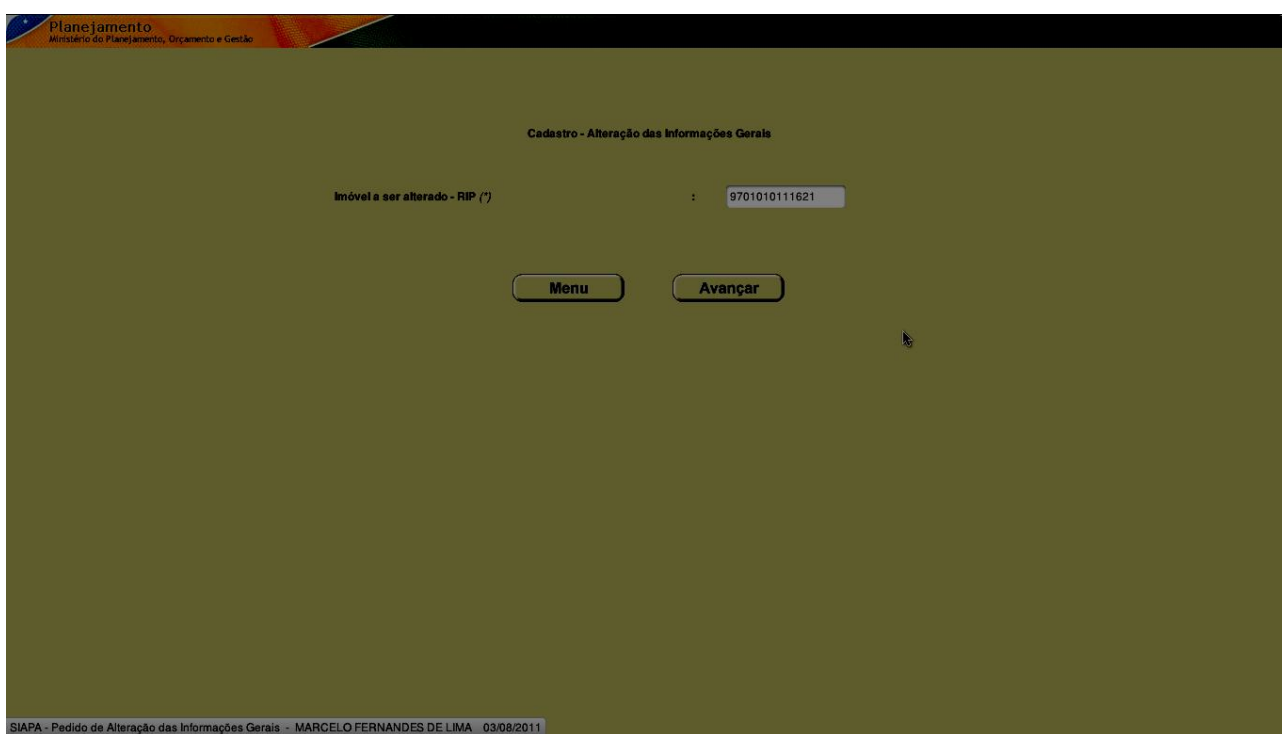
Nro. de Benfeitoria Atribuído - 001

3.2.1.4 Alteração de Informações Gerais

Passo 1: Acesse o módulo “Cadastramento”, funcionalidade “Alteração”, opção “Alteração Terreno – Informações Gerais” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Informe o RIP do imóvel que será objeto da atualização de dados e clique em



Avançar.

*Passo 3: Faça as alterações necessárias e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração.*

Alterando as Informações Gerais do Imóvel

Conceitualização : NACIONAL INTERIOR Fundamento da Incorporação : TERRAS INCORP. POR ADJUDICAÇÃO-CONFISCO

Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel :
 Número da Matrícula do Terreno :
 Número do Livro : Última Folha de Matrícula :

Data Cadastramento : 20/01/2011 Nro. Processo Cadastramento : 03110013492201113 Nro. Folha Cadastramento : 124
 Data do Recadastramento : Nro. Processo Recadastramento : Nro. Folha Recadastramento :
 Nro. de Inscrição Municipal : 212114114 Nro. de Planta :
 Nro. RIP-SPU Imóvel Cadastrado :
 Data de Aprovação da LPM/LMEQ : 20/01/2000
 Nro. do Processo de LPM/LMEQ : 04905003108201182
 Faixa de 100m : FORA
 Circunferência de 1320m : FORA
 Fator Corretivo Total : 1,00
 Suspensão do Imóvel : SEM INFORMAÇÃO
 Nro. Relógio/Medidor : Tipo Relógio/Medidor : ESCOLHA UMA OPÇÃO
 Regularização Fundiária(?) : SIM Área de Interesse Social(?) : NÃO
 Nro. Contrato/Convênio Município : 121214
 Coleta de Lixo : PARTICULAR Sistema de Água : CÔRREGO
 Sistema de Águas Pluviais : NÃO Pavimentação : SIM
 Iluminação Pública : SIM Saneamento Básico : FOSSAS SÉPTICAS
 Uso Atual do Imóvel(?) : PRÓPRIO

Altere os dados necessários

Desistir Avançar

SIAPA - Alterando as Informações Gerais do Imóvel - MARCELO FERNANDES DE LIMA 03/08/2011

Passo 4: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em

Confirmando a Alteração das Informações Gerais do Imóvel

Informações Gerais

Conceitualização : NACIONAL INTERIOR
 Fundamento da Incorporação : TERRAS INCORP. POR ADJUDICAÇÃO-CONFISCO - CF ART. 20 INC I, DL 9760/46 ART. 1 LETRA L
 Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel :
 Número da Matrícula do Terreno :
 Número do Livro :
 Última Folha de Matrícula :

Data Cadastramento : 20/01/2011 Nro. Processo Cadastramento : 03110.013492/2011-13 Nro. Folha Cadastramento : 128
 Data do Recadastramento : Nro. Processo Recadastramento : Nro. Folha Recadastramento :
 Nro. de Inscrição Municipal : 212114114 Nro. de Planta :
 Nro. RIP-SPU Imóvel Cadastrado :
 Data de Aprovação da LPM/LMEQ : 20/01/2000
 Nro. do Processo de LPM/LMEQ : 04905.003108/2011-82
 Faixa de 100m : FORA
 Circunferência de 1320m : FORA
 Fator Corretivo Total : 1,00
 Suspensão do Imóvel :
 Nro. Relógio/Medidor : Tipo Relógio/Medidor :
 Regularização Fundiária : SIM Área de Interesse Social : NÃO
 Nro. Contrato/Convênio Município : 121214
 Coleta de Lixo : PARTICULAR Sistema de Água : CÔRREGO
 Sistema de Águas Pluviais : NÃO Pavimentação : SIM
 Iluminação Pública : SIM Saneamento Básico : FOSSAS SÉPTICAS
 Uso Atual do Imóvel : PRÓPRIO

Desistir Confirmar

SIAPA - Confirmando a Alteração das Informações Gerais do Imóvel - MARCELO FERNANDES DE LIMA 03/08/2011

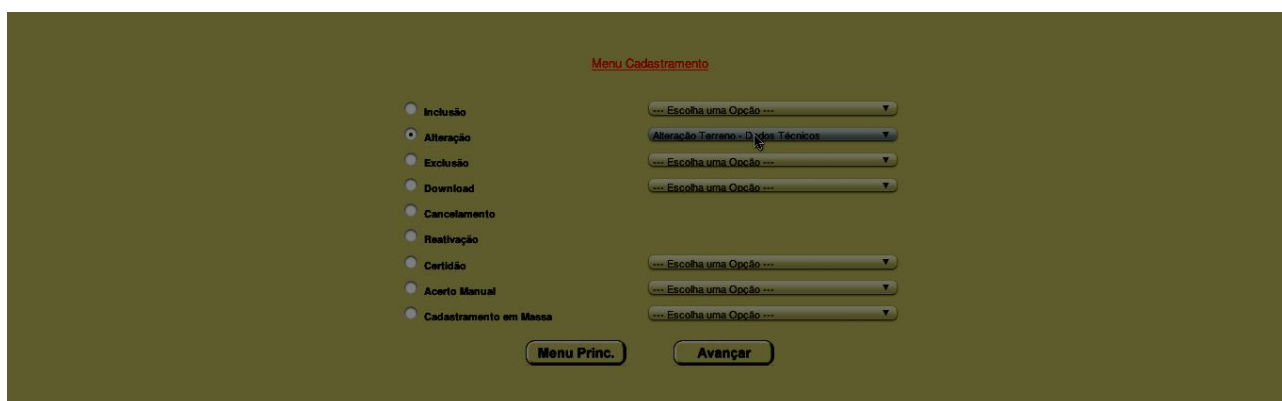
*Avançar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração.*

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a alteração das informações gerais com sucesso.



3.2.1.5 Alteração de Dados Técnicos

Passo 1: Acesse o módulo “Cadastramento”, funcionalidade “Alteração”, opção



“Alteração Terreno – Dados Técnicos” e clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe o RIP do imóvel que será objeto da atualização de dados e clique em



Avançar.

Passo 3: Faça as alterações necessárias e clique em **Avançar** para prosseguir ou em

<u>Alterando os Dados Técnicos do Imóvel</u>			
Responsável AUSENTE			
Endereço do Imóvel QUADRA QN 14E ,31 RIACHO FUNDO II AREA CENTRAL			
Situação - Tratado	:	Ativo	
RIP	:	TRATADO 9701 0101116-21	ANTECESSOR -
ATT Primitiva	:	250,00	SUCESOR -
ATU Primitiva	:	250,00	
ATT Atual/Remanescente	:	250,00	
ATU Atual/Remanescente	:	250,00	
Somaatório Unif	:	0,00	
F.I. - Decimal	:	1,0000000	
Quantidade de Derivados	:	0	
Área do Terreno Total	:	250,00	Área do Terreno da União : 250,00
Memorial do Terreno da União			
Fração Ideal	:	<input checked="" type="radio"/> Decimal <input type="radio"/> Fração <input type="radio"/> Percentual	1,0000000 <input type="text"/> <input type="text"/>

SIAPA - Alterando os Dados Técnicos do Imóvel - MARCELO FERNANDES DE LIMA 04/08/2011

Desistir para abandonar a alteração.

Passo 4: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em

Confirmando a Alteração dos Dados Técnicos do Imóvel			
Responsável			
AUSENTE			
Endereço do Imóvel			
QUADRA QN 14E ,31			
RIACHO FUNDO II			
AREA CENTRAL			
Situação - Tratado	:	Ativo	
		TRATADO	ANTECESSOR
RIP		9701 0101116-21	
ATT Primitiva	:	250,00	-
ATU Primitiva	:	220,00	
ATT Atual/Remanescente	:	250,00	
ATU Atual/Remanescente	:	220,00	
Somatório Unif	:	0,00	
F.L. - Decimal	:	1,0000000	
Quantidade de Derivados	:	0	
Qtda de Fotos	:		Coordenadas UTM
Tipo de Terreno	:	LOTE	Cartografia SPU

Desistir

Confirmar

Avançar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a alteração das informações gerais com sucesso.



3.2.2 Cancelamento

Descrição

O imóvel da União poderá ser doado quando não houver interesse público ou social em manter o domínio público federal, como nos casos de grandes áreas de ocupação consolidada para fins de moradia da população de menor renda. Isto quando não for caso de áreas inalienáveis como várzeas, terrenos marginais e de marinha.

A Doação poderá ser transferida diretamente aos ocupantes ou para agente intermediário (entes federativos, companhias habitacionais, entidades privadas sem fins lucrativos etc.) do processo de regularização fundiária e provisão de habitação de interesse social, responsável pela titulação das famílias ocupantes.

O beneficiário final pessoa física deve possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

A Doação de imóveis da União é de competência do Ministro do Planejamento, exceto aquela realizada para órgãos públicos para fins de pesquisa, saúde e educação, assim como, a transferência de domínio pleno de terras da União ao INCRA para projetos de Reforma Agrária, as quais são de competência dos Superintendentes do Patrimônio da União.

No SIAPA há a opção de cancelamento do RIP por doação.

Por meio desta funcionalidade é possível ao usuário efetuar o cancelamento de um imóvel no sistema. Por exemplo, no caso em que o imóvel é doado, ele não deve mais permanecer ativo na base. Neste caso, ele é cancelado, tendo como motivo do cancelamento a opção “DOAÇÃO”. Outro motivo bem comum é o cancelamento por duplicidade cadastral ou por erro de cadastramento, mas estão previstos outros motivos.

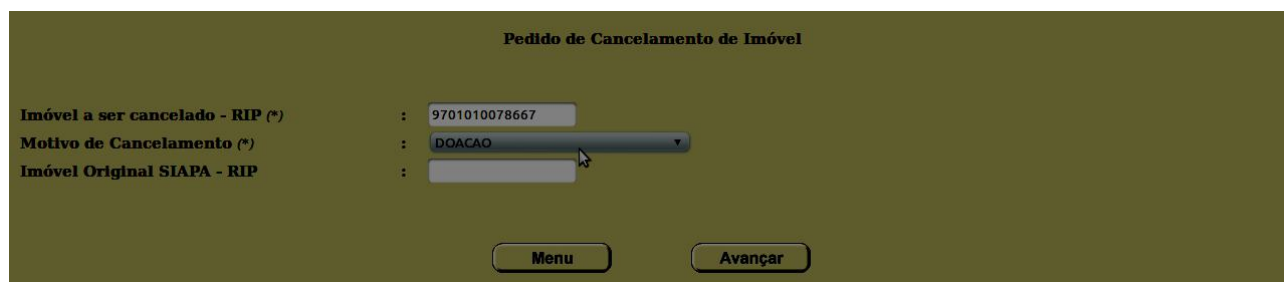
O cancelamento de um imóvel no SIAPA se dá conforme os passos a seguir:

Passo 1: Acesse o módulo “Cadastramento”, funcionalidade “Cancelamento” e clique em

Avançar.



Passo 2: Informe o RIP do imóvel que você deseja cancelar e também o motivo do



cancelamento e clique em Avançar.

Exemplo de cancelamento por Doação



Exemplo de cancelamento por Duplicidade Cadastral

← Informe os dados

Passo 2: Informe os demais dados para o cancelamento e clique em **Avançar**.

Situação - Antes			
TRATADO	:	Ativo	
Situação - Depois			
TRATADO	:	Cancelado - Doação	
		TRATADO	ANTECESSOR
RIP		9701 0100786-67	-
ATT Primitiva	:	20.456,87	
ATU Primitiva	:	20.456,87	
ATT Atual/Remanescente	:	20.456,87	
ATU Atual/Remanescente	:	20.456,87	
Somatório Unif	:	0,00	
F.I. - Decimal	:	1,0000000	
Número do Processo (*)	:	03110013492201113	
Data do Cancelamento (*)	:	02/08/2011	Número da Folha (*) : 234
		Desistir	Avançar

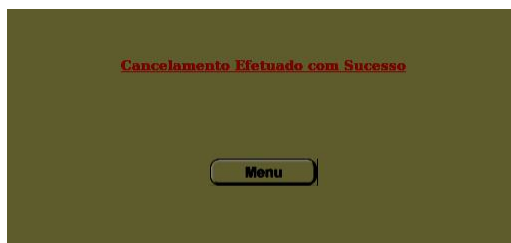
Passo 3: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em

		TRATADO	ANTECESSOR	SUCESSOR
RIP		9701 0100786-67	-	-
ATT Primitiva	:	20.456,87		
ATU Primitiva	:	20.456,87		
ATT Atual/Remanescente	:	20.456,87		
ATU Atual/Remanescente	:	20.456,87		
Somatório Unif	:	0,00		
F.I. - Decimal	:	1,0000000		
Dados Cadastrais				
Nro. Processo	:	03110.013492/2011-13		
Nro. Folha	:	234		
Data do Cancelamento	:	02/08/2011		
		Desistir	Confirmar	

Confirmar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar o cancelamento.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir para confirmar o cancelamento do imóvel com sucesso.





3.3 Módulo Utilização

Por meio do módulo Utilização o usuário tem acesso às funcionalidades para gestão da destinação dos imóveis cadastrados. Atualmente estão previstos os seguintes regimes de utilização no SIAPA: Inscrição de Ocupação, Aforamento, Autorização de Uso (TAU), Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM).

3.3.1. Inclusão

3.3.1.1 Inclusão de TAU Pessoa Física ou Jurídica

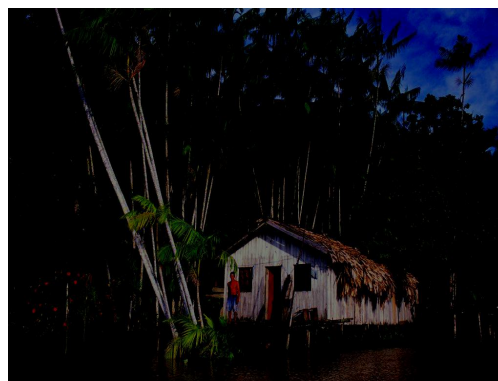
Descrição

O regime de utilização de imóveis da União de Autorização de Uso pode se dar em duas modalidades:

- Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para comunidades tradicionais;
- O Termo de Autorização de Uso (TAU) para área urbana da União utilizada por comércio de interesse local é concedido para áreas de até 250 metros quadrados.

O **Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)**, disciplinado pela Portaria SPU nº 89/2010¹¹, é um instrumento precário conferido em caráter excepcional e transitório para utilização e aproveitamento sustentável dos recursos naturais a comunidades tradicionais, especialmente ribeirinhas agroextrativistas e pescadores, ocupantes de:

- I – Áreas de várzeas e mangues, enquanto leito de corpos de água federais;
- II – mar territorial;
- III – áreas de praia marítima ou fluvial federais;
- IV – ilhas federais fluviais, oceânicas ou situadas em faixa de fronteira;
- V – acrescidos de marinha e marginais de rios federais;
- VI – terrenos de marinha e marginais presumidos.



MODALIDADE TAUS	ÁREA TAUS
Individual: O beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será o chefe de família, prioritariamente a mulher, e o cadastro do responsável no SIAPA é feito pelo número de CPF – Cadastro de Pessoa Física .	Individual: <ul style="list-style-type: none"> • Área circunscrita a um raio de até 500 metros, a partir de um ponto geodésico estabelecido no local de moradia ou de cultura de subsistência do ocupante, até a delimitação presumível dos terrenos de marinha ou marginais, respeitados os limites de tradição das posses existentes no local, ou,

¹¹ Revogou as Portarias SPU 284/2005 e 100/2009.

	<ul style="list-style-type: none"> Poligonal fechada com coordenadas de pontos geodésicos da área utilizada para fins de moradia ou área de uso tradicional coletivo dos recursos naturais.
Coletiva: <ul style="list-style-type: none"> Beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será uma entidade comunitária que represente as famílias da comunidade, como uma associação ou cooperativa. Neste caso será necessário o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será um “responsável coletivo”, que corresponde a um conjunto de famílias que terá o CPF - Cadastro de Pessoa Física do chefe de família registrado no Sistema (veja item a seguir). 	Coletiva: <p>A área do título coletivo será sempre definida por uma ou mais poligonais fechadas com coordenadas de pontos geodésicos da área utilizada para fins de moradia ou área de uso tradicional coletivo dos recursos naturais.</p>

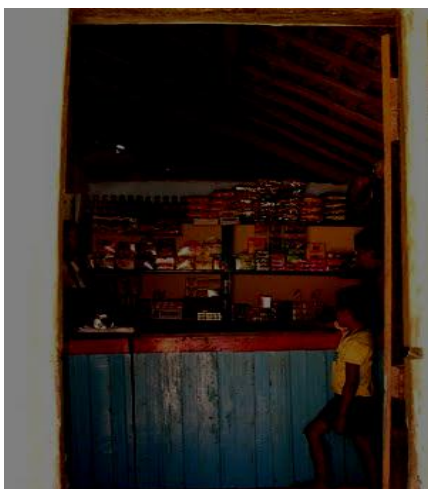
Beneficiários: Exclusivamente comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores, quilombolas, extrativistas etc.).

Usos: O TAUS pode ser concedido para áreas da União não contíguas utilizadas para moradia e atividades tradicionais de subsistência.

Transferência: O TAUS a venda é proibida, não sendo transferível por ato intervivos, apenas por sucessão legítima ou testamentária. Em caso de falecimento do beneficiário e de sua família, seus sucessores, se caracterizados como comunidades tradicionais, deverão receber novo Termo com a foto de sua família em frente à sua casa.

Atenção: Nos TAUS individuais com área definida a partir de raio de até 500 metros a inclusão da área no Sistema se dará por um montante aproximado da área utilizada excluindo os corpos de água e limites com confrontantes. Este valor deverá ser superior ao módulo rural mínimo na região.

O **Termo de Autorização de Uso (TAU)**, previsto no art. 9º da MP nº 2.220/2001 e art. 18 da Instrução Normativa nº 2/2007, para área da União utilizada por comércio de interesse local é concedido para áreas de até 250 metros quadrados, situados em áreas urbanas da União objeto de regularização fundiária de interesse social é outorgado a pessoas físicas que utilizam para sua subsistência. É facultado ao Poder Público conceder a TAU àquele que possui como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, a área utilizando-a para fins comerciais.



Beneficiários: Pequenos comerciantes situados em áreas urbanas da União em processo de regularização fundiária de interesse social, com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos.

Usos: Comércio de interesse local para sustento próprio ou de sua família.

Modalidade: Individual e gratuita, em nome da pessoa física (CPF).

Transferência: Apenas por sucessão.

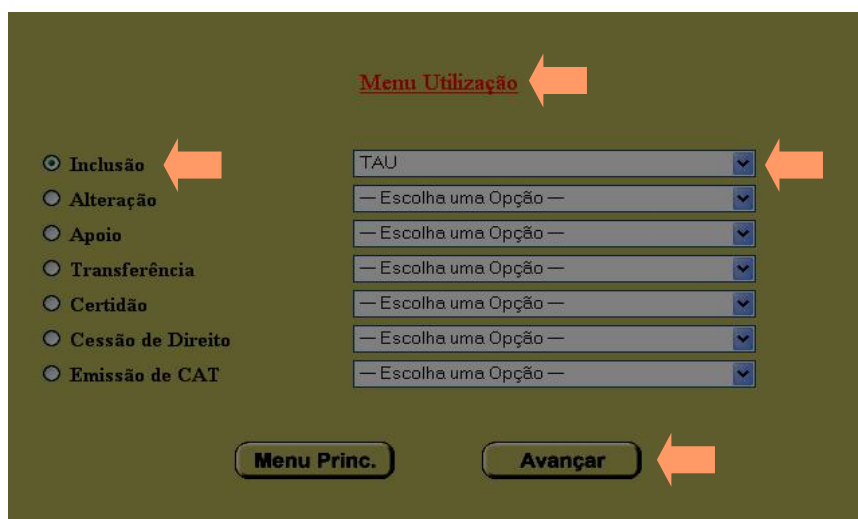
Vedação:

- área rural,
- área maior que 250m²,
- não possuir outro estabelecimento,
- pessoas jurídicas (CNPJ) ou responsável coletivo.

Lembre-se: A TAU para comércio só é aplicável em áreas urbanas da União.

Operacionalização no SIAPA

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “TAU” e clique



em **Avançar**.

Passo 2: Na tela seguinte, informe o RIP do imóvel para o qual será concedida a CUEM, escolha a sub-opção “CPF do Proprietário” e informe o CPF no beneficiário caso queira incluir uma pessoa física. Para incluir uma pessoa Jurídica, escolha a sub-opção “CNPJ do Proprietário”




e informe o CNPJ no beneficiário. Em seguida clique em **Avançar**.

Na tela seguinte, se o CPF/CNPJ informado por você já estiver cadastrado no SIAPA, o sistema exibirá os dados do Responsável e solicitará as informações referentes à CUEM que você deseja incluir. Caso o CPF/CNPJ não exista no SIAPA, você precisará cadastrar esse responsável primeiro. Para cadastrar um responsável, favor verificar o item 3.7.2 deste manual.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Dados para a Autorização de Uso

Nro. RIP : 9701 0101110-36 ATU primitiva(m2) : 250,00
 Natureza : URBANO

Dados do Responsável

CPF do Responsável - 012061438-35 ← CPF informado por você

Nome : QLHV ILYVIGL EVWLEZGL
 Data de Nascimento : 19/06/1960 Sexo : MASCULINO
 Responsável Estrangeiro : NÃO
 Nacionalidade : BRASILEIRO Naturalidade : 9373 - GOIANIA
 Filiação Mãe : MARIA SILVA
 Identidade : 12389506 Órgão Expedidor : SSP/GO
 Profissão : ADVOGADO ← Dados do responsável cadastrado no SIAPA
 Telefone 1 : (62)32323232 Telefone 2 : (62)99999999
 Estado Civil : CASADO
 Nome do Cônjuge : JOANA SILVA CPF Cônjuge : 001850439-68
 Espólio : NÃO Recebe Bolsa Família : NÃO
 Quantidade de Dependentes : SEM DEPENDENTES
 Renda Média Mensal Resp.(R\$) : 5 000,00
 Renda Média Mensal Total(R\$) : 5 000,00
 Município : 7107 - SAO PAULO CEP : 03337-010
 Unidade da Federação : SP - SAO PAULO

Tipo Logradouro :
 Nome Logradouro : I KILU QLZL WV LOREVRIZ GLIIVH Número : 580
 Complemento : APTO 62
 Bairro/Distrito : JD ANA LIA FRANCO

Informações da Autorização de Uso

Número do TAU (*) :
 Data do TAU (*) :
 Uso (*) : — Escolha uma Opção —

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU :
 Número da Folha - Despacho GRPU :
 Data do Despacho SPU :
 Número da Folha - Despacho SPU :

Informações Cartoriais

Cartório Externo de Registro de Imóveis : — Sem Informação —
 Nome do Cartório :
 Matrícula R.I. :
 Data do Registro ou Averbação :
 Número do Livro/Ficha R.I. :
 Número da Folha R.I. :

Passo 3: Informe todos os dados referentes ao TAU que você deseja incluir.

Local de Endereçamento (*)

Escolha uma Opção

Os Campos abaixo só serão obrigatórios para a opção ENDEREÇO ESPECIAL.

Local Endereçamento

Motivo (*) : Escolha uma Opção

Nome (*) :

Localização : Brasil

Município (*) :

CEP (*) : Altera CEP

Tipo Logradouro (*) : Escolha uma Opção

Nome Logradouro (*) :

Número (*) :

Complemento :

Caixa Postal :

Bairro/Distrito (*) :

Desistir Avançar

Inscrição de TAU - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011

Passo 4: Clique em Avançar.

Passo 5: Será aberta uma tela para confirmação dos dados do TAU. Após conferir, clique

Confirmando a Inscrição da TAU

Dados Cadastrais

Nro. RIP : 9701 0101110-36 ATU primitiva(m2) : 250,00

Natureza : URBANO

Dados Do Responsável

CPF do Responsável - 012061438-35

Nome : QLHV ILYVIGL EVWLEZGL

Data de Nascimento : 19/06/1960 Sexo : MASCULINO

Responsável Estrangeiro : NÃO

Nacionalidade : BRASILEIRO Naturalidade : 9373 - GOIANIA

Filiação Mãe : MARIA SILVA

Identidade : 12589506 Órgão Expedidor : SSP/GO

Profissão : ADVOGADO

Telefone 1 : (62)32323232 Telefone 2 : (62)99999999

Estado Civil : CASADO

Nome do Cônjuge : JOANA SILVA CPF Cônjuge : 001830439-68

Espólio : NÃO Recebe Bolsa Família : NÃO

Quantidade de Dependentes : SEM DEPENDENTES

Renda Média Mensal Resp.(R\$) : 5.000,00

Renda Média Mensal Total(R\$) : 5.000,00

Município : 7107 - SAO PAULO CEP : 03337-010

Unidade da Federação : SP - SAO PAULO

Tipo Logradouro :

Nome Logradouro : I KILU QLZL WV LOREVRIZ GLIIVH Número : 580

Complemento : APTO 62

Bairro/Distrito : JD ANALLA FRANCO

Caixa Postal : -

Nro. Processo : 03110 013492/2011-13

Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação :

Data de Início da Ocupação Efetiva :

em Confirmar para prosseguir ou em Desistir para abandonar inscrição da TAU.

Passo 6: Após conferir todos os dados, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em

<u>Informações da Autorização de Uso</u>	
Número do TAU (*)	: 159
Data do TAU (*)	: 02/02/2002
Uso (*)	: Comércio de interesse local

<u>Dados Complementares para a Minuta</u>	
Data do Despacho GRPU	:
Número da Folha - Despacho GRPU	:
Data do Despacho SPU	:
Número da Folha - Despacho SPU	:

<u>Informações Cartoriais</u>	
Cartório Externo de Registro de Imóveis	: Sem Informação

Local de Endereçamento : LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

Desistir para abandonar a inclusão .

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inscrição do TAU.

Inscrição de TAU Efetuada com Sucesso



3.3.1.2 Inclusão de TAU responsável coletivo

Descrição

O **Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)** visto na primeira parte do item anterior (2.3.1.1), pode ser entregue a um conjunto de famílias, que no SIAPA é denominado como “responsável coletivo”.

Neste caso, o TAUS Coletivo beneficiará uma coletividade que será representada no Sistema por uma lista de pessoas, correspondente ao cadastro do CPF de cada chefe de família, prioritariamente a mulher, beneficiária.

Beneficiários: Exclusivamente comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores, quilombolas, extrativistas etc.).

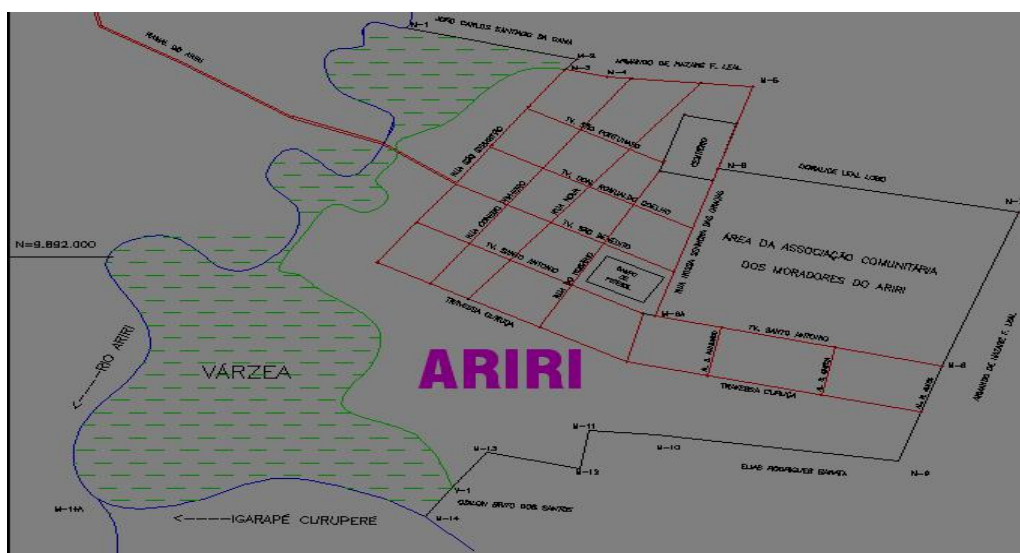
Área: A área é definida por poligonal fechada com coordenadas de pontos geodésicos da área utilizada para fins de moradia ou área de uso tradicional coletivo dos recursos naturais.

Usos: O TAUS pode ser concedido para áreas da União não contíguas utilizadas para moradia e atividades tradicionais de subsistência.

Transferência: O TAUS outorgados à Associação não é transferível. O TAUS entregue ao um conjunto de famílias é transferível apenas por sucessão legítima ou testamentária. Em caso de falecimento do beneficiário e de sua família, seus sucessores, se caracterizados como comunidades tradicionais, deverão receber novo Termo com a foto de sua família em frente à sua casa.

Vedação:

- Área urbana
- Uso comercial (não aparece opção).
- Número de CPFs na lista de beneficiário deve ser = ou < que número de famílias declarado.



Operacionalização no SIAPA

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “TAU” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Na tela seguinte, informe o RIP do imóvel para o qual será concedida a TAU, escolha a sub-opção “Responsável Coletivo”. Lembre-se que TAU coletivo só pode ser concedida para imóveis rurais. Em seguida clique em **Avançar**.



Passo 3: Na tela seguinte, informe os dados do responsável coletivo (Comunidade/Assentamento) para o qual será concedida o TAU, bem como os demais dados do regime de utilização.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Dados para a Autorização de Uso

Nro. RIP : 9701 0101117-02
 Natureza : RURAL
 ATU primitiva(m2) : 250,00

Dados do Responsável

Nome da Comunidade/Assentamento (*) : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
 Número de Famílias Beneficiadas (*) : 2

Nro. Processo (*) : 03110013492201113
 Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação : 20/10/2010
 Data de Início da Ocupação Efetiva : 10/10/1996

Informações da Autorização de Uso

Número do TAU (*) : 243
 Data do TAU (*) : 20/10/2011
 Uso (*) : Moradia e atividade tradicional de subsistência ▼

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU : 19/10/2010
 Número da Folha - Despacho GRPU : 123
 Data do Despacho SPU : 20/10/2010
 Número da Folha - Despacho SPU : 234

Informações do Responsável Coletivo

Demais informações do TAU

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Cartório Externo de Registro de Imóveis : -- Sem Informação -- ▼
 Nome do Cartório :
 Matrícula R.I. :
 Data do Registro ou Averbação :
 Número do Livro/Ficha R.I. :
 Número da Folha R.I. :

Local de Endereçamento (*)

LOCALIZACAO DO IMOVEL ▼

Os Campos abaixo só serão obrigatórios para a opção ENDEREÇO ESPECIAL.

Local Endereçamento - Localização do Imóvel

Motivo (*) : -- Escolha uma Opção -- ▼
 Nome (*) :
 Localização : Brasil ▼
 Município (*) :
 Tipo Logradouro (*) : -- Escolha uma Opção -- ▼
 Nome Logradouro (*) :
 Complemento :
 Bairro/Distrito (*) :
 CEP (*) : Altera CEP
 Número (*) :
 Caixa Postal :

Desistir Avançar

Passo 4: Após o preenchimento dos dados do regime de utilização, clique em Avançar.

Passo 5: Será aberta uma tela para confirmação da inclusão. Após conferir, clique em



*Confirmar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.*

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão do TAU com sucesso.




3.3.1.3 Inclusão de CDRU Pessoa Física ou Jurídica

Descrição

A **Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)**, de áreas da União pode ser concedida em áreas urbanas ou rurais, na modalidade gratuita ou onerosa, podendo ser transferida diretamente à(s) família(s) ou a agentes intermediários da política de desenvolvimento urbano ou rural (municípios, estados, associações e cooperativas etc.).

A CDRU é um dos direitos reais previstos no Código Civil (art. 1.225), e sua **transferência** pode se dar por atos entre vivos (venda ou doação) ou sucessão. Os contratos de CDRU de imóveis públicos têm caráter de escritura pública e constituem título de aceitação obrigatória em **garantia** de contratos de financiamentos habitacionais, nos exatos termos do art. 48 do estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

O que diz o DL 21/1967, Art. 7º, que trata da CDRU?

“É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. ([Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007](#))”.



A CDRU para pessoa física ou individual

Beneficiários: Pessoas físicas, moradores de assentamentos informais urbanos e rurais, familiares beneficiada por projetos de habitação de interesse social, comunidades tradicionais. Neste caso será necessário o CPF do chefe de família, prioritariamente a mulher, para cadastro do responsável no SIAPA.

Modalidades: Beneficia famílias que vivem em área urbana ou rural da União diretamente;

Usos: moradia, comércio de interesse local, cultivo da terra, urbanização, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais;

Transferência: Permitida a venda ou doação do direito real de uso, após a anuência da Superintendência, ou sucessão;

Vedação: Usos que não estejam expressos no art. 7º, DL 271/1967.

CDRU para pessoa jurídica

Neste caso poderá ser feita a CDRU em duas modalidades:

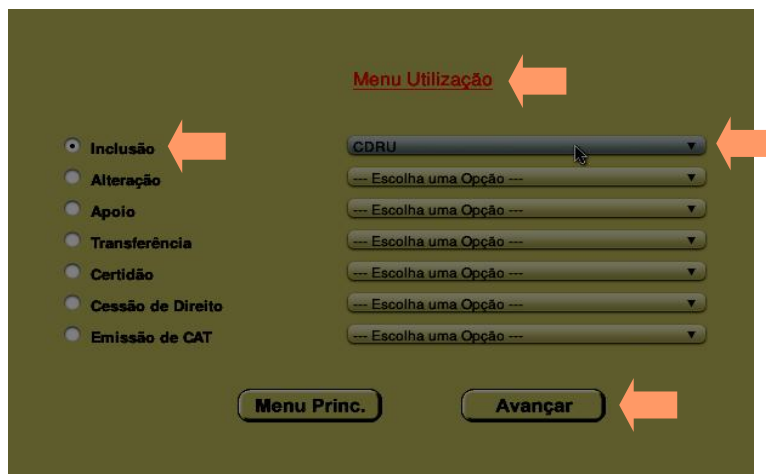
- CDRU para agentes intermediários da política de desenvolvimento urbano ou rural
- CDRU coletiva para associações ou cooperativas.

A CDRU só pode ser utilizada para os usos definidos em lei, no art. 7º, DL 271/1967.

MODALIDADE CDRU	CDRU: USOS GRATUITOS
<p>Para agente intermediário: Ente federativo (Municípios, Estados, Distrito Federal), Companhias Habitacionais. Neste caso será necessário o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.</p> <p>Individual: O beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será o chefe de família, prioritariamente a mulher, e o cadastro do responsável no SIAPA é feito pelo número de CPF – Cadastro de Pessoa Física.</p> <p>Coletiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será uma entidade privada sem fins lucrativos (associação e cooperativas) represente as famílias do assentamento informal urbano e rural. Neste caso será necessário o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. • Beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será um “responsável coletivo”, que corresponde a um conjunto de famílias que terá o CPF - Cadastro de Pessoa Física do chefe de família registrado no Sistema (veja item a seguir). 	<p>Urbano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • regularização fundiária de interesse social, • empreendimentos de habitação de interesse social, • urbanização • outras modalidades de interesse social em áreas urbanas, como equipamentos públicos e comunitários, comércio de interesse local, etc. <p>Rural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • regularização fundiária de interesse social, • cultivo da terra, • aproveitamento sustentável das várzeas, • preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência • projetos de assentamento em áreas inalienáveis, • unidades de conservação estaduais e municipais em áreas inalienáveis.

Operacionalização no SIAPA

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “CDRU” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Na tela seguinte, informe o RIP do imóvel para o qual será concedida a CDRU, escolha a sub-opção “CPF do Proprietário” e informe o CPF no beneficiário caso queira incluir uma pessoa física. Para incluir uma pessoa Jurídica, escolha a sub-opção “CNPJ do Proprietário”




e informe o CNPJ no beneficiário. Em seguida clique em **Avançar**.

Na tela seguinte, se o CPF/CNPJ informado por você já estiver cadastrado no SIAPA, o sistema exibirá o nome do Responsável e solicitará as informações referentes à CDRU que deseja incluir. Caso o CPF/CNPJ não exista no SIAPA, você precisará cadastrar esse responsável primeiro. Para cadastrar um responsável, favor verificar o item 3.7.2 deste manual.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Dados para a CDRU

Nro. RIP : 9701 0101108-11 ATU primitiva(m2) : 250,00
 Natureza : URBANO

Dados do Responsável

CPF do Responsável : 354945278-08 ← CPF informado por você

Nome : TRLEZMZ ILNZML WV UZIRZ NLIYR
 Data de Nascimento : 03/06/1987 Sexo : FEMININO
 Responsável Estrangeiro : NÃO
 Nacionalidade : BRASILEIRA Naturalidade :
 Filiação Mãe : GVNARMSZ ILNZML NLIYR Órgão Expedidor :
 Identidade :
 Profissão :
 Telefone 1 : 3104-0379 ← Dados do responsável cadastrado no SIAPA
 Estado Civil :
 Nome do Cônjuge :
 Espólio : NÃO Telefone 2 :
 Quantidade de Dependentes :
 Renda Média Mensal Resp.(R\$) : 0,00 CPF Cônjuge :
 Renda Média Mensal Total(R\$) : 0,00 Recebe Bolsa Família : NÃO
 Município : 7107 - SAO PAULO CEP : 05458-001
 Unidade da Federação : SP - SAO PAULO

Tipo Logradouro :
 Nome Logradouro : ZE WRLTYMVH IRYVRIL WV ORNZ Número : 2361
 Complemento : APTO 101
 Bairro/Distrito : ALTO DE PINHEIROS

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nro. Processo (*) : 03110013334201155
 Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação :
 Data de Início da Ocupação Efetiva :

Informações da CDRU

Uso (*) : Regularização fundiária de interesse social
 Temporalidade do Contrato(*) :
☐ Determinada (quando há agente intermediário)
☒ Indeterminada (concessão direta ao beneficiário final)
 Prazo da obrigação contratual : meses

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU : 27/07/2011
 Número da Folha - Despacho GRPU : 114
 Data do Despacho SPU : 28/07/2011
 Número da Folha - Despacho SPU : 116

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU (*) : 29/07/2011
 Número do Livro GRPU (*) : 13A
 Número da Folha GRPU (*) : 14

Passo 3: Informe todos os dados referentes à CDRU que você deseja incluir.

Passo 4: Clique em Avançar.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Cartório Externo de Registro de Imóveis : Sem Informação ▼

Nome do Cartório :

Matrícula R.I. :

Data do Registro ou Averbação :

Número do Livro/Ficha R.I. :

Número da Folha R.I. :

Local de Endereçamento (*)
ENDERECO USUARIO/RESPONSAVEL ▼

Os Campos abaixo só serão obrigatórios para a opção ENDEREÇO ESPECIAL.

Local Endereçamento - Endereço Usuário / Responsável

Motivo (*) : -- Escolha uma Opção -- ▼

Nome (*) :

Localização : Brasil ▼

Município (*) : CEP (*) : Altera CEP

Tipo Logradouro (*) : -- Escolha uma Opção -- ▼

Nome Logradouro (*) : Número (*) :

Complemento :

Bairro/Distrito (*) : Caixa Postal :

Inscrição de CDRU - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011

Desistir Avançar

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Confirmando a Inscrição da CDRU

Dados para a CDRU

Nro. RIP : 9701 0101108-11 ATU primitiva(m2) : 250,00

Natureza : URBANO

Dados Do Responsável

CPF do Responsável : 354945278-08

Nome : TRLEZMZ ILNZML WV UZIRZ NLIYR Sexo : FEMININO

Data de Nascimento : 03/06/1987

Responsável Estrangeiro : NÃO

Nacionalidade : BRASILEIRA Naturalidade :

Filiação Mãe : GVNARMSZ ILNZML NLIYR Órgão Expedidor :

Identidade : Profissão :

Telefone 1 : 3104-0379 Telefone 2 :

Estado Civil :

Nome do Cônjuge : CPF Cônjuge : 000000000-00

Espólio : NÃO Recebe Bolsa Família : NÃO

Quantidade de Dependentes :

Renda Média Mensal Resp.(R\$) : 0,00

Renda Média Mensal Total(R\$) : 0,00

Município : 7107 - SAO PAULO CEP : 05458-001

Unidade da Federação : SP - SAO PAULO

Passo 5: Será aberta uma tela para confirmação dos dados da CDRU.

Passo 6: Após conferir todos os dados, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.

Confira os dados

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Caixa Postal : -

Nro. Processo : 03110.013334/2011-55
Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação :
Data de Início da Ocupação Efetiva :

Informações da CDRU

Uso (*) : Regularização fundiária de interesse social
Temporalidade do Contrato : Indeterminada (concessão direta ao beneficiário final)

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU : 27/07/2011
Número da Folha - Despacho GRPU : 114
Data do Despacho SPU : 28/07/2011
Número da Folha - Despacho SPU : 116

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU (*) : 29/07/2011
Número do Livro GRPU (*) : 13A
Número da Folha GRPU (*) : 14

Informações Cartoriais

Cartório Externo de Registro de Imóveis : Sem Informação

Local de Endereçamento : ENDEREÇO USUÁRIO/RESPONSÁVEL

Desistir Confirmar

Confirmação da Inscrição da CDRU - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011

Confira os dados

Confirmar

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão da CDRU com sucesso.

Inscrição de CDRU Efetuada com Sucesso

Menu

3.3.1.4 Inclusão de CDRU responsável coletivo

Descrição

A CDRU vista no item anterior (3.3.1.3), pode ser entregue a um conjunto de famílias, que no SIAPA é denominado como “responsável coletivo”.

Neste caso, a CDRU coletiva beneficiará uma coletividade que será representada no Sistema por uma lista de pessoas, correspondente ao cadastro do CPF de cada chefe de família, prioritariamente a mulher, beneficiária.

Beneficiários: Pessoas físicas, moradores de assentamentos informais urbanos e rurais, famílias beneficiada por projetos de habitação de interesse social, comunidades tradicionais.

Atenção! Quando a coletividade beneficiada pela transferência de área da União não tiver uma associação regularmente constituída ou quando os terrenos ocupados por cada possuidor forem de difícil definição poderá ser outorgada a CDRU em favor de responsável coletivo

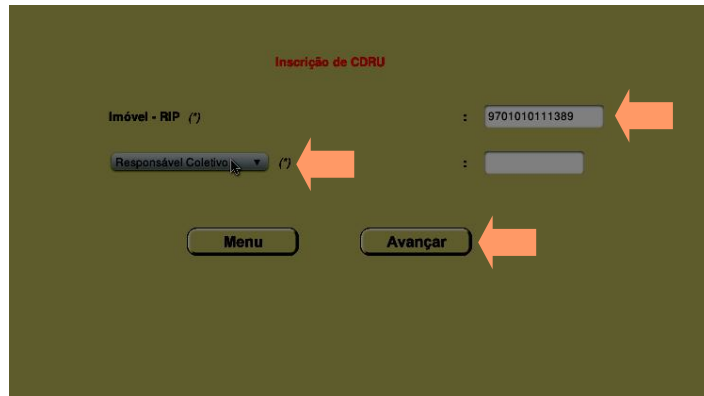
Operacionalização no SIAPA

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “CDRU” e



clique em Avançar.

Passo 2: Na tela seguinte, informe o RIP do imóvel para o qual será concedida a CDRU, escolha a sub-opção “Responsável Coletivo”. Em seguida clique em Avançar.



Passo 3: Na tela seguinte, informe os dados do responsável coletivo (Comunidade/Assentamento) para o qual será concedida a CDRU, bem como os demais dados do regime de utilização.



← Informações do Responsável Coletivo

Informações da CDRU	
Uso (*)	: Regularização fundiária de interesse social
Temporalidade do Contrato(*)	: <input type="radio"/> Determinada (quando há agente intermediário) <input checked="" type="radio"/> Indeterminada (concessão direta ao beneficiário final)
Prazo da obrigação contratual	: 00 meses

Dados Complementares para a Minuta	
Data do Despacho GRPU	: 27/07/2011
Número da Folha - Despacho GRPU	: 114
Data do Despacho SPU	: 28/07/2011
Número da Folha - Despacho SPU	: 116

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU	
Data do Contrato GRPU (*)	: 29/07/2011
Número do Livro GRPU (*)	: 13A
Número da Folha GRPU (*)	: 14

Demais informações da CDRU

Local de Endereçamento (*)	
LOCALIZACAO DO IMOVEL	
Os Campos abaixo só serão obrigatórios para a opção ENDEREÇO ESPECIAL.	
Local Endereçamento - Localização do Imóvel	
Motivo (*)	: -- Escolha uma Opção --
Nome (*)	:
Localização	: Brasil
Município (*)	:
Tipo Logradouro (*)	: -- Escolha uma Opção --
Nome Logradouro (*)	:
Complemento	:
Bairro/Distrito (*)	:
CEP (*)	: Altera CEP
Número (*)	:
Caixa Postal	:

Desistir Avançar

Inscrição de CDRU - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011

Passo 4: Após o preenchimento dos dados do regime de utilização, clique em **Avançar**.

Passo 5: Será aberta uma tela para confirmação da inclusão. Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.



Dados Do Responsável	
Nome da Comunidade/Assentamento	: COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
Número de Famílias Beneficiadas	: 5
Tipo de Representação da Fração Ideal	: Área (em m2)
Nro. Processo	: 03110.013334/2011-55
Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação	: 20/01/2011
Data de Início da Ocupação Efetiva	:

Informações da CDRU	
Uso (*)	: Regularização fundiária de interesse social
Temporalidade do Contrato	: Indeterminada (concessão direta ao beneficiário final)
Data do Despacho SPU	: 28/07/2011
Número de Folha - Despacho SPU	: 116

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU	
Data do Contrato GRPU (*)	: 29/07/2011
Número do Livro GRPU (*)	: 13A
Número da Folha GRPU (*)	: 14

Informações Cartoriais	
Cartório Externo de Registro de Imóveis	: Sem Informação
Local de Endereçamento : LOCALIZACAO DO IMOVEL	

Confirmação de dados para inclusão de CDRU

Desistir Confirmar

Confirmação da Inscrição da CDRU - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão da CDRU com sucesso.



3.3.1.5 Inclusão de CUEM Pessoa Física ou Jurídica

Descrição

A **Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM)** aplica-se preferencialmente aos ocupantes que preenchem os requisitos legais estabelecidos, como forma do reconhecimento do direito fundamental à moradia e função socioambiental da propriedade da União. Os requisitos para ter direito à CUEM são: possuir como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até 2006, área/imóvel urbano da União, de até 250 metros quadrados, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, e não ser proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

A CUEM aplica-se exclusiva e diretamente aos ocupantes de áreas urbanas, que moram em assentamentos informais urbanos situados em área da União. Vemos, assim, que a CUEM é um instrumento de regularização fundiária e não deve ser utilizada para áreas da União destinadas à projetos habitacionais.

A concessão direta de **CUEM individual** é aquela em que cada beneficiário, pessoa física, recebe diretamente da SPU, a concessão correspondente à área exata que ocupa. A CUEM coletiva pode beneficiar um grupo de famílias ou uma coletividade representada por uma associação ou cooperativa, certo que cada família deve ocupar fração ideal ou diferenciada de até 250m2.

Considerando as dimensões dos lotes urbanos ocupados em pequenas e médias cidades da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro, via de regra, maiores que 250 m2, será aplicada preferencialmente a CDRU. A

CUEM, nesta regiões será aplicada principalmente nas áreas mais densas das capitais.

MODALIDADE CUEM	CUEM: USO E VEDAÇÕES
<p>Para agente intermediário: Ente federativo (Municípios, Estados, Distrito Federal), Companhias Habitacionais. Neste caso será necessário o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.</p>	<p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso predominantemente para moradia • Área urbana • Área de até 250m² por família • A família possuir o imóvel como seu • Mínimo de 5 anos de ocupação, ininterruptamente e sem oposição, até 2006 • Não ser proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. <p>Vedações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área rural • Área de maior de 250m² por família <p>Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Venda/Doação ou secessão legítima após a anuência da SPU
<p>Individual: O beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será o chefe de família, prioritariamente a mulher, e o cadastro do responsável no SIAPA é feito pelo número de CPF – Cadastro de Pessoa Física.</p>	
<p>Coletiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será uma entidade privada sem fins lucrativos (associação e cooperativas) represente as famílias do assentamento informal urbano e rural. Neste caso será necessário o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. • Beneficiário ou responsável pelo imóvel no Sistema será um “responsável coletivo”, que corresponde a um conjunto de famílias que terá o CPF - Cadastro de Pessoa Física do chefe de família registrado no Sistema (veja item a seguir). 	

A **CUEM coletiva** também aplica-se exclusiva e diretamente aos ocupantes de áreas urbanas, individual ou coletivamente, em nome de associações e cooperativas representativas ou não.

A concessão direta de CUEM coletiva pode se dar de duas maneiras:

- I – Em nome de entidade representativa (pessoa jurídica), estando os beneficiários (pessoas físicas) identificados no processo administrativo correspondente;
- II – Plúrima ou para conjunto de famílias, em nome de vários beneficiários (pessoas físicas).

O desmembramento do RIP no SIAPA, assim como o título coletivo, deverá explicitar a fração ideal que caberá a cada beneficiário, podendo tratar de frações iguais ou diferentes, caso em que deverá haver registro de acordo entre as partes para a diferenciação.

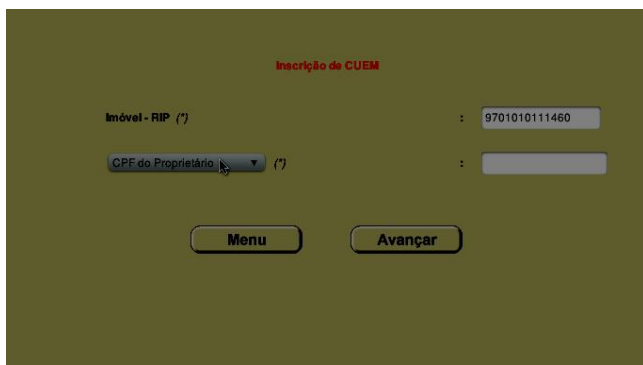
No caso de titulação de áreas que sofrerá futura intervenção urbanística ou quando for difícil precisar as áreas urbanas ocupadas por cada família poderá ser utilizada a modalidade coletiva de titulação. Neste caso, cada família terá direito a uma fração ideal ou diferenciada que não ultrapasse 250 m².

Operacionalização no SIAPA

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “CUEM” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Na tela seguinte, informe o RIP do imóvel para o qual será concedida a CUEM, escolha a sub-opção “CPF do Proprietário” e informe o CPF no beneficiário caso queira incluir uma pessoa física. Para incluir uma pessoa Jurídica, escolha a sub-opção “CNPJ do Proprietário”




e informe o CNPJ no beneficiário. Em seguida clique em **Avançar**.

Na tela seguinte, se o CPF/CNPJ informado por você já estiver cadastrado no SIAPA, o sistema exibirá os dados do Responsável e solicitará as informações referentes à CUEM que você deseja incluir. Caso o CPF/CNPJ não exista no SIAPA, você precisará cadastrar esse responsável primeiro. Para cadastrar um responsável, favor verificar o item 3.7.2 deste manual.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Dados para a CUEM

Nro. RIP : 9701 0101114-60 ATU primitiva(m2) : 250,00
 Natureza : URBANO

Dados do Responsável

CPF do Responsável - 444605549-68 ← CPF informado por você

Nome : TRONZI HRVOHPR Sexo : MASCULINO
 Data de Nascimento : 03/09/1963
 Responsável Estrangeiro : NÃO
 Nacionalidade : BRASILEIRO Naturalidade :
 Filiação Mãe : GVNVAZ SVOVMZ HRVOHPR
 Identidade : Órgão Expedidor :
 Profissão : Telefone 1 : 3019-3413 Telefone 2 :
 Estado Civil : CPF Cônjuge :
 Nome do Cônjuge : Recebe Bolsa Família :
 Espólio : NÃO
 Quantidade de Dependentes :
 Renda Média Mensal Resp.(R\$) : 0,00
 Renda Média Mensal Total(R\$) : 0,00
 Município : 7535 - CURITIBA CEP : 82820-130
 Unidade da Federação : PR - PARANA

Tipo Logradouro :
 Nome Logradouro : I KVWIL VOLB WV HILFAZ Número : 1357
 Complemento : SOBRADO 1
 Bairro/Distrito : BAIRRO ALTO

Nro. Processo (*) : 03110013334201155
 Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação : 20/01/2011
 Inscrição de CUEM - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011 : 10/02/2000

Passo 3: Informe todos os dados referentes à CUEM que você deseja incluir e clique em

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Informações da CUEM

Uso (*) : Uso misto predominantemente de moradia ▼

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU :
 Número da Folha - Despacho GRPU :
 Data do Despacho SPU :
 Número da Folha - Despacho SPU :

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU (*) : 29/07/2011
 Número do Livro GRPU (*) : 13A
 Número da Folha GRPU (*) : 14

Nome (*) :
 Localização : Brasil ▼
 Município (*) : CEP (*) : Altera CEP
 Tipo Logradouro (*) : Escolha uma Opção ▼
 Nome Logradouro (*) : Número (*) :
 Complemento :
 Bairro/Distrito (*) : Caixa Postal :

Desistir Avançar

Inscrição de CUEM - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011

Avançar para prosseguir ou em Desistir para abandonar a inclusão.

Confirmando a Inscrição da CUEM

Dados Cadastrais

Nro. RIP : 9701 0101114-60 ATU primitiva(m2) : 250,00
 Natureza : URBANO

Dados Do Responsável

CPF do Responsável - 444605549-68

Nome : TRONZI HRVOHPR Sexo : MASCULINO
 Data de Nascimento : 03/09/1963
 Responsável Estrangeiro : NÃO
 Nacionalidade : BRASILEIRO Naturalidade :
 Filiação Mãe : GV/NAZ SVOVMZ HRVOHPR Órgão Expedidor :
 Identidade : Profissão :
 Telefone 1 : 3019-3413 Telefone 2 :
 Estado Civil :
 Nome do Cônjuge : CPF Cônjuge : 000000000-00
 Espólio : NÃO Recebe Bolsa Família :
 Quantidade de Dependentes :
 Renda Média Mensal Resp.(R\$) : 0,00
 Renda Média Mensal Total(R\$) : 0,00
 Município : 7535 - CURITIBA CEP : 82820-130
 Unidade da Federação : PR - PARANA

Tipo Logradouro :
 Nome Logradouro : I KVWIL VOLB WV HLFAP Número : 1357
 Complemento : SOBRADO 1
 Bairro/Distrito : BAIRRO ALTO

Passo 5: Será aberta uma tela para confirmação dos dados da CUEM.

*Passo 6: Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.*



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nome Logradouro : I KVWIL VOLB WV HILFAZ
Complemento : SOBRADO 1
Bairro/Distrito : BAIRRO ALTO
Caixa Postal : -

Numero : 1357

Nro. Processo : 03110.013334/2011-55
Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação : 20/01/2011
Data de Início da Ocupação Efetiva : 10/06/1996

Informações da CUEM

Uso (*) : Uso misto predominantemente de moradia

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU :
Número da Folha - Despacho GRPU :
Data do Despacho SPU :
Número da Folha - Despacho SPU :

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU (*) : 29/07/2011
Número do Livro GRPU (*) : 13A
Número da Folha GRPU (*) : 14

Informações Cartoriais

Cartório Externo de Registro de Imóveis : Sem Informação

Local de Endereçamento : ENDERECO USUARIO/RESPONSAVEL

Desistir **Confirmar**

Confirmação da Inscrição da CUEM - MARCELO FERNANDES DE LIMA 01/08/2011

Confira os dados

Confirmar

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão da CUEM com sucesso.

Inscrição de CUEM Efetuada com Sucesso

Menu

3.3.1.6 Inclusão de CUEM responsável coletivo

Descrição

A CUEM vista no item anterior (3.3.1.5), pode ser entregue a um conjunto de famílias, que no SIAPA é denominado como “responsável coletivo”.

Neste caso, a CUEM coletiva beneficiará uma coletividade que será representada no Sistema por uma lista de pessoas, correspondente ao cadastro do CPF de cada chefe de família, prioritariamente a mulher, beneficiária.

Beneficiários: Pessoas físicas, moradores de assentamentos informais urbanos.

Atenção! Quando a coletividade beneficiada pela transferência de área da União não tiver uma associação regularmente constituída ou quando os terrenos ocupados por cada possuidor forem de difícil definição poderá ser outorgada a CDRU em favor de responsável coletivo

Operacionalização no SIAPA

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “CUEM” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Na tela seguinte, informe o RIP do imóvel para o qual será concedida a CUEM, escolha a sub-opção “Responsável Coletivo”. Em seguida clique em **Avançar**.

Inscrição de CDRU

Imóvel - RIP (*) : 9701010111389

Responsável Coletivo (*) :

Passo 3: Na tela seguinte, informe os dados do responsável coletivo (Comunidade/Assentamento) para o qual será concedida a CDRU, bem como os demais dados do

Dados para a CUEM

Nro. RIP : 9701 0101115-40 ATU primitiva(m2) : 250,00

Natureza : URBANO

Dados do Responsável

Nome da Comunidade/Assentamento (*) : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO

Número de Famílias Beneficiadas (*) : 3

Tipo de Representação da Fração Ideal : Área (em m2) Denominador :

Nro. Processo (*) : 03110013334201155

Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação : 20/01/2011

Data de Início da Ocupação Efetiva (*) : 10/06/1996

regime de utilização.

Informações da CUEM

Uso (*) : Moradia

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU :

Número da Folha - Despacho GRPU :

Data do Despacho SPU :

Número da Folha - Despacho SPU :

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU (*) : 29/07/2011

Número do Livro GRPU (*) : 13A

Número da Folha GRPU (*) : 14

Passo 4: Após o preenchimento dos dados do regime de utilização, clique em **Avançar**.



Passo 5: Será aberta uma tela para confirmação da inclusão. Após conferir, clique em



*Confirmar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.*

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão da CUEM com sucesso.




3.3.1.7 Inclusão de CDRU/CUEM mediante mudança de regime de utilização

Descrição

Poderá haver mudança do regime de utilização dos imóveis da União regularizados no Sistema cadastral da SPU, sem mudança de beneficiário responsável pelo imóvel, nos seguintes casos:

- I – Conversão da TAUS em CDRU, após o processo demarcatório da LPM ou LMEO ou identificação simplificada;
- II – Conversão de inscrição de ocupação e aforamento em CUEM;
- III – Conversão de aforamento/TAU/CUEM em CDRU;

Conversão da TAUS em CDRU

O Termo de Autorização de Uso (TAU) é o processo inicial de regularização fundiária, podendo ser convertido em Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) após a demarcação ou identificação simplificada das áreas da União.

A conversão de TAUS em CDRU só será possível a partir do momento em que houver uma poligonal definida das áreas de domínio da União.

Conversão de CUEM a partir de inscrição de ocupação ou aforamento

A concessão de CUEM a partir de inscrição de ocupação é aquela em que o beneficiário, pessoa física, antes cadastrado no SIAPA como responsável pelo imóvel, sob o regime de inscrição de ocupação ou aforamento, tem seu cadastro atualizado, pela conversão de um regime em outro, não implicando na alteração do responsável.

A lei garante o direito a CUEM gratuita àqueles regularmente inscritos na SPU, que ocupem área de até 250 m2 para fins de moradia.

Desta forma, poderá ser convertido no SIAPA um regime oneroso com isenção ou não para um regime gratuito.

MP 2.220/2001, Art. 3º Será garantida a opção de exercer os direitos de que tratam os arts. 1º e 2º (CUEM individual e coletiva) também aos ocupantes, regularmente inscritos, de imóveis públicos, com até duzentos e cinquenta metros quadrados, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que estejam situados em área urbana, na forma do regulamento.

Operacionalização no SIAPA

Por meio desta opção é possível registrar uma destinação de imóvel, sob regime de CDRU ou CUEM, para pessoas físicas, no SIAPA, quando esta pessoa já tem um registro de utilização anterior perante a SPU. Estão previstas as seguintes mudanças de regime no SIAPA:

De: Aforamento, TAU ou CUEM
Para: CDRU

De: Aforamento, Ocupação
Para: CUEM

A mudança de regime se dá em 3 fases: o Registro do Pedido, o Contrato, e o Regime.

A seguir estão os passos para operacionalização da inclusão da CDRU. A mesma sistemática deve ser utilizada para uma conversão em CUEM.

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “CDRU –



Mudança de Regime de Utilização” e clique em Avançar.

Passo 2: Informe o RIP que terá o regime mudado e clique em Avançar. Lembre-se que o



RIP deverá ter um regime passível de conversão.

Este passo o levará a primeira fase da mudança de regime: Registro do Pedido

Concessão de CDRU	
Registro do Pedido	
Contrato	
Regime	
Registro do Pedido	
Nro. RIP	: 9701 0100541-30
Dados do Responsável	
Responsável	: 821249811-53 - JOSE ADELINO DA SILVA
Data de Nascimento	: 00/00/0000
Responsável Estrangeiro	: Sexo : MASCULINO
Nacionalidade	: Naturalidade :
Filiação Mãe	: Órgão Expedidor :
Identidade	: Profissão : TRABALHADOR AGRICOLA
Telefone 1	: Telefone 2 :
Estado Civil	: CASADO
Nome do Cônjuge	: CPF Cônjuge : 000000000-00
Espólio	: NÃO

Planejamento	
Atividade do Planejamento, Orçamento e Gestão	
Renda Média Mensal Resp.(R\$)	: 0,00
Renda Média Mensal Total(R\$)	: 0,00
Tipo Logradouro	: ESTRADA
Nome Logradouro	: NUCLEO RURAL CORR DO ARROZAL BR 020 KM
Complemento	: -
Bairro/Distrito	: PLANALTINA
Dados do Imóvel	
Município	: 9701 - BRASILIA
Tipo Logradouro	: EST - ESTRADA
Nome Logradouro	: VICINAL 10 KM 01 T 10D
Complemento	: LOTE 151
Bairro/Distrito	: PLANALTINA
CEP	: 73301-970
ATT primitiva(m2)	: 250,00
Fração Ideal	: 1,00000000
Natureza do Terreno	: RURAL
Conceituação do Terreno	: NACIONAL INTERIOR
Fundamento da Incorporação	: TERRAS DE DOMINIO INCORP. POR DESAPROPRIACAO CF ART. 20 INC I, DL. 9760/46 ART. 1 LETRA L
Situação	: ATIVO
Imóvel Primitivo	: -
Regime Atual	: AFORAMENTO
Nro. Processo (*)	: 03110013492201113
Data de Recepção do Requerimento	: 01/01/2008
<input type="button" value="Desistir"/> <input type="button" value="Avançar"/>	

Passo 3: Preencha os campos solicitados e clique em **Avançar**.

Passo 4: Na tela seguinte confira os dados e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.

Concessão de CDRU	
Registro do Pedido	
Contrato	
Regime	
Confirmação do Registro do Pedido	
Nro. RIP	: 9701 0100541-30
Dados do Responsável	
Responsável	: 821249811-53 - JOSE ADELINO DA SILVA
Data de Nascimento	: 00/00/0000
Sexo	: MASCULINO
Responsável Estrangeiro	:
Nacionalidade	: Naturalidade :
Filiação Mãe	:
Identidade	: Órgão Expedidor :
Profissão	: TRABALHADOR AGRICOLA
	: CF ART. 20 INC I, DL 9760/46 ART. 1 LETRA L
Situação	: ATIVO
Imóvel Primitivo	: -
Regime Atual	: AFORAMENTO
Nro. Processo (*)	: 03110.013492/2011-13
Data de Recepção do Requerimento	: 01/01/2008
<div>Desistir</div> <div>Confirmar</div>	

Confira os dados

Se tiver ocorrido tudo certo você terá concluído a 1ª fase da mudança de regime e verá a tela a seguir, confirmando o registro do pedido com sucesso.

Registro do Pedido de Concessão de CDRU	
Efetuado com Sucesso	
<div>Menu</div>	


Agora daremos início à segunda fase do processo de mudança de regime: O Contrato.

Passo 5: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “CDRU – Mudança de Regime de Utilização” e clique em **Avançar**.




Passo 6: Informe novamente o RIP que terá o regime mudado e clique em **Avançar**.

Note que no título da página a informação “Registro do Pedido” está seguido da expressão “Ok!” indicando que essa fase já foi concluída. A expressão “Contrato” aparece em vermelho



indicando que esta é a fase atual.

1ª fase está OK! A 2ª é o Contrato

Passo 7: Informe os dados solicitados e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.

ATT primitiva(m²)	: 250,00	ATU primitiva(m²) :	250,00
Fração Ideal	: 1,0000000		
Natureza do Terreno	: RURAL		
Conceituação do Terreno	: NACIONAL INTERIOR		
Fundamento da Incorporação	TERRAS DE DOMINIO INCORP. POR DESAPROPRIACAO CF ART. 20 INC I, DL 9760/46 ART. 1 LETRA L		
Situação	: Ativo		
Imóvel Primitivo	: -		
Regime Atual	: AFORAMENTO		

Dados do Pedido

Nro. Processo	: 03110.013492/2011-13
Data de Recepção do Requerimento	: 01/01/2008

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU	: 01/02/2008
Número da Folha - Despacho GRPU	: 123
Data do Despacho SPU	: 02/02/2008
Número da Folha - Despacho SPU	: 234

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU (*)	: 02/02/2008
Número do Livro GRPU (*)	: 123A
Número da Folha GRPU (*)	: 456

Preencha todos os dados

*Passo 8: Na tela seguinte confira os dados e clique em **Avançar** para prosseguir ou em*

Concessão de CDRU

Registro do Pedido - ok!

Contrato
Regime

Emissão do Contrato

Nro. RIP	: 9701 0100541-30
----------	-------------------

Dados do Responsável

Responsável	: 821249811-53 - JOSE ADELINO DA SILVA	Sexo :	MASCULINO
Data de Nascimento	: 00/00/00/00	Naturalidade :	
Responsável Estrangeiro	:	Órgão Expedidor :	
Nacionalidade	:	Telefone 2 :	
Filiação Mãe	:	CPF Cônjuge :	000000000-00
Identidade	:	Recebe Bolsa Família :	
Profissão	: TRABALHADOR AGRICOLA		
Telefone 1	:		
Estado Civil	: CASADO		
Nome do Cônjuge	:		
Espólio	: NÃO		
Quantidade de Dependentes	:		
Renda Média Mensal Resp.(R\$)	: 0,00		
Renda Média Mensal Total(R\$)	: 0,00		

Município	: 9701 - BRASILIA	CEP :	73301-970
-----------	-------------------	-------	-----------

Desistir para abandonar a inclusão.

Dados Complementares para a Minuta	
Data do Despacho GRPU	: 01/02/2008
Número da Folha - Despacho GRPU	: 123
Data do Despacho SPU	: 02/02/2008
Número da Folha - Despacho SPU	: 234

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU	
Data do Contrato GRPU	: 02/02/2008
Número do Livro GRPU	: 123A
Número da Folha GRPU	: 456

Se tiver ocorrido tudo certo você terá concluído a 2ª fase da mudança de regime e verá a tela a seguir, confirmando a emissão do contrato com sucesso.

Emissão do Contrato de Concessão de CDRU Efetuado com Sucesso

Agora daremos início à terceira e última fase do processo: A consolidação do regime.

Passo 9: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Inclusão”, opção “CDRU –

Menu Utilização

<input checked="" type="radio"/> Inclusão	CDRU - Mudança de Regime de Utilização ▼
<input type="radio"/> Alteração	— Escolha uma Opção — ▼
<input type="radio"/> Apolo	— Escolha uma Opção — ▼
<input type="radio"/> Transferência	— Escolha uma Opção — ▼
<input type="radio"/> Certidão	— Escolha uma Opção — ▼
<input type="radio"/> Cessão de Direito	— Escolha uma Opção — ▼
<input type="radio"/> Emissão de CAT	— Escolha uma Opção — ▼

Mudança de Regime de Utilização” e clique em Avançar.

Passo 10: Informe novamente o RIP que terá o regime mudado e clique em **Avançar**.



Note que no título da página a informação “Contrato” é seguido da expressão “Ok!” indicando que essa fase já foi concluída. A expressão “Regime” aparece em vermelho indicando que esta é a fase atual.



Concessão de CDRU

Registro do Pedido - ok!
Contrato - ok!
Regime

☐ Clique aqui para CANCELAR o Contrato !

Estabelecimento do Regime

Nro. RIP : 9701 0100541-30

Dados do Responsável

Responsável : 821249811-53 - JOSE ADELINO DA SILVA
Data de Nascimento : 00/00/0000 Sexo : MASCULINO
Responsável Estrangeiro :
Nacionalidade :
Filiação Mãe :
Identidade :
Profissão : TRABALHADOR AGRICOLA
Telefone 1 :
Estado Civil : CASADO
Nome do Cônjuge :
Espólio : NÃO
Quantidade de Dependentes :
Renda Média Mensal Resp.(R\$) : 0,00
Renda Média Mensal Total(R\$) : 0,00

Órgão Expedidor :
Telefone :
CPF Cônjuge : 000000000-00
Recebe Bolsa Família :
Município : 9701 - BRASILIA CEP : 73301-970
Unidade da Federação : DISTRITO FEDERAL
Tipo Logradouro : ESTRADA
Nome Logradouro : NUCLEO RURAL CORR DO ARROZAL BR 020 KM
Complemento :
Bairro/Distrito : PLANALTINA
Número : 16

1ª e a 2ª fases estão OK!
A última é o Regime

Passo 11: Informe os dados solicitados e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir**

Número da Folha - Despacho SPU	:	234
Data do Contrato GRPU	:	02/02/2008
Número do Livro GRPU	:	123A
Número da Folha GRPU	:	456

Nova Utilização

Informações Cartoriais

Cartório Externo de Registro de Imóveis	:	Sem Informação
Nome do Cartório	:	
Matrícula R.I.	:	
Data do Registro ou Averbação	:	
Número do Livro/Ficha R.I.	:	
Número da Folha R.I.	:	

Informações CDRU

Uso (*)	:	Regularização fundiária de interesse social
Temporalidade do Contrato (*)	:	<input checked="" type="radio"/> Determinada (quando há agente intermediário) <input type="radio"/> Indeterminada (concessão direta ao beneficiário final)
Prazo da obrigação contratual	:	120 meses

Desistir
Avançar

para abandonar a inclusão.

Passo 12: Na tela seguinte confira os dados e clique em **Avançar** para prosseguir ou em

Concessão de CDRU

Registro do Pedido - ok!

Contrato
Regime

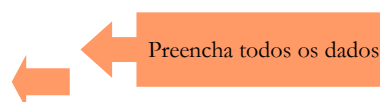
Emissão do Contrato

Nro. RIP	:	9701 0100541-30
----------	---	-----------------

Dados do Responsável

Responsável	:	821249811-53 - JOSE ADELINO DA SILVA	Sexo:	MASCULINO
Data de Nascimento	:	00/00/00/0	Nacionalidade:	
Responsável Estrangeiro	:			
Filiação Mãe	:			

Desistir para abandonar a inclusão.



Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU	
Data do Contrato GRPU	: 02/02/2008
Número do Livro GRPU	: 123A
Número da Folha GRPU	: 456
Nova Utilização	
Informações Cartoriais	
Cartório Externo de Registro de Imóveis	: Sem Informação
Nome do Cartório	:
Matrícula R.I.	:
Data do Registro ou Averbação	:
Número do Livro/Ficha R.I.	:
Número da Folha R.I.	:
Informações CDRU	
Uso	: Regularização fundiária de interesse social
Temporalidade do Contrato	: Determinada (quando há agente intermediário)
Prazo da obrigação contratual	: 120 meses
<div style="text-align: center;"> <input type="button" value="Desistir"/> <input type="button" value="Confirmar"/> </div>	

Confira os dados

Se tiver ocorrido tudo certo você terá concluído a 3ª e última fase da mudança de regime e verá a tela a seguir, confirmando a emissão do contrato com sucesso.

Emissão do Contrato de Concessão de CDRU Efetuado com Sucesso	
<input type="button" value="Menu"/>	

Após esta tela você poderá confirmar a mudança do regime por meio da Consulta RIP.

3.3.2. Alteração

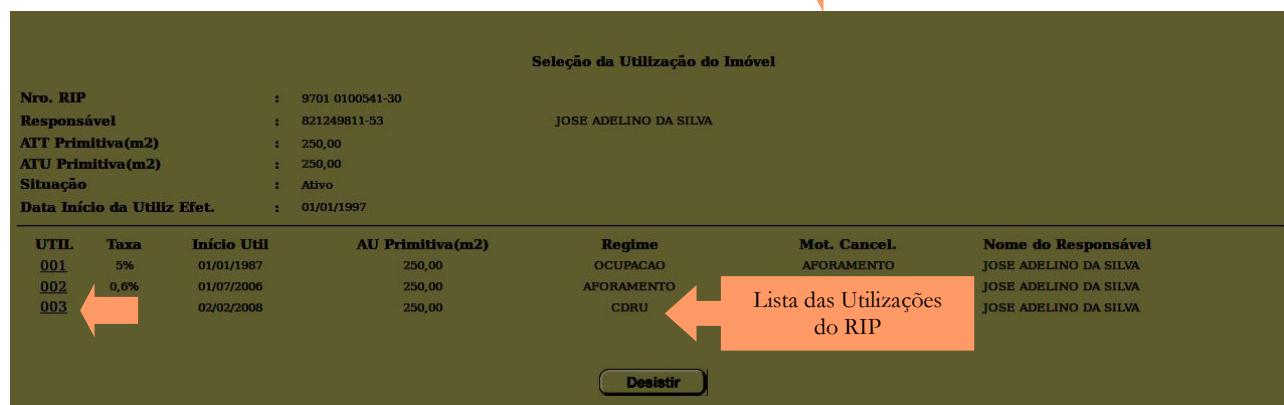
3.3.2.1 Alteração de dados da Utilização

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Alteração”, opção “Dados” e clique em Avançar.




Passo 2: Informe o RIP cuja utilização você deseja alterar e clique em **Avançar**.

Passo 3: Será exibida uma lista das utilizações do imóvel informado. Clique no número da última utilização apresentada.



UTIL	Taxa	Início Util	AU Primitiva(m2)	Regime	Mot. Cancel.	Nome do Responsável
001	5%	01/01/1987	250,00	OCUPACAO	AFORAMENTO	JOSE ADELINO DA SILVA
002	0,6%	01/07/2006	250,00	AFORAMENTO		JOSE ADELINO DA SILVA
003		02/02/2008	250,00	CDRU		JOSE ADELINO DA SILVA

Passo 4: Os dados da utilização informada ficarão disponíveis para alteração. Faça as alterações necessárias e clique em **Avançar**.

Planejamento
Arbitrário do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nro. RIP : 9701 0100541-30
 Natureza : RURAL
 Responsável : 821249811-53 JOSE ADELINO DA SILVA
 ATT primitiva(m2) : 250,00
 ATU primitiva(m2) : 250,00
 Situação : Ativo
 Data Início da Utiliz. Efetiva : 01/01/1997

UTIL	Taxa	Início Util	AU Primitiva(m2)	Regime	Nome do Responsável
003	-	02/02/2008	250,00	CDRU	JOSE ADELINO DA SILVA

Situação do Regime desta Utilização : NORMAL

Nro. Processo (*) : 03110013492201113
 Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação : 12/12/1997
 Data de Início da Ocupação Efetiva : 01/01/1997

Informações da CDRU

Uso (*) : Regularização fundiária de interesse social

Temporalidade do Contrato(*) :
☒ Determinada (quando há agente intermediário)
☐ Indeterminada (concessão direta ao beneficiário final)

Prazo da obrigação contratual : 120 meses

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU : 01/02/2008
 Número da Folha - Despacho GRPU : 123
 Data do Despacho SPU : 02/02/2008

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU : 01/02/2008
 Número da Folha - Despacho GRPU : 123
 Data do Despacho SPU : 02/02/2008
 Número da Folha - Despacho SPU : 234

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU (*) : 02/02/2008
 Número do Livro GRPU (*) : 123A
 Número da Folha GRPU (*) : 456

Informações Cartoriais

Nome do Cartório :
 Matrícula R.I. :
 Data do Registro ou Averbação :
 Número do Livro/Ficha R.I. :
 Número da Folha R.I. :

Desistir **Avançar**

Passo 5: Será exibida uma tela para confirmação. Altere os dados necessários e clique em Confirmar para prosseguir ou Desistir para abandonar a alteração.

Planejamento
Arbitrário do Planejamento, Orçamento e Gestão

Situação do Regime desta Utilização : **NORMAL**

Nro. Processo : 03110.013492/2011-13
 Data do Requerimento de Inscrição de Ocupação : 12/12/1997
 Data de Início da Ocupação Efetiva : 01/01/1997

Informações da Autorização de Uso

Uso : Regularização fundiária de interesse social
 Temporalidade do Contrato : Determinada (quando há agente intermediário)
 Prazo da obrigação contratual : 108 meses

Dados Complementares para a Minuta

Data do Despacho GRPU : 01/02/2008
 Número da Folha - Despacho GRPU : 123
 Data do Despacho SPU : 02/02/2008
 Número da Folha - Despacho SPU : 234

Emissão de Contrato - Cartorial Interno GRPU

Data do Contrato GRPU : 02/02/2008
 Número do Livro GRPU : 123A
 Número da Folha GRPU : 456

Informações Cartoriais

Nome do Cartório :
 Matrícula R.L. :
 Data do Registro ou Averbação :
 Número do Livro/Ficha R.L. :
 Número da Folha R.L. :

Confira os dados

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir informando que a alteração foi efetuada com sucesso.

Resultado da Alteração da CDRU

Alteração efetuada com sucesso

3.3.2.2 Alteração de Lista de Beneficiários

Por meio desta funcionalidade é possível efetuar a manutenção da lista de beneficiários de um RIP, desde que ele possua um regime de utilização (TAU, CDRU ou CUEM) com responsável coletivo. É possível incluir e excluir beneficiários (CPF) da lista.

3.3.2.2.1 Alteração de Lista de Beneficiários - Inclusão

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Alteração”, opção “Lista de



Beneficiários” e clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe o RIP para o qual já tenha sido incluído previamente um regime de utilização com responsável coletivo (TAU, CDRU ou CUEM) e clique em **Avançar**.



Será exibida uma tela contendo os dados do Responsável Coletivo, assim como o número de famílias beneficiadas naquela coletividade. Este número é muito importante, já que ele determina a quantidade de beneficiários que poderá ser incluída para o RIP.

Cada família beneficiada deverá ser incluído um CPF responsável, que é o representante da família.



Alteração da Lista de Beneficiários

Número do RIP : 9701 0101117-02
 Responsável : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
 Área do Terreno Utilizada : 250,00
 Utilização Atual : 001 - TAU - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
 Data Início da Concessão : 10/10/1996
 Quantidade de Famílias Beneficiadas : 2

Lista de Beneficiários

Responsável Coletivo não possui nenhum Beneficiário.

Desistir Incluir Beneficiário

*Passo 3: Após conferir os dados clique em **Incluir Beneficiário**.*

Passo 4: Informe o CPF de um responsável já cadastrado ← Confira os dados ← compor a



Inclusão de Beneficiários na Lista

Número do RIP : 9701 0101117-02
 Responsável : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
 CPF do Beneficiário a Incluir (*) : 56410662149

Desistir Avançar

lista de beneficiários do RIP.

Passo 5: Os dados do responsável informado serão exibidos na tela para confirmação. Após

conferir os dados clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.



Inclusão de Beneficiários na Lista

Número do RIP	: 9701 0101117-02
Responsável	: COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
CPF do Beneficiário	: 564106621-49
Nome do Beneficiário	: IVMZGL ILWIRTFVH NZXVWL

Desistir Confirmar

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir informando que a inclusão do beneficiário foi efetuada com sucesso.



Inclusão de Beneficiários

Inclusão de Beneficiário efetuada com sucesso

CPF do Beneficiário	: 564106621-49
Nome do Beneficiário	: IVMZGL ILWIRTFVH NZXVWL

Menu Mais Inclusões

Clicando em **Mais inclusões** você retornará verá a lista dos beneficiários do RIP. Ao clicar em **Novo Beneficiário** você irá para o passo 4 para informar um novo CPF. Lembre-se que você só poderá incluir um novo beneficiário se a quantidade de beneficiários já incluída na lista do RIP for menor que a quantidade de famílias beneficiadas informada para o RIP.



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Alteração da Lista de Beneficiários

Número do RIP : 9701 0101117-02
 Responsável : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
 Área do Terreno Utilizada : 250,00
 Utilização Atual : 001 - TAU - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
 Data Início da Concessão : 10/10/1996
 Quantidade de Famílias Beneficiadas : 2

Lista com 1 Beneficiário ← Lista de Beneficiários

CPF do Beneficiário	Nome do Beneficiário	
504106621-49	IVMZGL ILWIRTFVH NZXVWL	<input type="checkbox"/> Excluir

Desistir Novo Beneficiário ←

3.3.2.2.2 Alteração de Lista de Beneficiários - Exclusão

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Alteração”, opção “Lista de

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Menu Utilização

- Inclusão — Escolha uma Opção —
- Alteração **Lista de Beneficiários**
- Apoio — Escolha uma Opção —
- Transferência — Escolha uma Opção —
- Certidão — Escolha uma Opção —
- Cessão de Direito — Escolha uma Opção —
- Emissão de CAT — Escolha uma Opção —

Menu Princ. Avançar

Beneficiários” e clique em Avançar.

Passo 2: Informe o RIP para o qual já tenha sido incluído previamente um regime de



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Utilização- Pedido de Alteração da Lista de Beneficiários

Imóvel - RIP (*) : 9701010111702

Menu Avançar

*utilização com responsável coletivo (TAU, CDRU ou CUEM) e clique em **Avançar**.*

*Será exibida a lista dos beneficiários do RIP. Ao marcar a opção **excluir** em frente ao nome*



Alteração da Lista de Beneficiários

Número do RIP : 9701 0101117-02
Responsável : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
Área do Terreno Utilizada : 250,00
Utilização Atual : 001 - TAU - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Data Início da Concessão : 10/10/1996
Quantidade de Famílias Beneficiadas : 2

Lista com 1 Beneficiário

CPF do Beneficiário	Nome do Beneficiário	
564106621-49	IVMZGL ILWIRTFVH NZXVWL	<input checked="" type="checkbox"/> Excluir

Desistir Avançar

*do beneficiário, surgirá o botão **Avançar**.*

Passo 3: Será exibida a lista dos beneficiários a serem excluídos. Após conferir clique em



Alteração da Lista de Beneficiários

Número do RIP : 9701 0101117-02
 Responsável : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
 Área do Terreno Utilizada : 250,00
 Utilização Atual : 001 - TAU - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
 Data Início da Concessão : 10/10/1996
 Quantidade de Famílias Beneficiadas : 2

Beneficiários a Excluir

CPF do Beneficiário	Nome do Beneficiário
564106621-49	IVMZGL ILWIRTFVH NZXVWL

Desistir Confirmar

Avançar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a exclusão.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir informando que a lista de beneficiários foi alterada com sucesso. E a quantidade de beneficiários excluídos.



Alteração da Lista de Beneficiários

Alteração da Lista de Beneficiários efetuada com sucesso

Número do RIP : 9701 0101117-02
 Responsável : COMUNIDADE DO CHOCOLATAO
 Quantidade de Beneficiários Alterados : 0
 Quantidade de Beneficiários Excluídos : 1

Menu Mais Alterações

3.3.3. Cancelamento

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Apoio”, opção “Cancelamento” e clique em **Avançar**.



Menu Utilização

<input type="radio"/> Inclusão	<input type="text" value="Escolha uma Opção"/>
<input type="radio"/> Alteração	<input type="text" value="Escolha uma Opção"/>
<input checked="" type="radio"/> Apoio	<input type="text" value="Cancelamento"/>
<input type="radio"/> Transferência	<input type="text" value="Escolha uma Opção"/>
<input type="radio"/> Certidão	<input type="text" value="Escolha uma Opção"/>
<input type="radio"/> Cessão de Direito	<input type="text" value="Escolha uma Opção"/>
<input type="radio"/> Emissão de CAT	<input type="text" value="Escolha uma Opção"/>

Utilização - Cancelamento de Utilização de Imóvel

Número do RIP (*):

Passo 2: Informe o RIP do imóvel cuja utilização você deseja cancelar e clique em Avançar.

Utilização - Cancelamento de Utilização de Imóvel

Dados do Imóvel

RIP : 9701 0100786-67
 Responsável : JOSE DOS SANTOS PERRELLI CPF : 022674627-53

Regime da Utilização : OCUPACAO

Taxa	: 05,00%
ATT Primitiva	: 20.456,87 m ²
ATU Primitiva	: 20.456,87 m ²
AU Primitiva	: 20.456,87 m ²
Data da Utilização	: 01/11/1993

Dados do Cancelamento

Motivo do Cancelamento (*) :

Data de Encerramento (*) : (Até: 3/8/2011)

Número do Processo Administrativo (*) :

Fundamento do Cancelamento (*) :

Passo 3: Informe os dados de cancelamento e clique em Avançar.

Exemplo de cancelamento de uma Ocupação

Utilização - Cancelamento de Utilização de Imóvel

Dados do Imóvel

RIP: 9701 0101114-60
 Responsável: TRONZI HRVOHPR CPF: 444605549-68

Regime da Utilização: CUEM

ATT Primitiva : 250,00 m²
 ATU Primitiva : 250,00 m²
 AU Primitiva : 250,00 m²
 Data da Utilização : 29/07/2011

Dados do Cancelamento

Motivo do Cancelamento (*) : DESTINAÇÃO DIVERSA DA AUTO
 Data de Encerramento (*) : 02/08/2011 (Até: 3/8/2011)
 Número do Processo Administrativo (*) : 03110013492201113

Informe os dados de cancelamento

Avançar

Exemplo de cancelamento de uma CUEM

Passo 4: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em

Utilização - Cancelamento de Utilização de Imóvel

Dados do Imóvel

RIP: 9701 0101114-60
 Responsável: TRONZI HRVOHPR CPF: 444605549-68

Regime da Utilização : CUEM

ATT Primitiva : 250,00 m²
 ATU Primitiva : 250,00 m²

Dados do Cancelamento

Utilizações Canceladas :

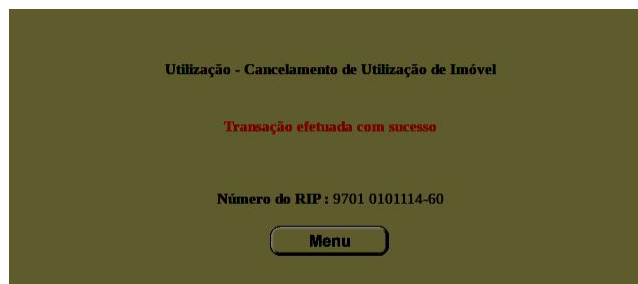
Utilização 001

Regime da Utilização : CUEM
 AU Primitiva : 250,00 m²
 Data de início Utilização : 29/07/2011

Motivo do Cancelamento : DESTINAÇÃO DIVERSA DA AUTORIZADA
 Data de Encerramento : 02/08/2011
 Núm. do Processo Admin : 03110.013492/2011-13

Confirmar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar no cancelamento.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir informando que o cancelamento da utilização ocorreu com sucesso.



3.3.4. Emissão de CAT

Descrição

Nos casos de transferência de áreas da União de interesse social regularizadas ou destinadas para projetos de habitação de interesse social não aplica-se a CAT – Certidão Autorizativa de Transferência eletrônica.

Considerando que estas áreas da União são áreas reservadas para a população de menor renda, ou seja, que possuem uma vinculação sócio-econômica de prover terras nas cidades para a moradia da população de menor renda, no caso de **CUEM e CDRU**, as Superintendências deverão fazer o controle de sua destinação conferindo ou não a **autorização prévia para as transferências** pretendidas pelas famílias beneficiadas.

No caso de TAUS e TAU não é passível de venda ou doação (transferência inter vivos), isto é, veda-se a transferência. Já no caso de Doação os contratos têm cláusula de inalienabilidade por 5 anos

Outras informações

No caso de **comunidade remanescente de quilombo** reconhecida por relatório técnico de identificação e demarcação do INCRA ou de órgão estadual, o RIP do imóvel cadastrado em nome da União, bem como o respectivo registro em cartório, deverá ser cancelado em favor da outorga do título de domínio à comunidade quilombola.

No caso de cadastro de **Terra Indígena e Unidades de Conservação**, este deve ser feito no sistema de informações de imóveis de uso especial (SPIU-Net), em nome da FUNAI e MMA/ICMBio, respectivamente.

Operacionalização no SIAPA

Passo 1: Acesse o módulo “Utilização”, funcionalidade “Emissão de CAT”, opção “Emissão de CAT – Regularização Fundiária” e clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe os dados para emissão da CAT e clique em **Confirmar** para prosseguir ou

em **Desistir** para abandonar a emissão.

Passo 3: Imprima a CAT.

Preencha os dados



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
 Superintendência do Patrimônio da União no Estado de XXXX - <SPU correspondente>
 <Tipo de logradouro, Logradouro, Número da SPU>
 <Complemento da SPU>
 <Bairro da SPU>
 <CEP, Município, UF da SPU>

Certidão de Autorização para Transferência - CAT
 Regime: CDRU

CAT n.º: <número da CAT>	RIP n.º: <RIP formatado>
Localização e características do imóvel:	
Endereço do imóvel: <tipo e nome do logradouro do imóvel>, <n.º do imóvel> <complemento do imóvel>	
Bairro: <bairro do imóvel> CEP: <CEP do imóvel>	
Cidade: <município do imóvel> UF: <UF do imóvel>	
Fração Ideal: <fração ideal>	
Área Total do Terreno: <ATT> m²	Área Total da União: <ATU> m²

Certifica-se, a requerimento do interessado, que o imóvel acima caracterizado pertence à União, está cadastrado no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA, sob o RIP n.º <RIP formatado>, em regime de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, em nome de <nome do responsável>, CPF/CNPJ n.º <CPF/CNPJ>, sendo utilizado para fins de habitação de interesse social.

Tendo o requerente solicitado à SPU autorização para transferência, fica o concessionário autorizado a transferir por <tipo da transação>, em nome de <nome do interessado>, CPF/CNPJ n.º <CPF/CNPJ>, no prazo de validade desta Certidão, o direito real de uso oriundo da concessão sobre o terreno, bem como as benfeitorias existentes no imóvel acima descrito.

Emissão às <HH:MM:SS> do dia <DD/MM/AAAA>.

Validade: 90 dias

Código de controle da Certidão: <código de controle>

Esta Certidão poderá ser confirmada na página do Balcão Virtual da SPU na Internet, no endereço www.spu.planejamento.gov.br.

Esta certidão é fornecida gratuitamente, e qualquer emenda ou rasura a invalidará.

ATENÇÃO: Concluída a transmissão, o adquirente deverá requerer a esta Superintendência do Patrimônio da União, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da lavatura do título de transferência, que providencie a transferência dos registros cadastrais para o seu nome, sob pena de multa (art. 3º do Decreto-lei nº 2.398/87, alterado pelo art. 33 da Lei nº 9.636/98).

3.4 Módulo Avaliação

Em construção

3.5 Módulo Logradouro/PVG

O módulo Logradouro/PVG permite o cadastramento, atualização, bloqueio, reativação, e exclusão de logradouros e trechos no SIAPA. Estes logradouros e trechos compõem a Planta de Valores Genéricos – PVG do município, onde são armazenados os dados de avaliação (m²) das diversas regiões, nas quais os imóveis estão localizados. Devido à natureza das informações manipuladas neste módulo, as funcionalidades são operadas por engenheiros, lotados em cada uma das superintendências da SPU nos Estados e também no órgão central.

3.5.1. Logradouro

3.5.1.1 Inclusão de Logradouro

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção



“Logradouro - Inclusão” e clique em **Avançar**.

Passo 2: Na tela seguinte, serão solicitados os dados do Responsável Técnico, o código do Município ou CEP e o Logradouro (código) a ser incluído. Se for informado um código de logradouro iniciado pelo dígito 8 o sistema entenderá que é um logradouro RURAL, qualquer outro dígito inicial será interpretado pelo sistema como sendo um logradouro URBANO. Preencha todos os dados e clique em **Avançar**.



PGV - Inclusão de Logradouro

INFORME RESPONSÁVEL TÉCNICO

E

MUNICÍPIO E LOGRADOURO OU CEP E LOGRADOURO

Responsável Técnico (*) : 



Município (*) : Pesquisa Municípios

CEP (*) :

Logradouro (*) :



Passo 2.1: Em Pesquisa Município é possível encontrar o código do município informando apenas o nome do município

Passo 2.2: Ao clicar em pesquisar será exibida uma tela  Informe o **Nome do Município** que deseja pesquisar.  Anote o código do município.

Passo 3: Informe o Tipo de Logradouro, Nome do Logradouro e o Bairro e clique em



Avançar.

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação dos dados do logradouro. Após conferir,



clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão de logradouro.



Confira os dados



Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão do Logradouro com sucesso e exibindo o número do Logradouro.

3.5.1.2. Alteração de Logradouro

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção “Logradouro - Alteração” e clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe o nome do responsável Técnico, o código do município e o CEP do Logradouro a ser alterado.

PGV - Alteração de Logradouro

Responsável Técnico (*) :

Município (*) : [Pesquisa Municípios](#)

Logradouro (*) :

Passo 3: Será aberta uma tela para alteração de dados do logradouro. Altere os dados que

PGV - Alteração de Logradouro

Município : 5647 - GUARAPARI

Logradouro : 080000

Tipo :

Nome :

Bairro :

desejar e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração.

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação dos dados alterados. Após conferir, clique

← Altere os dados que deseja

PGV - Conferindo a Alteração de Logradouro

Município : 5647 - GUARAPARI

Logradouro : 080000

Natureza : URBANO

Tipo : ALAMEDA

Nome : RUA NOVA

Bairro : NORTE

em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração de dados do logradouro.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a alteração de Logradouro com sucesso e exibindo o número do Logradouro Alterado.

3.5.1.3. Exclusão de Logradouro

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção “Logradouro - Exclusão” e clique em **Avançar**.

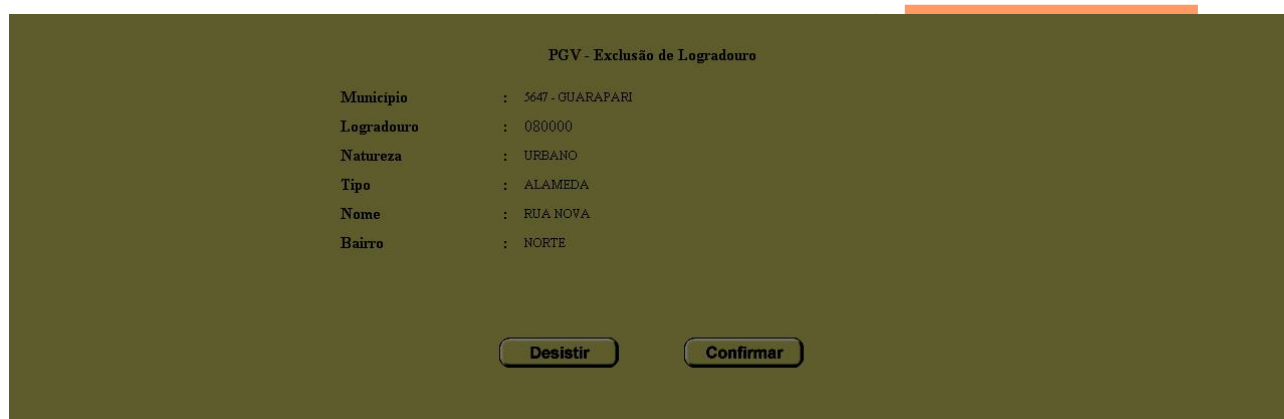


Passo 2: Informe o nome do Responsável Técnico, o código do Município e o Logradouro a



ser excluído e clique em **Avançar**.

Passo 3: Será aberta uma tela para confirmação do Logradouro que se deseja excluir. Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a exclusão do



Logradouro.



Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a exclusão de logradouro com sucesso e exibindo o número do Logradouro Excluído.



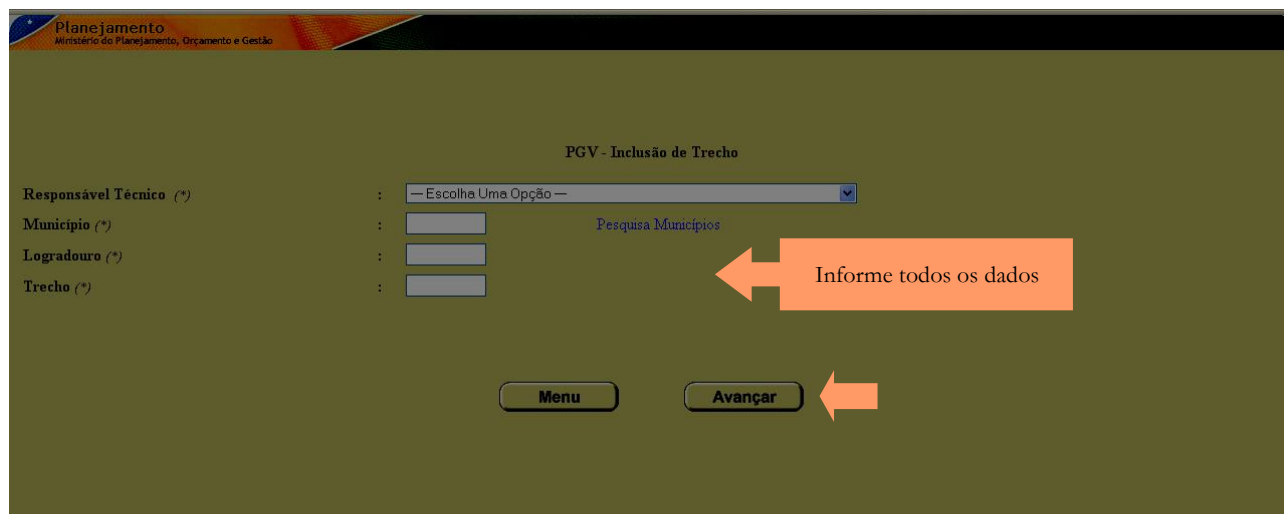
3.5.1.4. Inclusão de Trecho

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção “Trecho - Inclusão” e clique em ***Avançar***.



Passo 2: Informe o nome  Responsável Técnico, o código  do Município, CEP, Logradouro e o Trecho a ser incluído.





Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PGV - Inclusão de Trecho

Responsável Técnico (*) : — Escolha Uma Opção —

Município (*) : Pesquisa Municípios

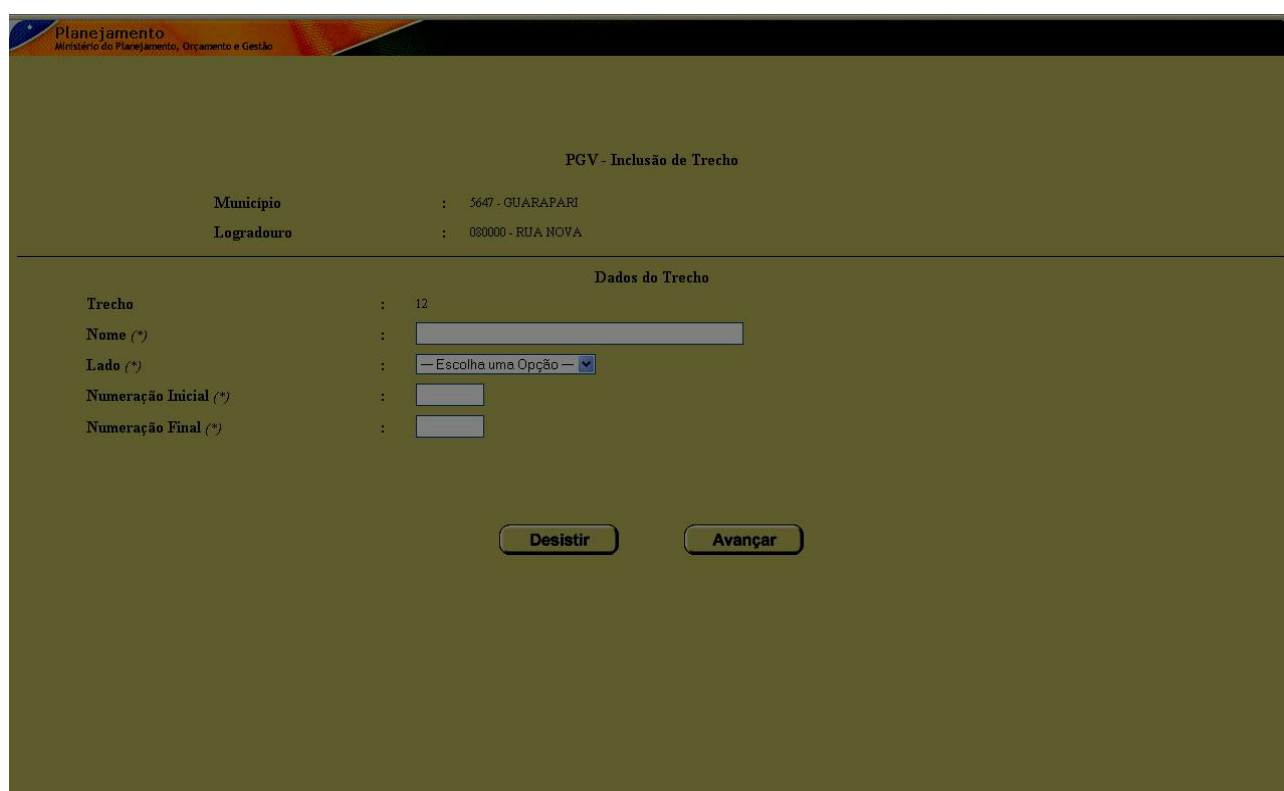
Logradouro (*) :

Trecho (*) :

Menu Avançar

Informe todos os dados

Passo 3: Será aberta uma tela para preenchimento do Nome do Trecho, Lado, Numeração Inicial e Numeração Final. Preencha os dados e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir**



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PGV - Inclusão de Trecho

Município : 5647 - GUARAPARI

Logradouro : 080000 - RUA NOVA

Dados do Trecho

Trecho : 12

Nome (*) :

Lado (*) : — Escolha uma Opção —

Numeração Inicial (*) :

Numeração Final (*) :

Desistir Avançar

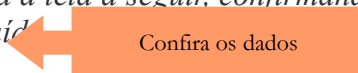
para abandonar a inclusão.

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação do Trecho a ser incluído. Após conferir,

PGV - Confirmando a Inclusão de Trecho	
Município	: 5647 - GUARAPARI
Logradouro	: 080000 - RUA NOVA
Dados do Trecho	
Trecho	: 12
Nome	: RUA NOVA
Lado	: IMPAR
Numeração Inicial	: 00001
Numeração Final	: 00003
<input type="button" value="Desistir"/> <input type="button" value="Confirmar"/>	

clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão do Trecho.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão de trecho com sucesso e exibindo o número do Trecho Incluído.



3.5.1.5. Alteração de Trecho

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção “Trecho - Alteração” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Informe o nome do Responsável Técnico, o código do Município, Logradouro e o



Trecho a ser alterado.

Passo 3: Será aberta uma tela para alteração do Trecho. Informe todos os dados e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração.



Informe todos os dados

PGV - Alteração de Trecho

Município	:	5647 - GUARAPARI
Logradouro	:	080000 - RUA NOVA

Dados do Trecho

Trecho	:	12
Nome	:	<input type="text" value="RUA NOVA"/>
Situação	:	ATIVO
Lado	:	<input type="button" value="IMPAR"/>
Numeração Inicial	:	<input type="text" value="00001"/>
Numeração Final	:	<input type="text" value="00003"/>

Informe todos os dados

***Passo 4:** Será aberta uma tela para confirmação do Trecho alterado. Após conferir, clique*

PGV - Confirmando a Alteração de Trecho

Município	:	5647 - GUARAPARI
Logradouro	:	080000 - RUA NOVA

Dados do Trecho

Trecho	:	12
Nome	:	RUA NOVA
Situação	:	ATIVO
Lado	:	AMBOS
Numeração Inicial	:	00001
Numeração Final	:	00003

*em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração do Trecho.*

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão de trecho com sucesso e exibindo o número do Trecho Incluído.

Confira os dados



3.5.1.6. Exclusão de Trecho

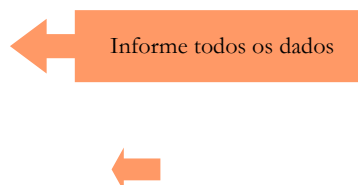
Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção “Trecho - Exclusão” e clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe o nome do Responsável Técnico, o código do Município, Logradouro e o



Trecho a ser excluído.

Passo 3: Será aberta uma tela para confirmação do Trecho que se deseja excluir. Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a exclusão do Trecho.



PGV - Exclusão de Trecho	
Município	: 5647 - GUARAPARI
Logradouro	: 080000 - RUA NOVA
Dados do Trecho	
Trecho	: 12
Nome	: RUA NOVA
Situação	: ATIVO
Lado	: AMBOS
Numeração Inicial	: 00001
Numeração Final	: 00003
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; background-color: #f0f0f0;">Desistir</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; background-color: #f0f0f0;">Confirmar</div> </div>	

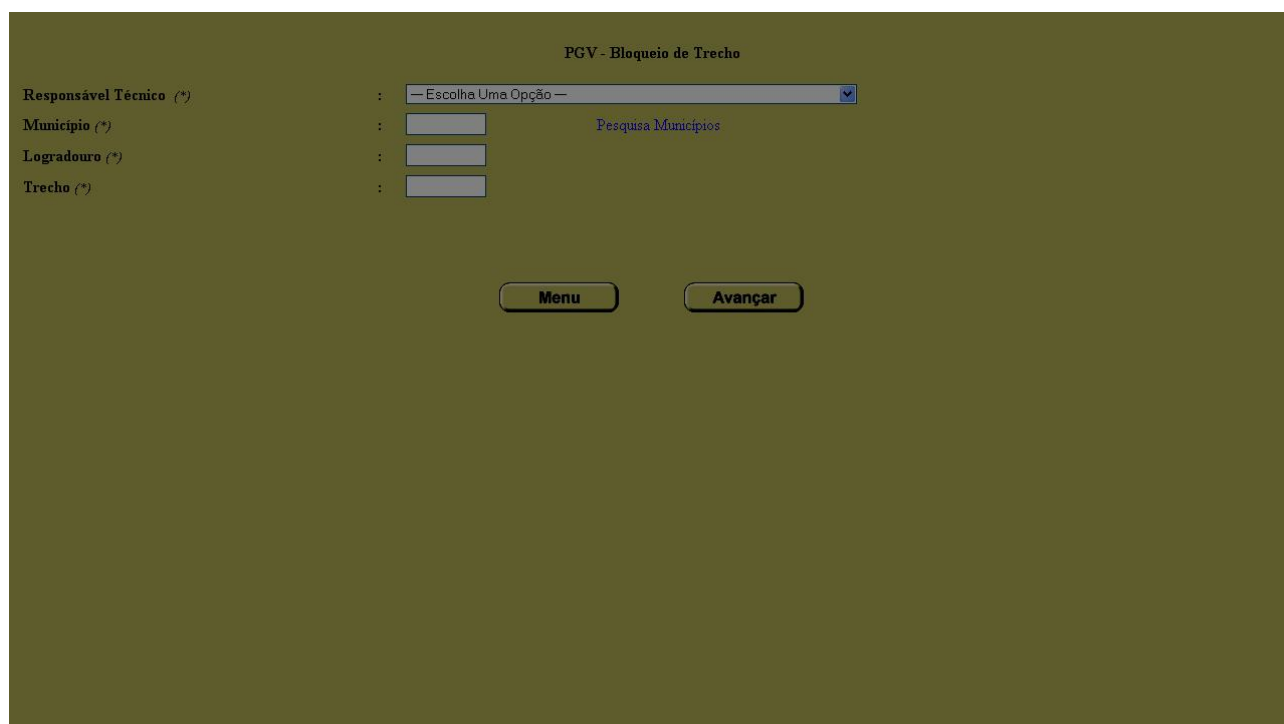
Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a exclusão de trecho com sucesso e exibindo o número do Trecho Excluído.

3.5.1.7. Bloqueio de Trecho

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção “Trecho - Bloqueio” e clique em **Avançar**.

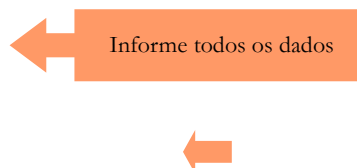


Passo 2: Informe o nome do Responsável Técnico, o código do Município, Logradouro e o



Trecho a ser bloqueado.

Passo 3: Será aberta uma tela para confirmação do Trecho a ser bloqueado. Após conferir os dados clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar o bloqueio do trecho.



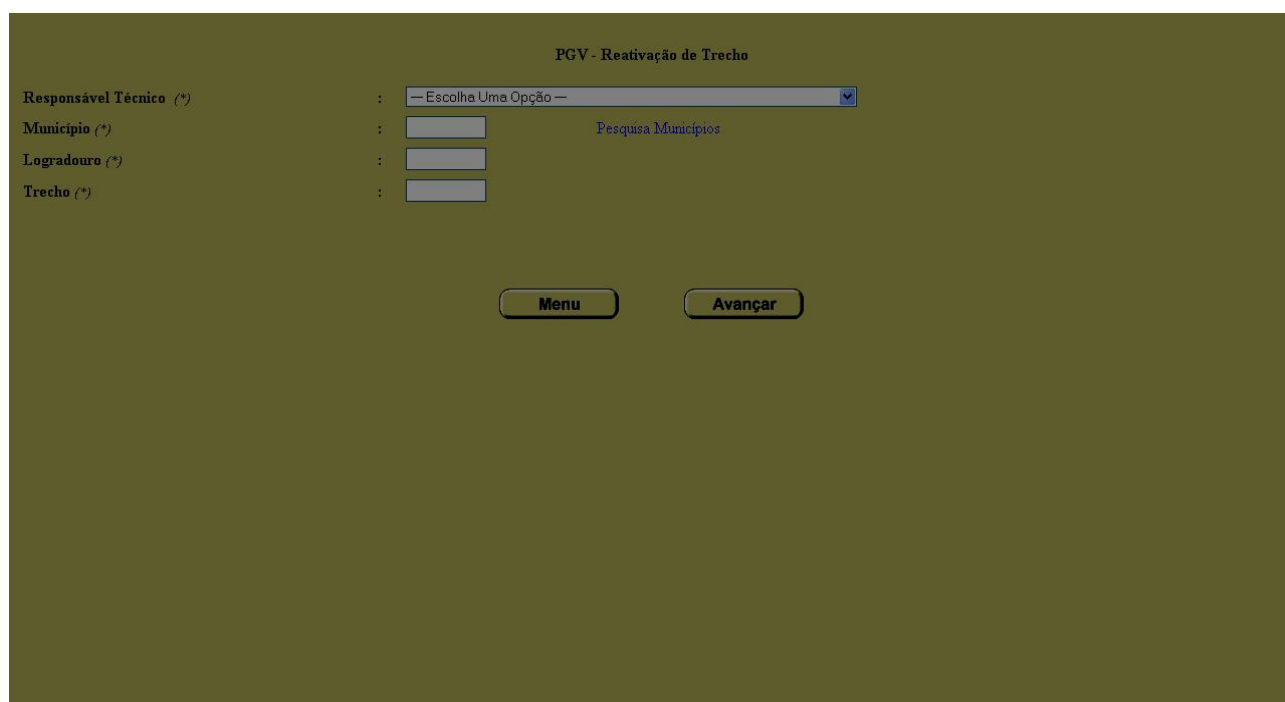
PGV - Bloqueio de Trecho	
Município	: 5647 - GUARAPARI
Logradouro	: 080000 - RUA NOVA
Dados do Trecho	
Trecho	: 12
Nome	: RUA NOVA
Situação Atual	: ATIVO
Lado	: AMBOS
Numeração Inicial	: 00001
Numeração Final	: 00003
<div style="text-align: center;"> Desistir Confirmar </div>	

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando o bloqueio de trecho com sucesso e exibindo o número do Trecho Bloqueado.

3.5.1.8. Reativação Trecho

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Logradouro”, opção “Trecho - Reativação” e clique em **Avançar**.

***Passo 2:** Informe o nome do Responsável Técnico, o código do Município, Logradouro e o*



Trecho que ser reativado.

***Passo 3:** Será aberta uma tela para confirmação do Trecho. Informe todos os dados e confira os dados clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a reativação.*

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PGV - Reativação de Trecho

Município : 5647 - GUARAPARI
Logradouro : 080000 - RUA NOVA

Dados do Trecho

Trecho : 12
Nome : RUA NOVA
Situação Atual : BLOQUEADO
Lado : AMBOS
Numeração Inicial : 00001
Numeração Final : 00003

Desistir

Confirmar

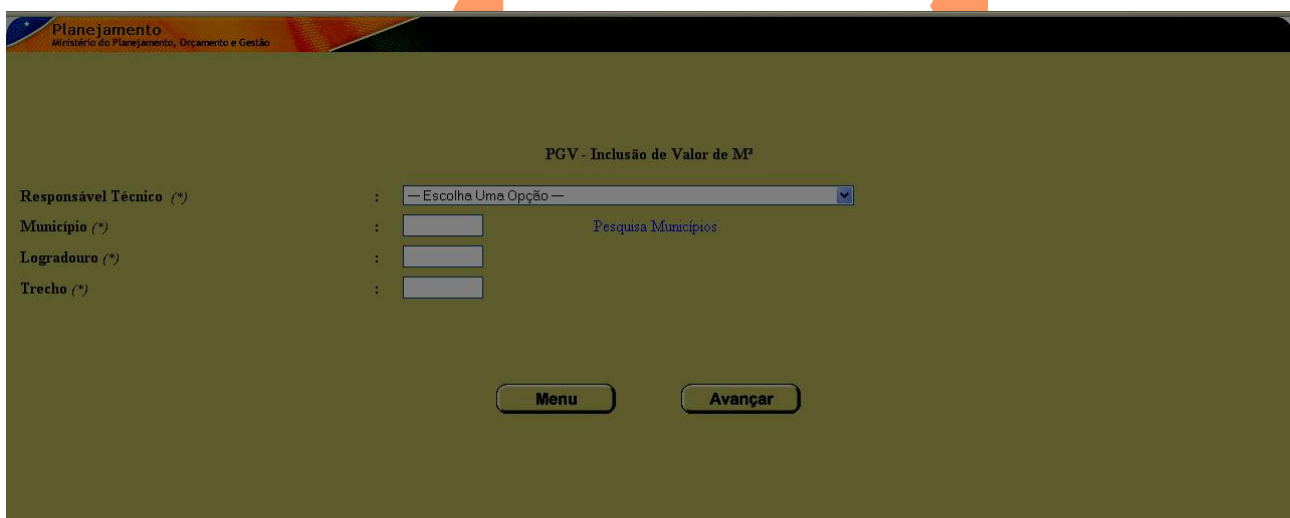
Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a reativação do trecho com sucesso e exibindo o número do Trecho Reativado.

3.5.2. PVG

3.5.2.1. Inclusão de Valor de m^2

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “P.G.V.”, opção “Inclusão de Valor de m²” e clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe o nome do Responsável Técnico, o código do Município, Logradouro e o



Número do Trecho.

Passo 3: Informe a data de início do período de avaliação, o motivo da inclusão e escolha a opção que melhor atender ao motivo da inclusão e clique em **Avançar**.

Preencha todos os dados

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PGV - Inclusão de Valor de M²

Município : 5647 - GUARAPARI
Logradouro : 080000 - RUA NOVA
Trecho : 15 - RUA NOVA

Sit: ATIVO

Nro	Início	Fim	Valor	Unid	Origem
001 (*)	<input type="text"/>	31/12/2099 (*)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	(*) — Escolha uma Opção —

Desistir Avançar

Passo 4: Será aberta a tela para confirmação da inclusão o valor de m², se desejar incluir outra avaliação clique em **Incluir mais**. Senão, clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir**

para abandonar a inclusão.


Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a inclusão do valor de avaliação efetuada com sucesso.

3.5.2.2. Exclusão de Valor de m²

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “P.G.V.”, opção “Exclusão

de Valor de m²” e clique em Avançar.

Passo 2: Informe o nome do Responsável Técnico, o código do Município,



Logradouro e o Número do Trecho.

Passo 3: Será aberta uma tela para confirmação da Exclusão. Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a exclusão de valor de m²

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PGV - Exclusão de Valor de M²

Município : 5647 - GUARAPARI
Logradouro : 000832 - RUA NOVA
Trecho : 85 - RUA SUL

Sit: ATIVO

Nro	Início	Fim	Valor	Unid	Origem
001	01/01/2005	31/12/2099	120,00	R\$	ESTIMATIVA

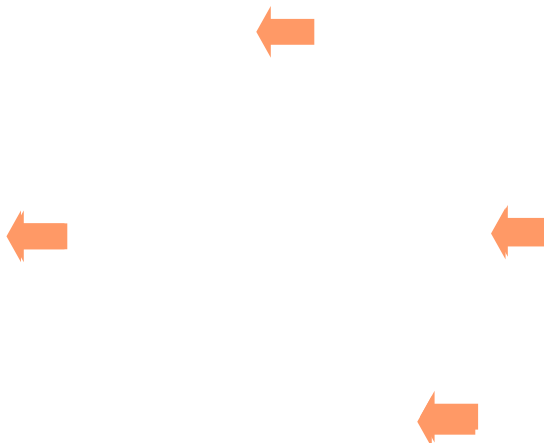
Desistir Confirmar

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, confirmando a Exclusão de avaliação efetuada com sucesso.

3.5.3. Consulta

3.5.3.1. Consulta Logradouro/PVG

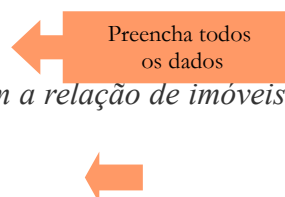
Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Consulta”, opção “Logradouro/P.G.V.” e clique em Avançar.

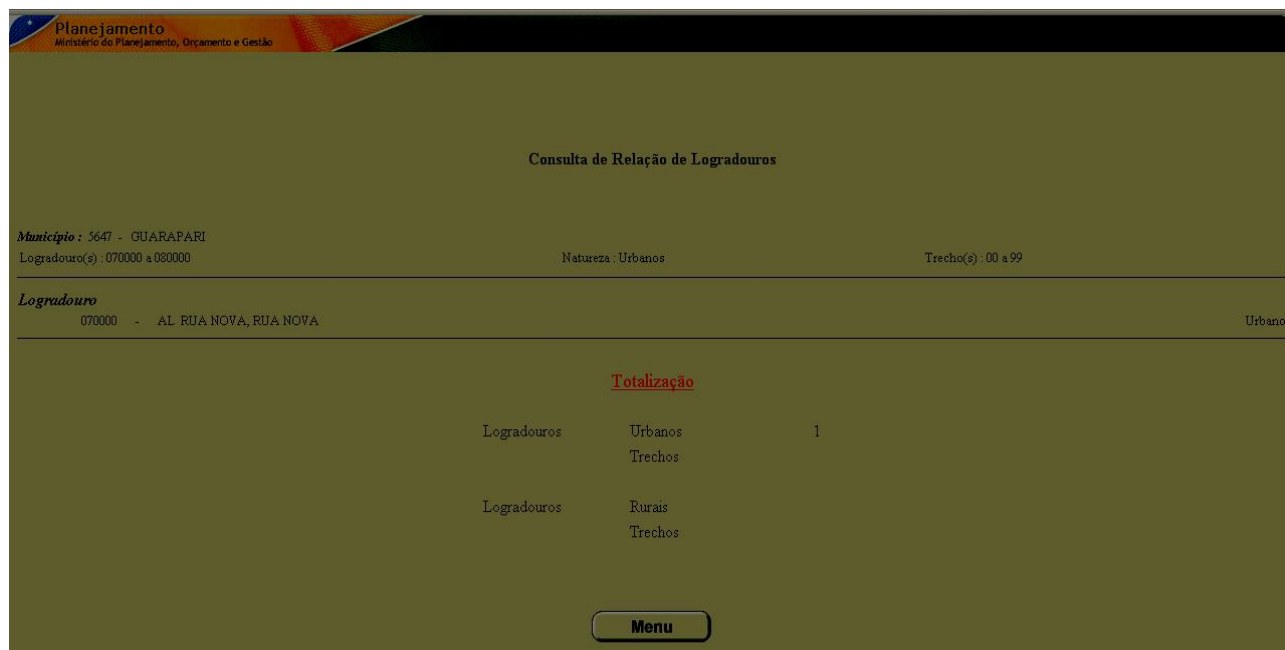


Passo 2: Informe o Município, escolha a opção que melhor atender a Natureza do imóvel,

Logradouro, o Trecho será preenchido automaticamente, informe a Situação e clique em **Avançar**.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, com a relação de imóveis encontrados na consulta.





Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Consulta de Relação de Logradouros

Município : 5647 - GUARAPARI
Logradouro(s) : 070000 a 080000 Natureza : Urbanos Trecho(s) : 00 a 99

Logradouro
070000 - AL RUA NOVA, RUA NOVA Urbano

Totalização		
Logradouros	Urbanos	1
	Trechos	
Logradouros	Rurais	
	Trechos	

Menu

3.5.3.2. Consulta Valores de m²

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Consulta”, opção

“Valores de m²” e clique em Avançar.

Passo 2: Informe o Município, escolha a opção que melhor atender a Natureza do imóvel, Logradouro, Trecho será preenchido automaticamente e clique em Avançar.

3.5.3.3. Consulta Último Valor de m²

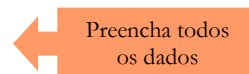
Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Consulta”, opção “Último valor de m²” e clique em Avançar.



Passo 2: Informe o Município, escolha a opção que melhor atender a Natureza do imóvel,



Logradouro, o Trecho será preenchido automaticamente e clique em **Avançar**.



Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, com a relação de imóveis encontrados na consulta.



Consulta Último Valor de MP

Município : 5647 - GUARAPARI
Logradouro(s) : 070000 a 090000

Natureza : Todos

Trecho(s) : 00 a 99

Logradouro		Urbano
090000	- BLOCO BLOCO K	
Trecho		
15	- NORTE	01/01/2005 130,00 R\$

Totalização

Logradouros	Urbanos	1
	Trechos	1
Logradouros	Rurais	0
	Trechos	0

Menu

3.5.3.4. Consulta Valor de Emissão

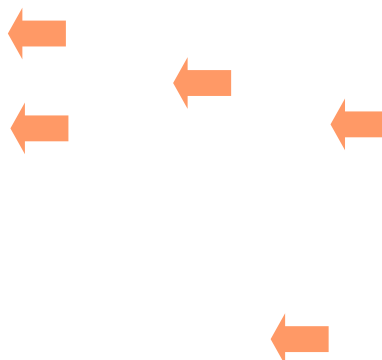
Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Consulta”, opção “Valor

de emissão” e clique em Avançar.



Passo 2: Informe o Município, escolha a opção que melhor atender a Natureza do imóvel, Logradouro, o Trecho será preenchido automaticamente e clique em Avançar.





Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, com a relação de imóveis encontrados

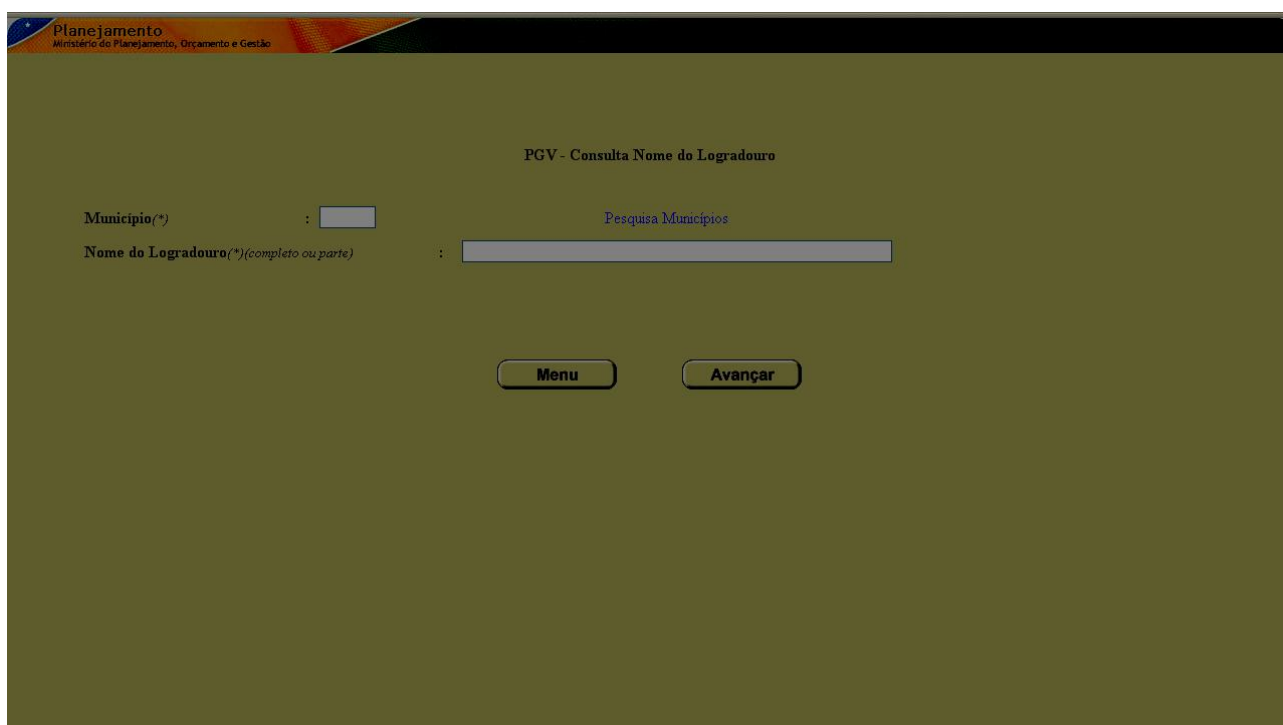
Consulta Valores de Emissao				
Município : 5647 - GUARAPARI				
Logradouro(s) : 070000 a 090000		Natureza : Todos		Trecho(s) : 00 a 99
Logradouro				
080000	-	AL RUA NOVA		Urbano
Trecho				
15	-	RUA NOVA		
	2001	- 18/05/2001	120,00	R\$
	2002	- 17/05/2002	120,00	R\$
	2003	- 11/04/2003	120,00	R\$
	2004	- 16/07/2004	120,00	R\$
	2005	- 22/04/2005	120,00	R\$
	2006	- 20/04/2006	120,00	R\$
	2007	- 11/05/2007	120,00	R\$
	2008	- 25/04/2008	120,00	R\$
	2009	- 24/04/2009	120,00	R\$
	2010	- 23/04/2010	120,00	R\$
	2011	- 29/04/2011	120,00	R\$
Logradouro				
090000	-	BL BLOCO K		Urbano
Trecho				
15	-	NORTE		
	2001	- 18/05/2001	120,00	R\$
	2002	- 17/05/2002	120,00	R\$
	2003	- 11/04/2003	120,00	R\$
	2004	- 16/07/2004	120,00	R\$
	2005	- 22/04/2005	160,00	R\$
Totalização				
Logradouros		Urbanos	2	
		Trechos	2	
Logradouros		Rurais	0	
		Trechos	0	
Menu				

na consulta.

3.5.3.5. Consulta Nome do Logradouro

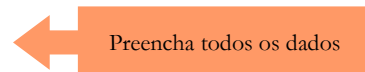
Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Consulta”, opção “Nome

do Logradouro” e clique em Avançar.

Passo 2: Informe o Município e o Nome do Logradouro e clique em Avançar.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, com a relação de imóveis encontrados na consulta.



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Relação por Parte de Logradouro

Critério de pesquisa
Município: 5647 - GUARAPARI
Parte do nome: BLOCO K

Logradouro
090000 - BL BLOCO K, NORTE URBANO

Trecho
15 - NORTE AMBOS 00001 a 00009 ATIVO

Menu

3.5.4. Consulta Gerencial

3.5.4.1. Consulta Gerencial Trecho Sem Valor de m²

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Gerencial”, opção

“Trecho sem Valor de m²” e clique em Avançar.



Passo 2: Informe o Município, Natureza, Logradouro, Período, o Trecho será preenchido automaticamente e clique em Avançar.



← Preencha todos os dados



Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, com a relação de imóveis encontrados

SIAPA - Trechos sem valor de M² a mais de 05 meses					
Município : 5647 - GUARAPARI		Natureza : Todos		Trecho(s) : 00 a 99	
Logradouro(s) : 070000 a 090000				Meses : 05	
Logradouro					
090000	-	BLOCO K			Urbano
Trecho					
15	-	NORTE	01/01/2005	130,00	R\$
Totalização					
Logradouros		Urbanos	1		
		Trechos	1		
Logradouros		Rurais	0		
		Trechos	0		
Menu					

na consulta.

3.5.5. Alterar Valor Emissão

Passo 1: Acesse o módulo “Logradouro/P.G.V.”, funcionalidade “Valor Emissão” e clique

em Avançar.



Passo 2: Informe o Responsável Técnico, Município, Logradouro, Trecho, Ano de



Referência e clique em Avançar.

Passo 3: Será aberta a tela a seguir permitindo Alterar o Valor de Emissão. Faça as alterações necessárias e clique em Avançar.



Preencha todos os dados

PGV - Alteração de Valor de Emissão	
Município	: 5647 - GUARAPARI
Logradouro	: 080000 - RUA NOVA
Trecho	: 15 - RUA NOVA
Referência	: 2005
Data	: 22/04/2005
Valor	: R\$ <input type="text" value="120,00"/>
<input type="button" value="Desistir"/> <input type="button" value="Avançar"/>	

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação da alteração. Após conferir, clique em

PGV - Alteração de Valor de Emissão	
Município	: 5647 - GUARAPARI
Logradouro	: 080000 - RUA NOVA
Trecho	: 15 - RUA NOVA
Referência	: 2005
Data	: 22/04/2005
Valor	: R\$ <input type="text" value="160,00"/>
<input type="button" value="Desistir"/> <input type="button" value="Avançar"/>	

*Confirmar para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração.*

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, informando a Alteração do

Confira os dados

Valor de Emissão Efetuado com Sucesso.

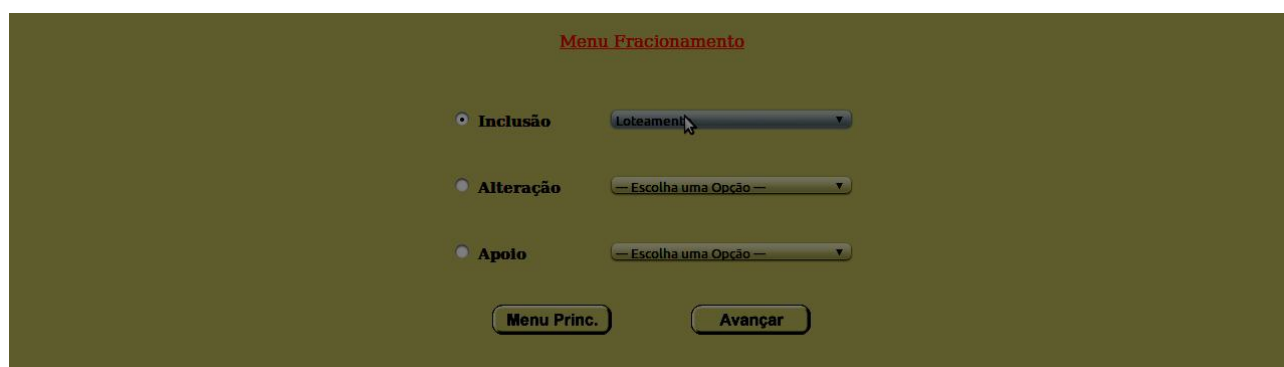
3.6 Módulo Fracionamento/Unificação

Por meio do módulo Fracionamento/Unificação o usuário tem acesso a funcionalidades fracionamento por desmembramento, loteamento ou condomínio das áreas (imóveis) cadastradas no SIAPA, assim como a possibilidade de unificação desses imóveis.

3.6.1. Inclusão

3.6.1.1 Inclusão de Fracionamento por Loteamento

Passo 1: Acesse o módulo “Fracionamento/Unificação”, funcionalidade “Inclusão”, Opção



“Loteamento” e clique em Avançar.




Passo 2: Informe o RIP do imóvel que será fracionado por loteamento e clique em Avançar.

Passo 3: O sistema recuperará os dados do imóvel a ser fracionado. Informe os dados do fracionamento solicitados, o CPF do beneficiário e clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar o fracionamento.

Planejamento
Área de Planejamento, Orçamento e Gestão

Inclusão de Loteamento

RIP: 9701 0101114-60

Dados do Imóvel

Responsável
COMUNIDADE DA GARÇA BRANCA

Endereço do Imóvel
QUADRA QN 14E, 20 AREA CENTRAL
RIACHO FUNDO II
CEP :71881-150 BRASILIA - DF

	Área Terreno	Área União	Área Unif
Primitiva (m ²)	250,00	250,00	
Atual/Remanescente (m ²)	250,00	250,00	0,00
Situação do Imóvel	Ativo		
Qtd de Derivados	0		
Regime de Utilização	CDRU		
Nro. Processo	03110.013492/2011-13		

☒ Somente incluir dados do Fracionamento
 ☐ Bem de Uso Comum

Dados Cadastrais

Data Fracionamento (*) : 04/04/2009 (A partir de: 04/04/2009)
 Nro. Processo (*) : 03110013492201113

Data Autorização (*) : 03/04/2009
 Folha (*) : 56

Rip para Cópia : (opcional)

CPF do beneficiário (*) : 17207492804

Informe todos os dados e o CPF do beneficiário

***Passo 4:** Na tela seguinte, o sistema copiará os dados comuns do imóvel primitivo objeto de fracionamento para o novo imóvel que está sendo gerado. Complemente as informações específicas, tais como número do imóvel, tipo de ocupação, memorial do terreno e benfeitoria, se for o caso.*

Data Fracionamento : 04/04/2009
 Nro. Processo : 03110.013492/2011-13
 Data Autorização : 04/04/2009
 Nro. Folha : 56

Localização do Imóvel

Nro. Processo : 03110013492201113

Tipo de Ocupação (*) : REGULAR

Endereço Oficial (Prefeitura)

Município : 9701

Tipo Logradouro : QUADRA

Nome Logradouro : QN 14E
 Número (*) : 25

Complemento :

Bairro/Distrito : RIACHO FUNDO II

Complemente os dados do imóvel que está sendo gerado

Passo 5:** Após complementar os dados, clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Foto : : FORA

Circunferência de 1320m : FORA

Suspensão do Imóvel : NÃO INFORMAR

Nro. Relógio/Medidor : Tipo Relógio/Medidor : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Uso Atual Imóvel (*) : PRÓPRIO

Dados da Benfeitoria

Denominação do Imóvel :

Memorial Descritivo da Benfeitoria :

Tipo Benfeitoria : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Área Construída : Finalidade Principal : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Área de Projeção das Construções : Tipo da Construção : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Outras Áreas : Padrão de Acabamento : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Idade Aparente da Construção : Ano da Vistoria :

Ano do Habite-se ou da Construção : Tipo Estrutura : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Nro. Pavimentos : 0 Nro. Quartos : 0

Benfeitoria em Condomínio : ESCOLHA UMA OPÇÃO Fator de Valorização Comercial (FV) :

para abandonar o fracionamento.

Passo 6: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar o fracionamento.

Foto : Cartografia SPU : Coordenadas UTM :

Informações Gerais

Conceitualização : NACIONAL INTERIOR

Fundamento da Incorporação : TERRAS INCORP POR ADJUDICACAO-CONFISCO - CF ART. 20 INC 1, DL 9760/46 ART. 1 LETRA L

Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel :

Número da Matrícula do Terreno :

Número do Livro :

Última Folha de Matrícula :

Nro. da Incrição Municipal :

Nro. RIP-SPIU Imóvel Cadastrado : 0000000000000

Faixa de 100m : FORA


Circunferência de 1320m : FORA

Nro. Relógio/Medidor :

Tipo Relógio/Medidor :

Uso Atual Imóvel : PRÓPRIO

Benfeitoria Não Informada

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela  seguir, informando a Inclusão do fracionamento com Sucesso, e o número RIP derivado.

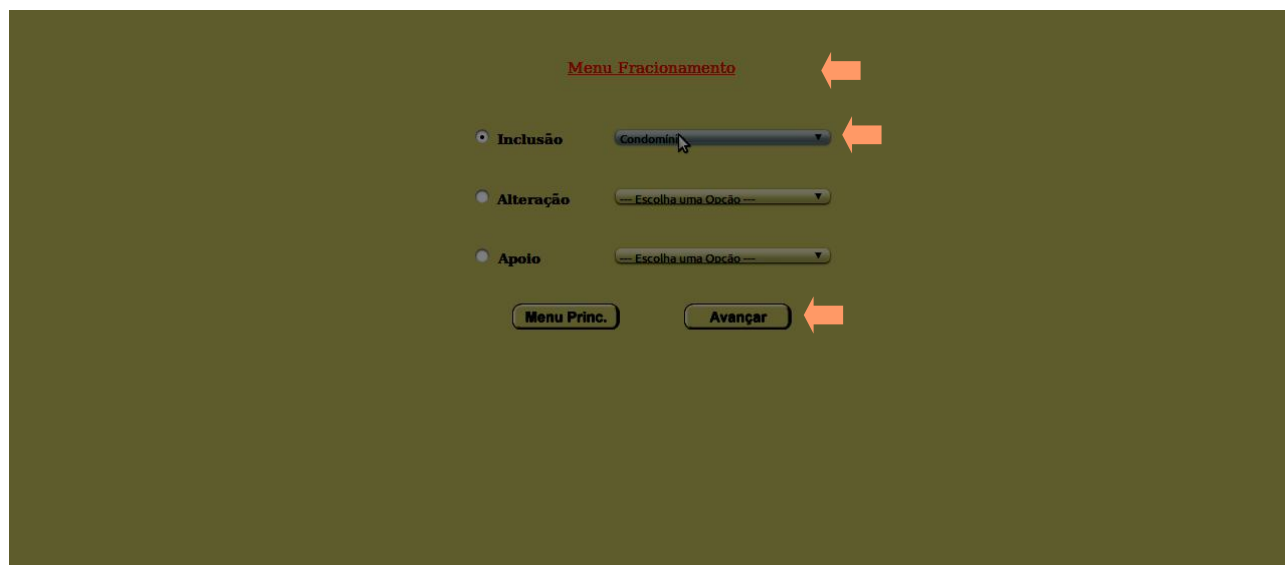


Ao clicar em **Continuar**, enquanto existir área remanescente no RIP primitivo, você será redirecionado ao passo 3, para gerar um novo fracionamento para outro beneficiário e assim por diante até que o RIP primitivo tenha sido completamente fracionado.

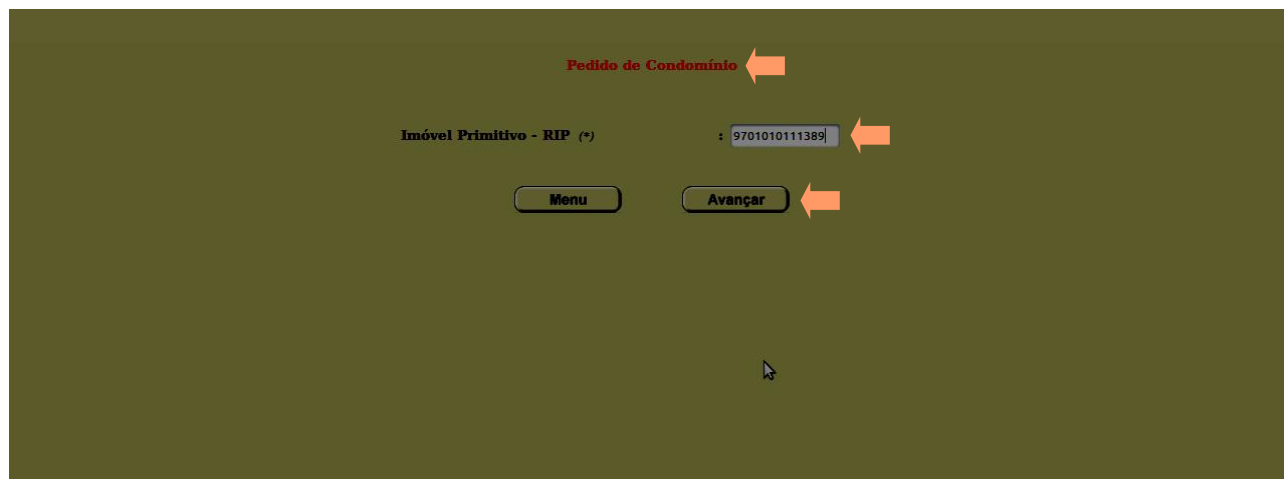
Observe que ao informar o CPF do beneficiário no momento da individualização você não precisa informar a área que está sendo destinada a ele, pois esta informação o sistema recupera da lista de beneficiários na qual ele está inserido.

3.6.1.2 Inclusão de Fracionamento por Condomínio

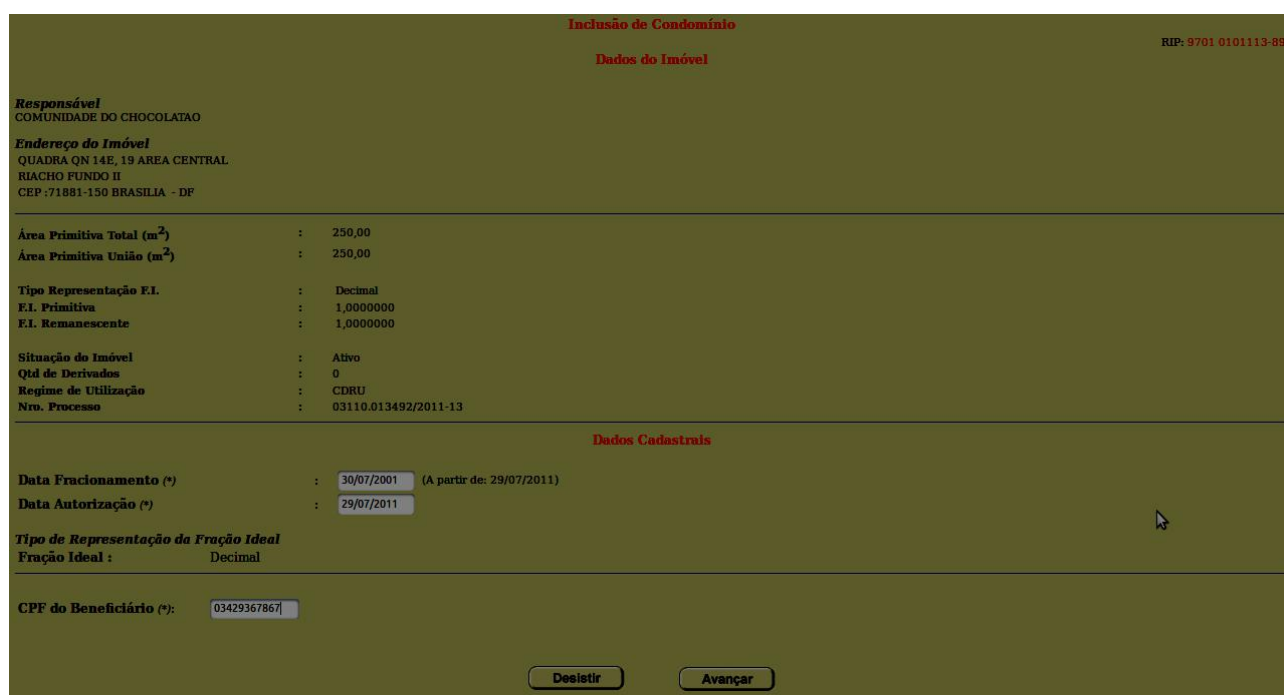
Passo 1: Acesse o módulo “Fracionamento/Unificação”, funcionalidade “Inclusão”, Opção “Condomínio” e clique em Avançar.



Passo 2: Informe o RIP do imóvel que será fracionado por condomínio e clique em Avançar.



Passo 3: O sistema recuperará os dados do imóvel a ser fracionado. Informe os dados do fracionamento solicitados, o CPF do beneficiário e clique em **Avançar** para prosseguir ou em



Desistir para abandonar o fracionamento.

Passo 4: Na tela seguinte, o sistema copiará os dados comuns do imóvel primitivo objeto de fracionamento para o novo imóvel que está sendo gerado. Complemente as informações específicas, tais como número do imóvel, tipo de ocupação, se for o caso.



Área Primitiva Total (m ²)	:	250,00
Área Primitiva União (m ²)	:	250,00
Tipo Representação F.I.	:	Decimal
F.I. Primitiva	:	1,0000000
F.I. Remanescente	:	1,0000000
Situação do Imóvel	:	Ativo
Qtd de Derivados	:	0
Regime de Utilização	:	CDRU
Data Fracionamento	:	30/07/2011
Nro. Processo (*)	:	03110013492201113
Nro. Folha	:	124

Complemente os dados específicos

Localização do Imóvel

Endereço Oficial (Prefeitura)

Município	:	9701	
Tipo Logradouro (*)	:	QUADRA	
Nome Logradouro (*)	:	QN 14E	Número (*)
Complemento (*)	:		:
Bairro/Distrito (*)	:	RIACHO FUNDO II	
CEP	:	71881150	Nro. Quadra
		Altera CEP	:
Nro. Lote do Imóvel	:		Nro. Loteamento
			:

Endereço Adotado pela Comunidade (Informal)

*Passo 5: Após complementar os dados, clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir***

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Informações Gerais

Nro. RIP-SPIU Imóvel Cadastrado	:	
Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel	:	
Número da Matrícula do Terreno	:	
Número do Livro	:	Última Folha de Matrícula :
Nro. Relógio/Medidor	:	Tipo Relógio/Medidor : — ESCOLHA UMA OPÇÃO —
Uso Atual Imóvel (*)	:	PRÓPRIO

Dados da Benfeitoria

Denominação do Imóvel

Memorial Descritivo da Benfeitoria

Tipo Benfeitoria : — ESCOLHA UMA OPÇÃO —

Área Construída	:		Finalidade Principal :	— ESCOLHA UMA OPÇÃO —
Área de Projeção das Construções	:		Tipo da Construção :	— ESCOLHA UMA OPÇÃO —
Outras Áreas	:		Padrão de Acabamento :	— ESCOLHA UMA OPÇÃO —
Idade Aparente da Construção	:		Ano da Vistoria :	
Ano do Habite-se ou da Construção	:		Tipo Estrutura :	— ESCOLHA UMA OPÇÃO —
Nro. Pavimentos	:	0	Nro. Quartos :	0
Benfeitoria em Condomínio	:	— ESCOLHA UMA OPÇÃO —	Fator de Valorização Comercial (FV) :	

Desistir Avançar

para abandonar o fracionamento.

*Passo 6: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar o fracionamento.*

Dados Técnicos do Terreno	
Fração Ideal :	DECIMAL 0,5000000
Foto :	Coordenadas UTM :
Informações Gerais	
Nro. RIP-SPIU Imóvel Cadastrado :	
Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel :	
Número da Matrícula do Terreno :	
Número do Livro :	
Última Folha de Matrícula :	
Nro. Relógio/Medidor :	Tipo Relógio/Medidor :
Uso Atual Imóvel (*) :	PRÓPRIO
Benefetoria Não Informada	
<input type="button" value="Desistir"/> <input type="button" value="Confirmar"/>	

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, informando a Inclusão do fracionamento com Sucesso, e o número RIP derivado.

Inclusão de Condomínio
RIP: 9701 0101113-89
Inclusão efetuada com sucesso
Nro. do RIP derivado : 9701 0101121-99
<input type="button" value="Menu"/> <input type="button" value="Continuar"/>

*Ao clicar em **Continuar**, enquanto existir fração ideal remanescente no RIP primitivo, você será redirecionado ao passo 3, para gerar um novo fracionamento para outro beneficiário e assim por diante até que o RIP primitivo tenha sido completamente fracionado.*

Observe que ao informar o CPF do beneficiário no momento da individualização você não precisa informar a fração que está sendo destinada a ele, pois esta informação o sistema recupera da lista de beneficiários na qual ele está inserido.

3.6.1.3 Inclusão de Unificação

Passo 1: Acesse o módulo “Fracionamento/Unificação”, funcionalidade “Inclusão”, Opção “Unificação” e clique em Avançar.



Passo 2: Informe os RIPs dos imóveis a serem unificados. No sistema estes RIPs são



chamados de anexados. Clique em Avançar.

← Informe os RIPs para Unificação

Passo 3: Preencha/complemente os dados comuns. Estes dados serão utilizados na formação do RIP único. Clique em Avançar.

Dados dos Imóveis			
Imóveis	Área do Terreno Total	Área Total da União	Fração Ideal
RIP Anexado - 97010101124-31 Representação - Decimal	100,00 m²	100,00 m²	1,0000000
RIP Anexado - 97010101125-12 Representação - Decimal	50,00 m²	50,00 m²	1,0000000

Cartorial GRPU

Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel : _____

Número da Matricula do Terreno : _____

Número do Livro : _____ Última Folha de Matricula : _____

Data da Unificação - A partir de 04/04/2009 (*) : 02/08/2011

Número do Processo Administrativo (*) : 03110013492201113

Inscrição Municipal : _____

Data da Autorização (*) : 02/08/2011

Endereço Adotado pela Comunidade (Informal)

Endereço Informal igual ao Oficial (*) : NÃO EXISTE

Preencha os dados

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Data da Unificação - A partir de 04/04/2009 (*) : _____

Número do Processo Administrativo (*) : _____

Inscrição Municipal : _____

Data da Autorização (*) : _____

Número da Folha (*) : _____

Endereço Adotado pela Comunidade (Informal)

Endereço Informal igual ao Oficial (*) : NÃO EXISTE

Tipo Logradouro (*) : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Nome Logradouro (*) : _____

Complemento : _____

Bairro/Distrito (*) : _____

Nro Quadra : _____

Número (*) : _____

Nro. Lote : _____

Dados Técnicos do Terreno

Tipo Terreno (*) : LOTE

Foto : _____

Cartografia SPU : _____

Coordenadas UTM : _____

Informações Gerais

Nro. Relógio/Medidor : _____

Tipo Relógio/Medidor : ESCOLHA UMA OPÇÃO

Coleta de Lixo : PÚBLICA

Sistema Água Pluviais : SIM

Iluminação Pública : SIM

Uso Atual Imóvel (*) : PRÓPRIO

RIO

SIM

FOSSAS SÉPTICAS

Preencha os dados

Desistir Avançar

Passo 4: Será exibida uma tela para confirmação dos dados. Após conferir, clique em **Avançar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a unificação.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nome do Cartório de Inscrição do Imóvel :
Número da Matrícula do Terreno :
Número do Livro :
Última Folha de Matrícula :

Endereço Adotado pela Comunidade (Informal) não existe

Dados Técnicos do Terreno

Tipo Terreno (*) : LOTE
Foto :
Cartografia SPU :
Coordenadas UTM :

Informações Gerais

Nro. Relógio/Medidor :
Tipo Relógio/Medidor :
Coleta de Lixo : PÚBLICA
Sistema de Água : RIO
Sistema de Pluviais : SIM
Pavimentação : SIM
Iluminação Pública : SIM
Saneamento Básico : FOSAS SÉPTICAS
Uso Atual Imóvel : PRÓPRIO

Número da Utilização	Regime	Taxa de Ocupação	Área Primitiva Utilizada (m²)	Resultado da Unificação
001	CDRU	—	150,00	AMBOS

Deseja que os débitos sejam cancelados por unificação? ☒ Sim ☐ Não



Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, informando que a unificação ocorreu com sucesso, e o número RIP Anexador. O RIP Anexador é o RIP gerado na unificação. Neste caso os RIPs iniciais fornecidos por você (anexados) são cancelados por unificação.

Fracionamento - Unificação de Imóvel

Transação efetuada com sucesso

Rip Anexador : 97010101126 - 01

Responsável
CPF 091440778-31 - IVTRMZOWL ZMGLMRL IRYVRL

Endereço do Imóvel
QUADRAQN 14E 87
AREA CENTRAL, RIACHO FUNDO II

3.7 Módulo Responsável

A opção de responsável permite a alteração de dados do atual responsável ou a inclusão de

um novo responsável pelo imóvel no SIAPA.

3.7.1. Alteração

3.7.1.1. Dados Pessoais

Passo 1: Acesse o módulo “Responsável”, funcionalidade “Alteração”, opção “Dados



Pessoais” e clique em **Avançar**.




Passo 2: Informe o número do CPF/CNPJ e clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe os dados a sem alterados e clique em **Avançar**.



Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Alterando Dados do Responsável

CPF / CNPJ do Responsável - 012061438-35

Nome : JOAO SILVA

Data de Nascimento (*) : 19/06/1960 Sexo : MASCULINO

Responsável Estrangeiro (*) : NÃO

Nacionalidade (*) : — ESCOLHA UMA OPÇÃO — Naturalidade : 9373 Pesquisa Municípios

Filiação Mãe : MARIA SILVA

Identidade : 12589506 Órgão Expedidor : SSP/GO

Profissão : ADVOGADO

Telefone 1 : (62)32323232 Telefone 2 : (62)99999999

Estado Civil : SOLTEIRO

Nome do Cônjuge : CPF Cônjuge :

Espólio (*) : NÃO Recebe Bolsa Família : — ESCOLHA UMA OPÇÃO —

Quantidade de Dependentes : — SEM DEPENDENTES —

Renda Média Mensal Resp.(R\$) : — INFORME O VALOR — Valor : 5.000,00

Renda Média Mensal Total(R\$) : — INFORME O VALOR — Valor : 5.000,00

Local do Endereço do Responsável (*) : SRF

Município (*) : CEP (*) :

Tipo Logradouro (*) : — Escolha uma Opção —

Nome Logradouro (*) : Número (*) :

Complemento :

Bairro/Distrito (*) :

Cidade do Exterior (*) : Estado do Exterior (*) :

País (*) : — ESCOLHA UMA OPÇÃO — CEP do Exterior (*) :

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação da alteração de dados do responsável. Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Confirmando a Alteração do Responsável

CPF / CNPJ do Responsável - 012061438-35

Nome	: JOAO SILVA	Sexo	: MASCULINO
Data de Nascimento	: 19/06/1960	Naturalidade	: 9373 - GOIANIA
Responsável Estrangeiro	: NÃO	Órgão Expedidor	: SSP/GO
Nacionalidade	: BRASILEIRO	Telefone 2	: (62)99999999
Filiação Mãe	: MARIA SILVA	CPF Cônjuge	: 001850439-68
Identidade	: 12589506	CEP	: 03337-010
Profissão	: ADVOGADO	Número	: 580
Telefone 1	: (62)32323232		
Estado Civil	: CASADO		
Nome do Cônjuge	: JOANA SILVA		
Espólio	: NÃO		
Quantidade de Dependentes	: SEM DEPENDENTES		
Renda Média Mensal Resp.(R\$)	: 5.000,00		
Renda Média Mensal Total(R\$)	: 5.000,00		
Município	: 7107 - SAO PAULO		
Unidade da Federação	: SAO PAULO		
Tipo Logradouro	:		
Nome Logradouro	: 1 KILU QLZL WV LOREVRIZ GLIIVH		
Complemento	: APTO 62		
Bairro/Distrito	: JD ANALLIA FRANCO		

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, informando a Alteração de



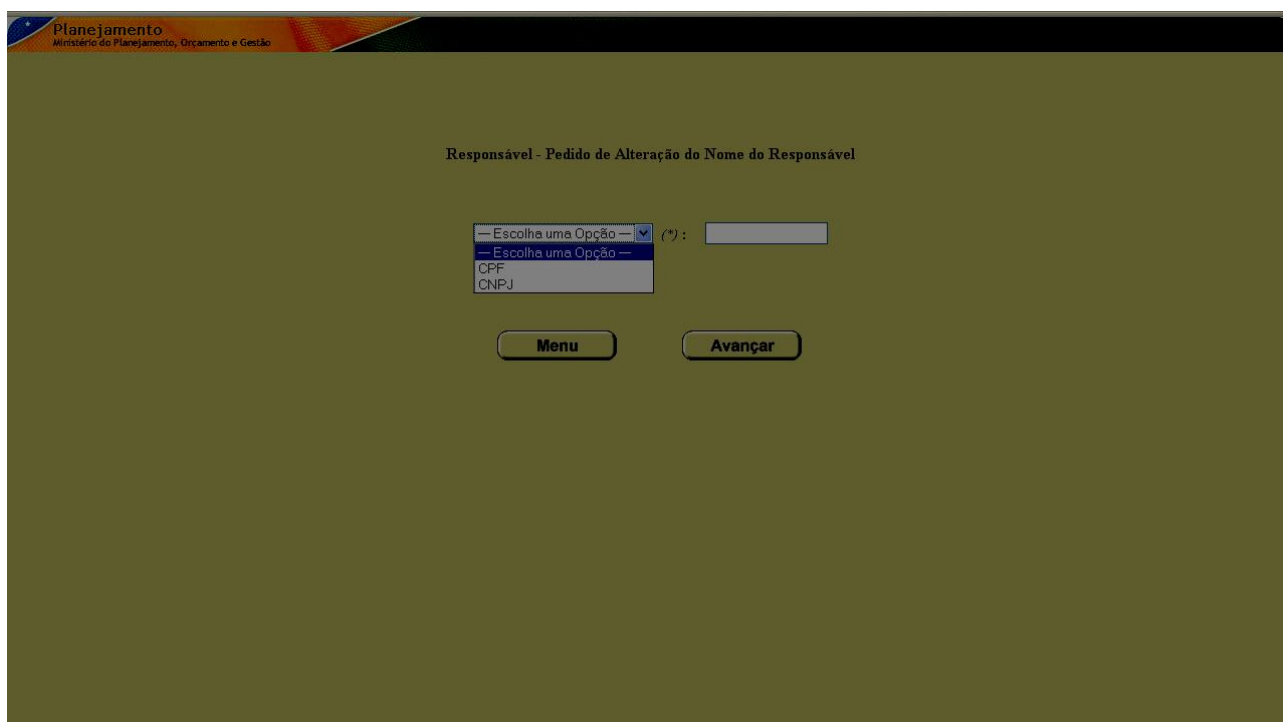
Responsável Efetuado com Sucesso.

3.7.1.2. Alteração de Nome

Passo 1: Acesse o módulo “Responsável”, funcionalidade “Alteração”, opção “Nome” e



clique em **Avançar**.

Passo 2: Informe o número do CPF/CNPJ e clique em **Avançar**.

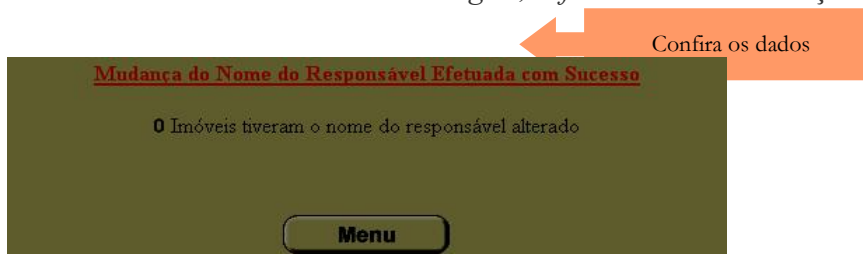


Passo 3: Será aberta uma tela para confirmação da alteração do nome do responsável.



Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a alteração.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, informando a Mudança de Nome do



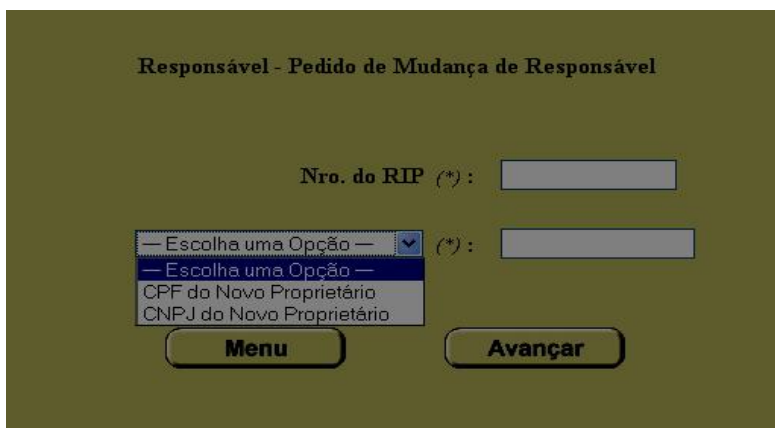
Responsável Efetuado com Sucesso.

3.7.1.3. Mudança de Responsável

Passo 1: Acesse o módulo “Responsável”, funcionalidade “Alteração”, opção “Mudança de Responsável” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Informe o número do RIP e o CPF/CNPJ do novo proprietário e clique em



Avançar.

Passo 3: Será aberta uma tela para confirmação da mudança de responsável. Após conferir,



clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a mudança.

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, informando a **Inclusão de Responsável Efetuado com Sucesso**.



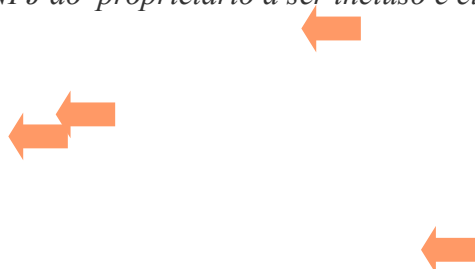
3.7.2. Inclusão de Responsável

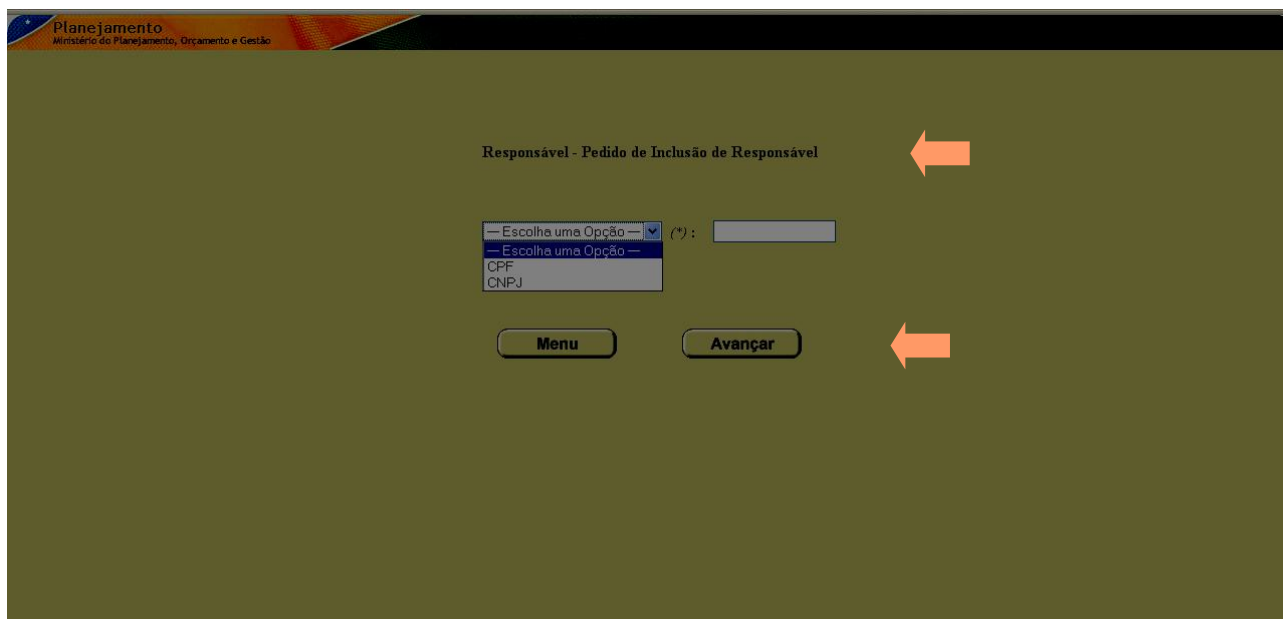
A inclusão se dá conforme os passos a seguir:

Passo 1: Acesse o módulo “Responsável”, funcionalidade “Inclusão” e clique em **Avançar**.



Passo 2: Informe o CPF/CNPJ do proprietário a ser incluso e clique em **Avançar**.





Responsável - Pedido de Inclusão de Responsável

Escolha uma Opção (*) :

CPF

CNPJ

Menu Avançar

Passo 3: Informe os dados solicitados e clique em *Avançar*.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Incluindo Responsável

CPF / CNPJ do Responsável - 012061438-35

Nome (*) :	<input type="text"/>	Sexo :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>
Data de Nascimento (*) :	<input type="text"/>		
Responsável Estrangeiro (*) :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>		
Nacionalidade (*) :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>	Naturalidade :	<input type="text" value="Pesquisa Municípios"/>
Filiação Mãe :	<input type="text"/>		
Identidade :	<input type="text"/>	Órgão Expedidor :	<input type="text"/>
Profissão :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>		
Telefone 1 :	<input type="text"/>	Telefone 2 :	<input type="text"/>
Estado Civil :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>		
Nome do Cônjuge :	<input type="text"/>	CPF Cônjuge :	<input type="text"/>
Espólio (*) :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>	Recebe Bolsa Família :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>
Quantidade de Dependentes :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>		
Renda Média Mensal Resp.(R\$) :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>		
Renda Média Mensal Total(R\$) :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>		

Local de Endereçamento do Responsável (*) :

Município (*) :	<input type="text"/>	CEP (*) :	<input type="text"/>
Tipo Logradouro (*) :	<input type="text" value="Escolha uma Opção"/>		
Nome Logradouro (*) :	<input type="text"/>	Número (*) :	<input type="text"/>
Complemento :	<input type="text"/>		
Bairro/Distrito (*) :	<input type="text"/>		
Cidade do Exterior (*) :	<input type="text"/>	Estado do Exterior (*) :	<input type="text"/>
País (*) :	<input type="text" value="ESCOLHA UMA OPÇÃO"/>	CEP do Exterior (*) :	<input type="text"/>

Passo 4: Será aberta uma tela para confirmação da inclusão. Após conferir, clique em **Confirmar** para prosseguir ou em **Desistir** para abandonar a inclusão.

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Confirmando a Inclusão do Responsável

CPF / CNPJ do Responsável - 012061438-35

Nome	: JOAO SILVA	Sexo	: MASCULINO
Data de Nascimento	: 19/06/1960		
Responsável Estrangeiro	: NÃO		
Nacionalidade	: BRASILEIRO	Naturalidade	: 9373 - GOIANIA
Filiação Mãe	: MARIA SILVA		
Identidade	: 12589506	Órgão Expedidor	: SSP/GO
Profissão	: ADVOGADO		
Telefone 1	: (62)32323232	Telefone 2	: (62)99999999
Estado Civil	: SOLTEIRO		
Nome do Cônjuge	:	CPF Cônjuge	:
Espólio	: NÃO	Recebe Bolsa Família	:
Quantidade de Dependentes	: SEM DEPENDENTES		
Renda Média Mensal Resp.(R\$)	: 5.000,00		
Renda Média Mensal Total(R\$)	: 5.000,00		
Município	: 7107 - SAO PAULO	CEP	: 03337-010
Unidade da Federação	: SAO PAULO		
Tipo Logradouro	:		
Nome Logradouro	: I KILU QLZL WV LOREVIZ GLIVH	Número	: 580
Complemento	: APTO 62		
Bairro/Distrito	: JD ANALLA FRANCO		

Se tiver ocorrido tudo certo você verá a tela a seguir, informando a Inclusão de Responsável



Efetuada com Sucesso.

3.8 Módulo Financeiro

Em construção

3.9 Módulo FCL

Em construção

3.10 Módulo CUB

Em construção

3.11 Módulo Notificação

Em construção

3.12 Módulo Tabelas

Em construção

Glossário

RIP: Registro Imobiliário Patrimonial.

É um número único conferido a qualquer imóvel cadastrado nos sistemas institucionais da SPU, nos termos do Art. 1º do Decreto 99.672/90.

PVG: Planta de Valores Genéricos

É a representação gráfica de uma localidade na escala conveniente, onde estão indicados os códigos de logradouros e trechos correspondentes aos valores de m² de terreno em moeda vigente, determinados em uma mesma data e segundo um padrão de comparação. Deve ser atualizada anualmente.

CAT: Certidão de Autorização para Transferência

É uma certidão emitida pela SPU para que o responsável por imóvel da União possa transacionar um imóvel perante os cartórios.

Contatos

Para retirar uma dúvida ou discutir procedimentos:

Acesse o Portal Colaborativo e poste sua dúvida no Fórum do SIAPA. O endereço é:

http://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/dotlrn/clubs/tecnologiaparaonegcio/forums/forum-view?forum_id=515136

Para reportar um problema ou propor melhoria no SIAPA:

Acesse o Portal Colaborativo e poste seu pedido de correção ou proposição de melhoria na central de suporte do portal colaborativo. O endereço é:

<http://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/suporte>.

Para contatar o órgão central:

COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

E-mail: cgal-spu@planejamento.gov.br

Telefone: 55 (61) 2020-1162

COORDENAÇÃO GERAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

E-mail: cghrf-spu@planejamento.gov.br

Telefone: 55 (61) 2020-1935

COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

E-mail: cgtec@planejamento.gov.br

Telefone: 55 (61) 2020-1280

COORDENAÇÃO GERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO

E-mail: cgenf@planejamento.gov.br

Telefone: 55 (61) 2020-1022